



(Des)Envolvimento Sustentável e Políticas Culturais

**Lia Calabre
Luiz Augusto F. Rodrigues
(organizadores)**

**Lia Calabre
Luiz Augusto F. Rodrigues
(organizadores)**

(DES) ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS CULTURAIS

Editoras associadas:

**Niterói: LABAC-UFF
Maricá: Instituto Grão
Buenos Aires: RGC
Barcelona: Trànsit Projectes**



Trànsit Projectes

Parcerias:



MINISTÉRIO DA
CULTURA



2025

Copyright 2025

Direitos desta edição reservados às Editoras.

Permitidas a reprodução e distribuição gratuita desta obra, contanto que se respeitem os direitos autorais.

Capa (ilustração¹ e arte): Marcelo Correia

Projeto gráfico e editorial: LABAC e Instituto Grão

Coleção Mirante, 14 - ISBN: 978-65-991609-7-4

Dirigida por Luiz Augusto Rodrigues, Marcelo Correia e Deborah Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária: Simone Conceição da Silva Costa CRB-7/6301

D451 (Des)Envolvimento sustentável e políticas culturais / Lia Calabre e Luiz Augusto F. Rodrigues (Organizadores). – Niterói: UFF-LABAC; Maricá: Instituto Grão; Buenos Aires: RGC; Barcelona: Trànsit projectes, 2025.
176 p.; Formato A4. (Mirante, 14)
Digital.
Inclui Índice Remissivo.

ISBN 978-65-991609-7-4

1.Sustentabilidade sociocultural. 2.Gestão de políticas culturais.
3.Biodiversidade. 4. Direitos culturais. 5.Decolonialidade. I. Título. II.
CALABRE, Lia (Org.). III. RODRIGUES, Luiz Augusto F. (Org.). IV.
Coleção.

306

¹ O baobá é considerado, por muitos, a árvore da vida e carrega muito significado. A identidade social africana de alguns povos é interpretada pela ideia de que as raízes do baobá representam os ancestrais e as memórias da comunidade, enquanto o tronco representa as crianças e os jovens em crescimento.



Editores da Coleção MIRANTE

Luiz Augusto F. Rodrigues
Marcelo Silveira Correia
Deborah Rebello Lima

Conselho Editorial da Coleção

Alexandre Barbalho
Ana Lúcia Pardo
Clarissa Semensato
Deborah Rebello Lima
Guilherme M. dos Santos
Lisbeth Araya
Luana Vilutis
Luiz Augusto F. Rodrigues
Marcelo Neder Cerqueira
Marcelo Silveira Correia
Maria Betânia A. Pereira
Marisa Schincariol de Mello
Pâmella Passos
Rachel Carvalho
Rodrigo Vieira Costa

<https://labacuff.wordpress.com>

<https://institutograocultura.wordpress.com>

Endereço para correspondência:

Universidade Federal Fluminense / Instituto de Artes e Comunicação Social
Laboratório de Ações Culturais
Rua Lara Vilela, 126 - São Domingos - Niterói, RJ - CEP 24290-510 – Brasil

Sumário

p. 6

Apresentação

Lia Calabre e Luiz Augusto F. Rodrigues (organizadores)

p. 8

Que sustentabilidade esperamos para o desenvolvimento das políticas de cultura? (Prefácio à edição brasileira) - *Angel Mestres* (Trànsit Projectes), *Emiliano Fuentes Firmani* (RGC), *Luiz Augusto F. Rodrigues* (LABAC-UFF) e *Marcelo Silveira Correia* (Instituto Grão)

p. 10

Mondiacult e políticas culturais no Brasil, 3 momentos: 1982, 2022, 2025. – *Alexandre Santini*

p. 26

Mondiacult 2025: O lugar das políticas culturais na construção do futuro - *Lia Calabre e Deborah Rebello Lima*

p. 40

Políticas culturais para adiar o fim do mundo: apontamentos teórico-metodológicos - *Renata Rocha*

p. 53

Diversidade Biocultural: reflexões sobre a articulação entre Cultura e Natureza - *José Marcio Barros*

p. 65

Patrimônio BioCultural: por uma política cultural de preservação - *Simonne Teixeira*

p. 81

A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza: 13 especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura - *Alexandre Barbalho*

p. 94

Direitos culturais e desenvolvimento sustentável no contexto das mudanças climáticas - *Lourivânia Soares e Sophia Rocha*

p. 105

As periferias e o desenvolvimento sustentável - *João Guerreiro e Ravelly Machado*

p. 118

Educação ambiental, mudanças climáticas e o campo da formação em organização da cultura: experiências e desafios - *Leonardo Costa e Gleise Oliveira*

p. 134

Políticas culturais e Economia de Francisco e Clara: Interfaces com a Cultura Viva - *Adélia Zimbrão e Lessandra da Silva*

p. 149

Trabalho cultural não precarizado e direitos culturais: por uma agenda de desenvolvimento sustentável e decolonial na América Latina - *Luiz Augusto F. Rodrigues e Mário F. de Pragmácio Telles*

p. 163

Autoras e Autores

p. 173

Índice remissivo

p. 175

Sobre a Coleção Mirante

p. 176

Sobre a obra

É com grande satisfação que apresentamos o livro ***(Des)Envolvimento Sustentável e Políticas Culturais***, uma publicação coletiva que propõe um diálogo urgente e necessário entre cultura, natureza e desenvolvimento. A obra inaugura um novo fôlego nas reflexões sobre políticas culturais à luz da crise civilizatória contemporânea.

Este volume, o 14º da **Coleção Mirante**, reúne autoras e autores comprometidos com práticas e teorias que desafiam modelos coloniais e homogeneizantes de desenvolvimento. Trata-se de um convite ao **reconhecimento da diversidade biocultural** como eixo estruturante de políticas públicas capazes de integrar **justiça ambiental, justiça social e direitos culturais**.

A obra questiona a própria ideia de desenvolvimento sustentável e propõe a urgência do “envolvimento sustentável”, entendido como afeto, escuta e participação cidadã — dimensões fundamentais para nossas práticas e para as políticas culturais, governamentais ou não.

Ao longo de suas páginas, os leitores encontrarão reflexões que abordam temas como: crítica decolonial ao campo das políticas culturais; diversidade biocultural como chave para o enfrentamento da crise ambiental; Pontos de Cultura e a Cultura Viva como políticas públicas emancipatórias; direitos culturais em tempos de colapso climático; importância de incorporar epistemologias indígenas, quilombolas e afrodiaspóricas; papel da avaliação crítica e participativa nas políticas culturais, dentre outras temáticas necessárias e relevantes para as reflexões contemporâneas no campo cultural.

Destaque-se também a contribuição das autoras e autores que apontam caminhos para uma política cultural que vá além da administração de bens simbólicos, reconhecendo a cultura como força ativa na reorganização da vida social.

A publicação se antecipa aos debates da **Mondiacult 2025**, colocando em pauta a necessidade de superar, de forma definitiva, a dicotomia entre cultura e natureza, e propondo um novo paradigma: o da **diversidade biocultural como base de um modelo de desenvolvimento sensível, situado e justo**.

Mais do que um livro, esta obra é uma ferramenta de ação política, pedagógica e institucional. Seu acesso é livre e gratuito, com edição bilíngue prevista em espanhol e inglês, ampliando seu alcance e fomentando redes internacionais de colaboração.

Lia Calabre e Luiz Augusto F. Rodrigues

Organizadores

Que sustentabilidade esperamos para o desenvolvimento das políticas de cultura?

Prefácio à edição brasileira

Como o título da obra já sinaliza - **(Des)Envolvimento Sustentável e Políticas Culturais** - este livro reúne artigos que nos provocam a refletir que o caminho ao nosso bem viver passa pelo envolvimento: envolvimento das pessoas entre si; envolvimento indissociável entre cultura e natureza; envolvimento de todos nós com as pautas coletivas e com a nossa dimensão público-política.

O sustentável da dimensão ambiental, ou econômica, ou tecnológica passa necessariamente por substantivar e adjetivar complementarmente o termo sustentabilidade. Sustentabilidade ambiental pressupõe incorporar definitivamente epistemes outras que há muito tempo são práticas recorrentes e cotidianas de diferentes grupos como dos povos indígenas, mas também de outros. Sustentabilidade econômica efetivamente não é garantida por economias predatórias, extrativistas e excludentes; o radar deve sinalizar economias solidárias. Tecnologias sustentáveis passam, também, pela defesa de tecnologias de afetividade e compartilhamento - TAC (Rodrigues, 2025). O planeta precisa de práticas de afeto - em sentido duplo: que nos afetem com os mundos à nossa volta e que sejamos plenos de afetividade (sobretudo aos outros e não a nós mesmos e a valores materiais).

Podemos referenciar obras de dois intelectuais de tempos diversos. Mário de Andrade intitulou um de seus romances, belissimamente, de “Amar, verbo intransitivo” (1927). Sim, amar é intransitivo, ou precisa ser. Vladimir Safatle (2015) em “O circuito dos afetos” dedica um capítulo com o título: *Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento*. Podemos “ler” a proposição de Safatle no sentido de que o reconhecimento não pode ser dependente de nenhum predicado nominal; assim como o *amar* intransitivo de Mário de Andrade, o *reconhecer* de Safatle também é intransitivo e seu substantivo é antipredicativo.

O título do presente livro sinaliza o campo das políticas culturais. É, também, uma temática que necessita que os sujeitos sociais se reconheçam e sejam reconhecidos como partícipes e não apenas beneficiários das políticas. As políticas de cultura não são agendas somente governamentais; são agendas que precisam ser públicas, no sentido de ser de todos (por todos, com todos, para todos).

Esta publicação traz um aspecto institucional novidadeiro. A Coleção Mirante é um dos três selos editoriais criados em plena conjuntura pandêmica a partir de 2020 pelo Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense, **LABAC-UFF**, em parceria com a organização da sociedade civil **Instituto Grão**, sediada em Maricá/RJ. Para o título atual (Coleção Mirante, 14), as parcerias se ampliaram, se somando a **RGC** (sediada em Buenos Aires, Argentina) e a **Trànsit Projectes** (sediada em Barcelona, Espanha). Tal parceria se sedimentou em função da realização do Mondiacult 2025 (Barcelona, set./out. 2025) e vai permitir que lancemos esta edição brasileira com textos ampliados e uma edição bilíngue (espanhol e inglês) com textos reduzidos, dos mesmos autores e com os mesmos temas. Ambas as publicações ficarão disponíveis em versão digital com acesso livre.

Desejamos ótimas leituras!

Angel Mestres (Trànsit Projectes)

Emiliano Fuentes Firmani (RGC)

Luiz Augusto F. Rodrigues (LABAC-UFF)

Marcelo Silveira Correia (Instituto Grão)

Referências

ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo*. São Paulo: Casa Editora Antonio Tisi, 1927.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. *TAC – Tecnologias de Afetividade e Compartilhamento*: por uma política do sensível, da escuta e da presença. Niterói: Labac-Uff, 2025. Disponível em: <https://labacuff.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/06/tac-tecnologias-de-afetividade-e-compartilhamento.pdf>

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos - Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.



**Mondiacult e
políticas culturais no
Brasil, 3 momentos:
1982, 2022, 2025.**

Alexandre Santini

Mondiacult e políticas culturais no Brasil, 3 momentos: 1982, 2022, 2025.

Alexandre Santini

A realização, em 2025, de uma terceira edição da *Mondiacult - Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável*, desperta grande interesse no campo dos estudos e pesquisas sobre políticas culturais no contexto brasileiro e latino-americano, e se reflete na apresentação destas contribuições oferecidas aos debates da Mondiacult 2025, por parte de pesquisadores e especialistas vinculados à Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Esforços semelhantes ocorreram também em 2022, em publicações como *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina* (EDUFBA, 2022)² e *La Gestión Cultural Latinoamericana en la Mondiacult 2022* (RGC ediciones, 2022)³, que revisitam as declarações e repercussões da Mondiacult em relação às conquistas e os retrocessos vivenciados em termos da construção das políticas culturais no Brasil e na América Latina, bem como empreendem análises sobre desdobramentos dessas recomendações em políticas e ações territoriais e setoriais por parte de governos locais, nacionais e no âmbito da cooperação cultural e do multilateralismo.

A Mondiacult de 1982 é considerada por muitos como um “mito fundador” do pensamento, da reflexão e da atuação estatal e institucional contemporânea sobre políticas culturais. Da declaração final⁴ desta conferência emergem conceitos que irão pautar as experiências e os debates

² Organizada por Lia Calabre, Albino Rubim e Renata Rocha, esta publicação reúne artigos de especialistas de diferentes países latino-americanos e de distintos campos de conhecimento:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35797/1/cult35-REPO.pdf>

³ Número especial da Revista RGC ediciones (Argentina) dedicado à Mondiacult 2022:
[file:///C:/Users/santi/Downloads/RGC_Mondiacult_sept_2022_ESP%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/santi/Downloads/RGC_Mondiacult_sept_2022_ESP%20(2).pdf)

⁴ Declaração de México (MONDIACULT, 1982). Disponível em:
<https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11997/16440/DECLARACION%20MEXICO%201982.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

relacionados ao campo da cultura e sua institucionalidade ao longo das décadas seguintes, e até os dias atuais : a amplitude da noção de cultura, a convocação a uma cooperação cultural internacional fundada no respeito à identidade cultural, a defesa e proteção da diversidade a partir do respeito à dignidade e valor de cada cultura, o reconhecimento das soberanias nacionais e dos princípios de não-intervenção, evitando qualquer forma de subordinação, intervenção ou substituição de uma cultura por outra:

En su sentido más amplio, la cultura puede considerarse actualmente como el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias. (UNESCO, 1982b)⁵

Neste texto, exercitamos um olhar sobre as edições da Mondiacult em relação ao desenvolvimento das políticas culturais no Brasil. Entre a realização da primeira edição em 1982, na Cidade do México, e a segunda em 2022 no mesmo local, passaram-se 40 anos. Em intervalo de tempo bem menor, a terceira edição acontece em Barcelona, entre setembro e outubro de 2025, no ano em que se completam no Brasil os 40 anos da criação do Ministério da Cultura. Cada uma das edições da Mondiacult - 1982, 2022 e 2025 - acontece em momentos singulares da conjuntura histórica, política e cultural brasileira. Sem pretensão de inaugurar ou esgotar o tema, nos interessa aqui estabelecer paralelos entre a realização de cada uma destas edições e o contexto das políticas culturais no Brasil, buscando compreender em que medida as experiências brasileiras, em distintos momentos de nossa história, foram inspiradas, se relacionaram, negaram ou contribuíram com o avanço da agenda descortinada pela Mondiacult de 1982.

1982 - Políticas Culturais e abertura democrática no Brasil.

Como já analisado em diversos estudos realizados sobre o tema, a Mondiacult de 1982 ocorre em meio a processos de distensão dos regimes autoritários que dominaram boa parte do cenário

⁵ Esta definição consagrada pela Mondiacult de 1982 se repetirá em outros documentos importantes produzidos pela Unesco ao longo das décadas seguintes, entre eles *Nossa Diversidade Criadora*, de 1995, elaborado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento; na declaração final da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998); e na Declaração sobre Diversidade Cultural da Assembleia Geral de 2001.

político de países da América Latina a partir dos anos 60 e 70. Diferentemente de outros países latino-americanos, é no contexto do regime militar brasileiro que o termo “política cultural” se insere na agenda do país, no sentido de haver um investimento sistemático da administração pública na criação de instituições culturais.

No caso do Brasil, e isso pode parecer surpreendente ao observador estrangeiro, é no período da ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe de Estado de 1964, que se observa a “constituição de uma esfera pública na sociedade brasileira que envolveu a institucionalização dos meios artísticos e intelectuais, mesmo que esse processo tenha convivido contraditoriamente com um regime militar” (Ridenti, 2001). Tal institucionalização ocorre em meio a contradições entre as forças que atuavam no interior do aparelho estatal e da sociedade: das formulações que visavam posicionar a cultura nos moldes da doutrina de segurança nacional, no tratamento dado à censura como política cultural sistemática do regime, e nas tentativas de atenuar o desgaste da imagem da ditadura junto aos segmentos artísticos e intelectuais. Segundo Renato Ortiz, a intervenção estatal no campo da cultura no Brasil neste período estava relacionada à compreensão dos governos militares sobre o “papel da cultura no direcionamento da sociedade”, mas também e sobretudo na dimensão econômica e na criação de um mercado cultural no país:

O movimento cultural pós-1964 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado, se define pela repressão ideológica e política, por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais [...] Percebe-se, pois, a importância de se atuar junto às esferas culturais. Será por isso incentivada a criação de novas instituições, assim como iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura. (Ortiz, 1989, p. 115-116)

A partir da criação da *Política Nacional de Cultura (PNC)* elaborada por uma equipe de assessores e técnicos da gestão do ministro Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura (MEC), no governo do general Ernesto Geisel (1974-79), há o estabelecimento de um marco balizador das ações de política cultural do governo federal brasileiro, promovendo uma reorganização das instituições e criando um organograma para a área cultural que, em grande medida, estabeleceu bases para a arquitetura institucional que permaneceu por décadas, redundando na criação da Funarte, em 1976, e do próprio MinC em 1985.

O documento que apresenta a formulação da PNC é considerado por Isaura Botelho um divisor de águas em relação ao período anterior, marcado por “ausência quase completa de investimento político no setor” (Botelho, 2023, p. 72-73):

A Política Nacional de Cultura, além de discriminar as tarefas, como a promoção e o incremento da participação do Estado no processo cultural, o incentivo à produção e ao consumo, *entrelaçava as noções de cultura, desenvolvimento e segurança nacional* (grifo nosso). O documento traz em si as contradições entre o respeito à espontaneidade das manifestações culturais e a necessidade de intervenção estatal, da modernização e da conservação, do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, da proteção da cultura contra os seus efeitos ‘maléficos’.

Apesar das muitas contradições do documento e da conjuntura histórica em que a Política Nacional de Cultura surge no Brasil, é possível perceber um claro alinhamento entre suas diretrizes e as recomendações produzidas em fóruns da UNESCO ao longo da década de 1970, que irão encontrar um ponto de culminância e legitimação na declaração de 1982 da Mondiacult. A PNC brasileira preconiza que “a cultura não é apenas acumulação de conhecimento ou acréscimo de saber, mas a plenitude da vida humana no seu meio”; que o reconhecimento da diversidade regional da produção cultural é um “meio indispensável de fortalecer e consolidar a nacionalidade”. O documento sinaliza também a importância da dimensão cultural do desenvolvimento, vista como imprescindível para o alcance de suas dimensões econômica e social.

Estas formulações reverberam, em algumas passagens quase que literalmente, as recomendações de fóruns como a I Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na Europa (Eurocult) realizada em 1972 em Helsinque, na Finlândia⁶, e de conferências seguintes que reforçam essas posições. Roberto Parreira, um dos principais responsáveis pela formulação da PNC, enfatizou a influência de resoluções da UNESCO neste processo: “Serviram. Serviram muito. Consultamos vários documentos. Não inventamos nada. Adaptamos”.⁷

⁶ “A cultura não é somente uma acumulação de obras e conhecimentos que uma elite produz, recolhe e conserva para colocá-los ao alcance de todos, ou que um povo com um rico passado oferece a outros povos como um modelo (...) a cultura não se limita a ao acesso às obras de arte e às humanidades, mas é simultaneamente aquisição de conhecimentos, exigência de um modo de viver, necessidade de comunicação; (...) a cultura não é somente um campo que se deve democratizar, mas tornou-se uma democracia que se deve pôr em marcha” (Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na Europa (Eurocult). Helsinque, 19-28 jun.1972, relatório final, Paris: UNESCO, 1972)

⁷ Entrevista a Isaura Botelho, 11 de julho de 1995.

A transição entre os anos 1970 e 1980 no Brasil é caracterizada por um processo de avanços e retrocessos na acidentada trajetória de redemocratização do país, com a extinção do Ato Institucional número 5, dando início a uma gradual recuperação de direitos e garantias fundamentais. É neste contexto que os movimentos em prol da criação de um Ministério da Cultura, que começam no interior das instituições culturais do país ainda durante os governos militares, ganharam novo fôlego e alento. A partir das eleições para os governos estaduais em 1982, inicia-se um processo de criação e fortalecimento de Secretarias estaduais e municipais de Cultura. A criação de um Fórum Nacional de Secretários de Cultura irá galvanizar uma mobilização nacional de gestores, intelectuais e artistas, culminando na realização do I Encontro Nacional de Política Cultural, realizado em abril de 1984 em Minas Gerais.

O encontro reuniu secretários da Cultura de dezesseis estados da federação, segmentos da sociedade civil, entidades de classe, estudantes, produtores e consumidores de cultura, representantes da Unesco, da Secretaria de Cultura do MEC e personalidades intelectuais como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Abdias Nascimento, Fernanda Montenegro, Ferreira Gullar, Millôr Fernandes, entre outros. O encontro teve grande repercussão na imprensa e forte significado político e cultural, tanto no sentido de fortalecer a articulação pela criação do Ministério da Cultura, quanto no posicionamento político do setor cultural no processo de democratização do país. Segundo Fábio Maleronka, “na etapa de transição democrática da política brasileira, quando estavam sendo formuladas importantes mudanças de perspectivas no campo político e cultural, o horizonte constante de discussões sobre a criação de um ministério para a cultura refletia a importância que a área assumia na convergência dos movimentos democráticos” (Ferron; Arruda, 2019).

No dia 15 de março de 1985, por meio do Decreto n. 91.144, é criado o Ministério da Cultura no governo de José Sarney, que assumiu a presidência com a morte de Tancredo Neves. Apesar das circunstâncias trágicas que o levaram ao cargo, a posse do primeiro presidente civil do país pós-Ditadura Militar foi um marco do processo de redemocratização do Brasil. Sarney, um político oriundo da tradição liberal-conservadora das oligarquias rurais do nordeste brasileiro, montou um governo de coalizão que garantiu estabilidade ao processo de transição democrática do país. Confiou a criação do Ministério da Cultura a intelectuais importantes e de viés mais progressista em relação ao conjunto de seu governo, como o embaixador José Aparecido de Oliveira e o economista Celso

Furtado. Este último, em especial, um especialista em questões relacionadas ao subdesenvolvimento e dependência dos países do terceiro mundo, foi também embaixador do Brasil na UNESCO.

A criação do Ministério da Cultura contribuirá para consolidar no campo da gestão cultural no Brasil uma percepção da cultura como um direito. Do ponto de vista institucional a estrutura do Ministério era - e ainda é - pequena diante dos enormes desafios das dimensões e complexidades do Brasil. Mas a atuação do MinC, do ponto de vista conceitual e de suas linhas programáticas, se orientou desde a sua fundação por aspectos que estavam presentes na declaração final da Mondiacult de 1982: defesa da identidade cultural, em relação intrínseca com o reconhecimento da diversidade; a dimensão cultural do desenvolvimento; proteção e promoção do patrimônio cultural material e imaterial; defesa da liberdade de criação artística e de expressão cultural e intelectual; transversalidade entre cultura, ciência, educação e comunicação, fomento e incentivo às expressões artísticas e culturais, e, por fim, a relação indissociável entre cultura e democracia.

A articulação entre o MinC, artistas, intelectuais e representantes do poder legislativo contribuiu para promover um ambiente favorável à consolidação dos direitos culturais na Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição Federal de 88, uma das mais avançadas do mundo do ponto de vista de direitos sociais, consagra o tema da cultura em seus artigos 215 e 216, onde afirma que *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”* (Art. 215, Caput). Quanto à relação entre cultura e democracia na trajetória do MinC, ela se manifestará também em momentos de crise, pois como poderemos observar adiante, sempre que a democracia brasileira esteve ameaçada, as políticas culturais do país sofreram as consequências.

2022: Mondiacult e Políticas Culturais no Brasil de Bolsonaro

A institucionalidade cultural brasileira acompanhou com distanciamento e indiferença a realização da *Mondiacult - Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável* - na Cidade do México, em 2022. A realização da segunda edição da Mondiacult, 40 anos após a histórica Declaração do México de 1982, aconteceu em meio a um processo de desmonte da arquitetura institucional de gestão cultural no país. O governo Bolsonaro, a partir da extinção do Ministério da Cultura em 2019, empreendeu uma verdadeira cruzada contra as artes e a cultura no

país, atacando e criminalizando as políticas de fomento à cultura e esvaziando as instituições culturais do país de sentido, relevância e orçamento.

Houve, inicialmente, uma intenção por parte da representação da UNESCO no Brasil, de buscar um envolvimento de gestores de cultura de cidades e governos locais, que pudessem de alguma forma construir uma participação mais expressiva no país no encontro. Aconteceram também iniciativas pontuais de participação por parte da sociedade civil, acadêmicos e especialistas. No entanto, a conjuntura política criou dificuldades para uma maior amplitude de iniciativas. No dia 02 de outubro de 2022, poucos dias após a realização da cúpula mundial no México, aconteceram as eleições gerais no Brasil, que envolviam além da eleição presidencial, eleições para os 27 governos estaduais além da Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas estaduais e 1/3 do Senado da República.

Eleito em 2018 em circunstâncias absolutamente atípicas - prisão de Lula e um atentado contra si durante o processo eleitoral - Jair Bolsonaro incorpora em seu discurso e programa de governo uma forte ofensiva contra as universidades, as instituições científicas e a educação pública em geral. Investe contra as comunidades indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, em especial na região amazônica. Atua, através de declarações e medidas, contra as políticas de direitos humanos, de equidade de gênero, de reconhecimento da diversidade sexual e religiosa.

Mas em relação às políticas culturais, a ofensiva do Presidente e de sua militância bolsonarista real e virtual toma especial proporção. De alguma maneira, a batalha do bolsonarismo contra o que eles definem como "marxismo cultural" se torna uma espécie de guerra particular, que toma em diversos momentos o centro da agenda política do país.

O governo Bolsonaro dá continuidade ao desmonte estrutural e orçamentário das políticas culturais em nível nacional iniciado em 2016 no governo de Michel Temer⁸, e o acentua. Extingue o Ministério da Cultura e o transforma em uma Secretaria Nacional, abrigada no Ministério do Turismo. Ao desmonte das estruturas institucionais, Bolsonaro agregou um processo de intensa ideologização

⁸ Eleito e reeleito Vice-presidente da República na chapa de Dilma Rousseff, o político paulista Michel Temer é empossado Presidente da República após o processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma em 2016. Uma de suas primeiras medidas na Presidência foi a tentativa de extinção do Ministério da Cultura, que gerou uma grande mobilização nacional conhecida como "Ocupa MinC". Diante da pressão, Temer recua e a extinção do MinC é revertida, embora com consequências como o enfraquecimento e perda de capacidade orçamentária e gerencial da pasta.

à direita das políticas culturais, algo inédito no Brasil. Coloca a cultura no centro de sua estratégia, mas a serviço de sua máquina de guerra permanente contra as instituições, às artes, à educação, à ciência e ao livre exercício do pensamento e da criação.

Os administradores da cultura no governo Bolsonaro se pautam por uma adesão acrítica a um modelo neoliberal, onde a cultura volta a ser vista apenas como "um bom negócio"⁹, apesar da ofensiva contra a Lei Rouanet ser parte da estratégia de guerra cultural do Bolsonarismo. A migração da Secretaria Nacional de Cultura do Ministério da Cidadania para o do Turismo é exemplo desta visão da reduzida da cultura, que não leva em conta as suas dimensões simbólica, econômica e cidadã, que orientaram as políticas culturais do século XXI no Brasil, e se tornaram referência para o mundo.¹⁰

No entanto, é em meio a este cenário de “terra arrasada”, que o Congresso Nacional brasileiro, amparado em forte mobilização nacional online ocorrida durante o período mais duro da pandemia, aprova em julho de 2020 a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc¹¹, que institui o maior programa de descentralização de recursos e fomento direto da história das políticas culturais no Brasil.

Utilizando os mecanismos previstos no Sistema Nacional de Cultura, com um modelo de descentralização de recursos através de estados e municípios, no âmbito do pacto federativo, os R\$3

⁹ “Cultura é um bom negócio” foi o mote da gestão de Francisco Weffort à frente do MinC durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O significado deste lema é auto-explicativo e coerente com o receituário neoliberal presente na agenda política e econômica do país naquele período: ausência de investimentos públicos diretos e de regulação do Estado no estabelecimento de prioridades, delegando ao mercado a destinação do fomento à cultura.

¹⁰ A matriz conceitual que orientou as políticas culturais no Brasil do Século XXI estão registradas de forma sintética no discurso-manifesto de Gilberto Gil em sua cerimônia de posse como Ministro da Cultura no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003: “Ampliação do conceito de cultura, para além da produção cultural e das linguagens artísticas; cultura, portanto, enquanto produção simbólica, enquanto cidadania e enquanto economia; mudança do público-alvo principal das políticas e ações, que passa a ser o cidadão, e não apenas o artista e o produtor ou o difusor cultural; construção de políticas públicas sistêmicas e estruturantes, para além dos projetos pontuais e dos mecanismos de fomento; não mais a produção e a difusão direta pelo Estado, mas a criação de condições favoráveis à ampliação da produção, da difusão e da fruição pela sociedade; aplicação do conceito de “discriminação positiva”, ou seja, tratar os desiguais desigualmente, em busca de um equilíbrio” (Gil; Ferreira, 2013, p. 229-230).

¹¹ Aldir Blanc (1946-2020) foi um letrista, compositor, cronista e médico brasileiro, que faleceu em maio de 2020, vítima da COVID-19. Sua obra musical é associada ao enfrentamento à ditadura e ao processo de abertura democrática do país, através de canções como *O Bêbado e a Equilibrista*. Durante o processo de tramitação, este projeto de Lei era denominado como “Lei de Emergência Cultural”. No momento da votação e aprovação no plenário da Câmara dos Deputados, ao ler o seu voto como relatora, a Deputada Federal Jandira Feghali propôs a homenagem, e assim a legislação passou a ser conhecida como Lei Aldir Blanc.

bilhões de reais assignados pela Lei Aldir Blanc chegaram a todos os estados brasileiros e a cerca de 4700 municípios, cuja imensa maioria nunca havia recebido qualquer verba pública destinada às políticas culturais.

A aprovação da Lei Aldir Blanc posicionou ainda o setor cultural brasileiro como um ator político relevante na esfera pública, com poder de mobilização, pressão e incidência concreta sobre os temas de seu interesse na agenda nacional. Considerando a conjuntura político-cultural turbulenta e polarizada do país, tratou-se de uma conquista histórica que materializou - considerando o volume de recursos e as dimensões do Brasil - um dos maiores investimentos públicos em cultura no mundo durante a pandemia. Conforme observou Néstor García Canclini, em sua introdução à pesquisa *Emergências Culturais - Instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México*:

Verificamos que, em resposta aos transtornos inesperados da pandemia, o Brasil foi o país latino-americano onde se conseguiu o maior volume de recursos emergenciais e uma distribuição descentralizada para os municípios (...). Veremos que um elemento-chave para explicar essa discrepância foi a existência na sociedade brasileira de redes participativas formadas anteriormente por centenas de milhares de artistas e gestores que conseguiram se organizar, redigir em redes não presenciais uma lei de auxílio econômico, discuti-la com os legisladores e criar condições para que os recursos fossem distribuídos com certo equilíbrio. As comunidades locais, com a limitação dos encontros face a face, se recriaram na comunicação entre 20 mil gestores e artistas em canais do YouTube, conversas no Zoom e trocas no Facebook. Os teatros e auditórios fecharam, mas milhares acompanharam em tempo real o lobby junto a legisladores e as sessões para aprovar a lei.

Pesquisa do Observatório da Economia Criativa (OBEC) da Bahia, intitulada "Panorama Nacional Lei Aldir Blanc"¹² ouviu 2213 participantes de 557 municípios de todas as regiões do país, e apresentou indicadores importantes sobre os impactos da Lei Aldir Blanc na cultura brasileira. Entre o universo de participantes da pesquisa, 63% dos contemplados com recursos da Lei Aldir Blanc não haviam sido beneficiados com recursos públicos para seu fazer artístico e cultural nos últimos 5 anos. Quanto ao impacto da Lei Aldir Blanc na área cultural, 88,7% dos entrevistados avaliaram como

¹² A pesquisa "Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc" ouviu gestores públicos e agentes culturais, além de analisar os editais lançados e os dados sobre a execução da Lei em estados e municípios de todo o país entre 2021 e 2022. Os resultados podem ser acessados em: <https://obec.ufba.br/lab/>

positivo ou muito positivo. Dados do Observatório Itaú Cultural¹³ revelam que os projetos culturais realizados com recursos da Lei Aldir Blanc geraram pelo menos 400 mil postos de trabalho no Brasil.

O que foi uma conquista emergencial revelou-se uma política necessária para a efetiva implementação do Sistema Nacional de Cultura. Em 2022, o setor cultural brasileiro obteve ainda as importantes vitórias de aprovação, e posterior derrubada de vetos presidenciais, às Leis Paulo Gustavo¹⁴ e Aldir Blanc 2, que previam, respectivamente, uma política emergencial e uma permanente de fomento descentralizado às artes e à cultura no Brasil, através de editais e chamadas públicas realizadas pelos estados e municípios. Uma ampla mobilização nacional que envolveu artistas, ativistas, gestores culturais, técnicos, produtores, trabalhadores e trabalhadoras da cultura em todo o país, somada à uma forte articulação de parlamentares aliados da cultura garantiu a instituição destas 2 Leis que, em seu conjunto, criam um dos maiores programas de fomento direto e descentralizado à cultura do mundo.

Inspiradas na Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, as novas legislações implementam uma estratégia eficaz de descentralização de recursos e fomento direto, complementar e mais abrangente que o mecanismo de incentivo fiscal previsto na Lei Rouanet, de 1991. A aprovação destas Leis significou um investimento na cultura de 3,8 bilhões de reais ainda em 2022 e de 3 bilhões anuais a partir de 2023. O desafio que se coloca neste momento é assegurar a perenidade e efetividade destas políticas, garantindo eficiência e celeridade na descentralização dos recursos, critérios transparentes e democráticos de participação em editais e chamadas públicas, e modelos de fomento flexíveis, desburocratizados e descentralizados que possam beneficiar artistas, produtores, técnicos, e toda uma cadeia produtiva associada ao fazer artístico e cultural.

Foi, portanto, em meio à pandemia de Covid-19 e ao pandemônio bolsonarista, que o Brasil, através da sociedade civil, do setor cultural e do legislativo, oferece respostas a alguns dos pontos

¹³ Dados extraídos de pesquisa que analisou os desafios que a pandemia de Covid-19 impôs a agentes culturais no Brasil: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/dez-anos-de-economia-da-cultura-no-brasil-e-os-impactos-da-covid-19>

¹⁴ Paulo Gustavo (1978 -2021) foi um ator, humorista, diretor, roteirista e apresentador brasileiro, vítima da COVID-19. Sua morte precoce causou grande comoção no país, e a iniciativa de um Projeto de Lei Complementar (PLC) de fomento emergencial à cultura, apresentada pela bancada do PT no Senado, foi batizada de Lei Paulo Gustavo.

tratados pela Declaração da Mondiacult 2022¹⁵. Ao expressar preocupação com a vulnerabilidade do setor cultural após a crise global da COVID-19, e suas consequências para o ecossistema cultural como um todo, que evidenciou fragilidades e desigualdades estruturais, a Declaração dialoga com as medidas implementadas no Brasil a partir das Leis emergenciais e da Política Nacional Aldir Blanc. Processos participativos e de mobilização social do setor da cultura, como o que viabilizou a existência destas Leis, são valorizados pela declaração da Mondiacult 2022, que congratula o “desenvolvimento de políticas culturais inclusivas e participativas, envolvendo múltiplos atores — governos, autoridades locais, organizações da sociedade civil, organizações intergovernamentais, setor privado e comunidades”.

Outros temas que mereceram destaque na Declaração da Mondiacult de 2022 e que são parte de uma agenda que mobiliza gestores e agentes culturais brasileiros são aqueles relacionados ao “impacto estrutural da transformação digital nas sociedades e no setor cultural em particular”, e à justa regulação de conteúdos culturais no ambiente digital, em tempos de proliferação de desinformação e *fake news*; O texto define também um conjunto de prioridades em relação aos direitos culturais que devem ser levados em conta nas políticas públicas, que incluem os direitos sociais e econômicos dos artistas e sua liberdade artística, o direito das comunidades indígenas de salvaguardar e transmitir seus conhecimentos ancestrais, e a proteção e promoção do patrimônio cultural e natural.

A Mondiacult 2022, 40 anos depois, na mesma Cidade do México, registrou outro marco histórico, que é o reconhecimento da cultura como um bem público global. Fruto do acúmulo de diversas declarações e tratados construídos pelo sistema das Nações Unidas ao longo de 4 décadas¹⁶, e de dez meses de negociações multilaterais lideradas pela UNESCO, a declaração de 2022 exorta

¹⁵ Declaração final da Mondiacult 2022, disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciclo-de-dialogos-patrimonio-cultural-e-acoes-climaticas/MONDIACULT_2022_Declaracao_Final_Portugues.docx.pdf

¹⁶Entre as Declarações, Recomendações e Convenções da UNESCO tidas como insumos para a declaração da Mondiacult de 2022 estão: Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional (1966), à Declaração Internacional da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001) e à Declaração da UNESCO sobre a Destruição Intencional do Patrimônio Cultural (2003), à Recomendação relativa ao Estatuto do Artista (1980), à Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), à Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (2011) e à Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade (2015), à Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001), à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e à Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005);

ainda que a cultura seja incluída como um objetivo específico dos próximos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030.

2025: Brasil e Mondiacult numa encruzilhada histórica

O Brasil chega à Mondiacult de 2025 em pleno processo de reconstrução do MinC e das políticas culturais no Brasil e, sob a liderança da Ministra da Cultura Margareth Menezes e no governo do Presidente Lula, retomando seu papel protagonista e incentivador dos organismos multilaterais, de iniciativas de cooperação e da solidariedade entre os povos, no combate à fome, na defesa da paz e no enfrentamento da crise climática. Em uma conjuntura mundial turbulenta, a diplomacia cultural brasileira compreende que as políticas culturais, em uma perspectiva transversal e associadas ao desenvolvimento sustentável, são elemento estratégico que pode determinar o futuro dos países, particularmente os do sul global, em sua inserção soberana no mundo. O governo brasileiro, através do Ministério da Cultura, presidiu a reunião de Ministros de Cultura do G20, em novembro de 2024, e a reunião de Autoridades Culturais dos BRICs, prévia ao encontro de chefes de Estado do bloco, em julho de 2025. O Brasil se prepara para ter uma participação ativa e efetiva na Mondiacult de 2025, tanto na participação de autoridades nas arena diplomáticas e institucionais, como através da contribuição de agentes culturais, pesquisadores e especialistas em *side events* e espaços paralelos e correlatos à Conferência promovidos por governos locais, nacionais e pela sociedade civil.

Ao mesmo tempo, a conjuntura mundial apresenta um panorama turbulento e polarizado, com uma escalada crescente de violência e intolerância, aumento das desigualdades, fragilização dos acordos e instâncias internacionais de diálogo e cooperação, crise das instituições, avanço do negacionismo climático, de projetos políticos extremistas e autoritários, que ameaçam a liberdade e a democracia tanto dos Estados nacionais como no ambiente digital, dominado por plataformas corporativas transnacionais.

A Mondiacult de 2025 acontece em meio a este cenário extremamente desafiador, mas também, e por isso mesmo, poderá ser uma oportunidade única e inestimável para resgatar as experiências e formulações das últimas 4 décadas, explorar o alcance e o cumprimento delas, ainda que tenhamos consciência das limitações cada vez maiores sobre a efetividade e o caráter vinculante dos acordos e documentos oriundos dos fóruns internacionais. É também uma ocasião que pode

permitir articular o tema das políticas culturais em uma perspectiva transversal com áreas correlatas, em especial com a questão do meio ambiente, tendo em vista o cenário de emergência climática global. O Brasil receberá em 2025 a COP 30, portanto é um momento oportuno para se reivindicar o respeito ao cumprimento de tratados internacionais como o Acordo de Paris, mas também de acumular forças necessárias para ir além de declarações e pronunciamentos, intervindo com mais efetividade no diálogo político global.

A agenda internacional sobre políticas culturais precisa recuperar o espírito das visões antropológica e sociológica abrangentes que caracterizam a declaração de 1982, e incluir de maneira assertiva em seus debates a necessidade de superação das imensas desigualdades, da redistribuição de riqueza, de políticas de emprego e seguridade social para trabalhadores e trabalhadoras da cultura, de programas de investimento em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento que protejam e promovam a soberania digital e tecnológica, oferecendo segurança a pessoas, instituições, saberes e fazeres culturais no ambiente digital.

A ampliação da representação das instituições culturais, incluindo a sociedade civil nos processos de avaliação e monitoramento da Agenda 2030 e dos ODS, é fundamental para que seja possível mensurar, com dados, indicadores e evidências mas também com escuta e participação social, a influência efetiva das políticas culturais nas políticas de Estado. Uma sociedade civil mobilizada, empoderada e participativa, tem grande capacidade de agenciamento e pressão política, podendo ser aliada decisiva para posicionar a dimensão cultural do desenvolvimento na agenda global, seja através de um ODS específico, seja incorporando e dando mais visibilidade e reconhecimento à dimensão cultural nos demais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A circunstância emergencial gerada pela pandemia de Covid-19, em que os organismos de gestão da cultura em diversos países tiveram suas dotações orçamentárias aumentadas para mitigar os efeitos sociais e econômicos da paralisação de atividades artísticas e culturais, deve constituir um ponto de partida para que os orçamentos governamentais dedicados à cultura estejam em consonância com as necessidades do setor cultural, que contribui em patamares consideráveis para o incremento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados nacionais. Neste sentido, a experiência brasileira da Política Nacional Aldir Blanc pode e deve ser tomada como exemplo, inspiração e referência.

Finalmente, trata-se de uma oportunidade de redesenhar e fortalecer a cooperação cultural internacional, em uma perspectiva intersetorial que compreenda, acolha e promova a ampla participação da sociedade civil. E aqui retomamos novamente o espírito da Declaração do México de 1982, que defendeu a cooperação cultural internacional baseada no respeito à identidade cultural, à dignidade e ao valor de cada cultura, à independência, à soberania nacional e à não intervenção. A situação atual exige ainda uma sinalização clara em defesa da paz, e os espaços de cooperação cultural internacional são chamados a se manifestar pelo fim do genocídio em Gaza, e em outras partes do mundo, pois na raiz destes conflitos estão a intolerância e o esgarçamento das relações culturais entre países e povos. A cooperação cultural deve oferecer saídas e caminhos alternativos aos cenários de ódio e discriminação, violação de acordos internacionais, recrudescimento da violência e novas ameaças de uma guerra nuclear.

Como sinal de vitalidade da Mondiacult 2025, destacamos a ampla mobilização que vem se construindo por parte da cidadania e da sociedade civil, com a promoção de diversos fóruns paralelos e correlatos à conferência oficial. Eventos e processos como Ágora Cívica, Cultura e Cidadania. Laboratório Nômade e Culturópolis, entre outros, criam em torno da Mondiacult uma espécie de “Fórum Social Mundial da Cultura”. A escuta atenta e ativa destes interlocutores pelos poderes públicos e organismos internacionais poderá oferecer importantes contribuições para o enfrentamento da crise global a partir da perspectiva da cultura, com criatividade e imaginação política.

Referências

- BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e Política Cultural (1976-1990)*. 2. Ed. Ver. E atualizada. São Paulo: Edições Sesc, 2023.
- CALABRE, Lia; ROCHA, Renata; RUBIM, Antonio Albino Canela (orgs.). *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2022.
- DIAS, Caio Gonçalves. *A Cultura que se planeja: Políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- FERRON, F. M.; ARRUDA, M. A. do N. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, p. 173-193, 2019.

FUENTES FIRMANI, Emiliano (org.). *Revista RGC: La Gestión Cultural Latinoamericana en la Mondiacult* 2022. Buenos Aires: RGC Ediciones, 2022.

GARCÍA CANCLINI, Néstor; BRIZUELA, Juan Ignacio; MELO, Sharine Machado C.; MATADAMAS, Mariana Martinez. *Emergências Culturais: Instituições, Comunidades e Criadores no Brasil e no México*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados ; Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. *Cultura Pela Palavra* - Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003-2010). ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). Rio de Janeiro: Versal, 2013.

LIPPI, Lúcia. A cultura como campo de inovações organizacionais Texto apresentado na mesa redonda: Políticas culturais nos governos autoritários. Projeto Pronex: Direitos e cidadania, 4 de agosto de 2005.

LIPPI, Lúcia. Política Nacional de Cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. Texto apresentado no seminário Pronex, 28 de novembro de 2006.

MICELI, Sergio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORTIZ, Renato. Estado autoritário e cultura. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 79-126

PLANO NACIONAL DE CULTURA (1975). CPDOC, Documento do Arquivo Geisel.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, abr.-jun. 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. Albino C.; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 11-36.

UNESCO. *Declaração final* - Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022). Paris: UNESCO, 1982a.

UNESCO. *Declaración de México sobre las Políticas Culturales* - Conferencia Mundial Sobre Las Políticas Culturales, 1982, México, DF. Paris: UNESCO, 1982b.



**Mondiacult 2025: O
lugar das políticas culturais
na construção do futuro**

Lia Calabre

Deborah Rebello Lima

Mondiacult 2025: O lugar das políticas culturais na construção do futuro

Lia Calabre

Deborah Rebello Lima

É provável que pareça estranho, para alguns, que frente a uma conjuntura política mundial tão adversa, como a que foi se configurando nesse primeiro semestre de 2025, que estejamos tão empenhados em investir em reflexões e propostas que possam subsidiar o governo brasileiro, no Mondiacult 2025 – um encontro de dirigentes mundiais do campo da cultura, em uma conferência mundial de um organismo de cooperação internacional. Talvez a estranheza possa vir do descrédito sobre a capacidade política efetiva de muitos dos organismos internacionais em evitar o não cumprimento de pactos e acordos que mantêm por um fio o diálogo e o equilíbrio entre os países, que visam garantir a manutenção da paz mundial. A impressão geral é que as resoluções do grande encontro mundial sobre políticas culturais resultem em poucos avanços, que assistamos a defesa de propostas modestas, acanhadas, reforçando seus limites de operação diretiva. No entanto, podemos apostar na potencialidade de criação de um sentido comum que tenha a cultura como pilar essencial na defesa da democracia, do pleno gozo identitário, da vivência de quem somos, de movimentos de desenvolvimento que considerem o respeito ao meio ambiente.

Acredita-se que a potencialidade de um evento como este é também o de movimentar a agenda pública internacional e provocar grandes e primorosas reflexões e ações sobre problemas mundiais e locais de urgente enfrentamento. Com isso, em paralelo ao evento de cúpula dos Ministro de Cultura e da diplomacia internacional, articulam-se diversas redes, como as de fazedores de cultura, de pesquisadores e especialistas, de gestores, de organizações da sociedade civil, entre outras. Os eventos paralelos, muitas vezes, também são capazes de gerar ações e desdobramentos muito potentes, na medida em que envolvem os sujeitos que atuam efetivamente nos territórios. É nessa chave possível de articulação a partir das outras redes, que se trançam na construção contemporânea das políticas culturais, que o presente artigo foi também construído.

Com isso, apostamos na possibilidade de contribuir com o Ministério da Cultura do Brasil. Entretanto, apostamos também na potencialização das discussões e no fortalecimento dos estudos e projetos quando articulados em redes mais ampliadas.

É buscando rememorar compromissos e agenciamentos que começaram a ser realizados há quase 5 décadas por diversos de nossos países latino-americanos, que pensamos poder contribuir com a construção de uma nova visão de futuro. Mais diretamente, a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, sediada da Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil, iniciou uma rede de diálogo com parte de seus pesquisadores membros, provocando-os a analisar os temas essenciais que seriam tratados na Mondiacult e pensá-los verticalmente com foco em nossa realidade. O objetivo central foi o de contribuir para a ação do Ministério da Cultura do Brasil, mas a partir do nosso território, das dinâmicas enfrentadas no caso brasileiro e no contexto latino-americano, no qual estamos inseridos. Este trabalho da Cátedra se soma ao esforço já empreendido desde sua fundação: o de arregimentar a reflexão sobre o campo das políticas culturais, mas com ênfase também em ações de formação e diálogo prospectivo.

Este artigo, em específico, mergulha em uma retomada de marcos históricos relevantes para dialogarmos sobre o lugar essencial das políticas culturais para a construção de cenários ou futuros possíveis, em múltiplas camadas e facetas. Cremos que é no processo de apropriação de tais agendas, no tempo presente, pelos cidadãos, pelas coletividades, pelas instituições, pelos gestores, pelos pesquisadores e por outras tantas redes ativadas é que poderemos realizar apostas para o futuro. Provocamos a reflexão nesta direção com o intuito de alavancarmos a potencialidade programática da Mondiacult 2025 como um novo esforço de fortalecimento do lugar das políticas públicas na agenda dos países, seja por ação direta dos Estados, seja por arregimentação de grupos sociais distintos.

Nesta direção, tomamos como exemplo o que ocorreu no Brasil recentemente. Afinal, foi na luta contra os efeitos imediatos da pandemia, que o campo da cultura vivenciou os resultados do poder, da capacidade, da mobilização social para a mudança de rumo das políticas. Por meio da potente arregimentação social entre grupos da sociedade civil e parlamento foi conquistada uma lei que promoveu o avanço do financiamento público federal para patamares que jamais tinham sido

alcançados, a aprovação da lei 14.017/2020¹⁷. Há que se ponderar, como reforça Alexandre Barbalho (2023), como a aprovação da LAB deve ser percebida como um movimento extraordinário, tanto como algo fora do esperado no contexto, mas também espantoso. Afinal, sua aprovação representou um dos maiores avanços na consolidação de um sistema de financiamento público federado no país, um passo importantíssimo que ocorreu durante uma das administrações, a gestão do então presidente Bolsonaro, que mais desempenhou esforços de deslegitimação do investimento no campo. Tais experiências devem servir de referência para a construção efetiva de possibilidades de futuro da sociedade como um todo. A cultura tem um papel central na construção desses novos cenários. Necessita ser considerada para além do seu tão conhecido caráter transversal, que na demarcação efetiva dos campos das políticas públicas termina por não a potencializar. Algumas de especificidades da cultura necessitam ser enfatizadas, é necessário girar o prisma com mais exatidão, desvelar quais são as questões centrais, as transversais e as periféricas, nas políticas culturais.

Reaprendendo com o passado para construir o futuro.

Ao longo dos anos 1970, as discussões sobre as políticas culturais foram intensas e, em grande parte, fomentadas pela UNESCO. Revendo o processo do presente para o passado, podemos afirmar que, no contexto da América Latina, tais discussões seguiram frutificando, se desdobrando em outras inúmeras direções. Aqui, estamos nos referindo tanto aos desdobramentos ocorridos dentro das estruturas das políticas públicas de alguns países, quanto à incorporação do tema das políticas culturais no interior dos estudos acadêmicos. Neste sentido, é basilar o trabalho de Néstor García Canclini, ainda na década de 1980, ao reforçar a compreensão de políticas culturais como um “conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social” (1987, p. 26). Segundo o autor, uma tessitura complexa e com muitos agenciamentos coletivos. A conceituação proposta naquele contexto foi especialmente interessante para instigar o potencial de enfrentamento de problemas sociais perenes por meio das políticas públicas de cultura. Ainda assim, ao longo dos anos, observamos a cultura sendo vista como um catalisador, como um potencial

¹⁷ A lei 14.017/2020, também conhecida como Lei Aldir Blanc, foi um socorro emergencial aprovado durante a pandemia da Covid 19 no Brasil, com foco no auxílio aos trabalhadores da cultura, por meio de renda emergencial, o subsídio para manutenção de espaços culturais, em virtude do período de calamidade e a possibilidade de fomento a práticas e ações culturais no mesmo período.

recurso (como também ponderou George Yúdice, 2004), social ou econômico, mas ainda com evidentes limitações de capacidade de atuação e vinculação.

Outro elemento importante neste histórico, ainda nos esforços de reflexão no campo, como também pondera Canclini (*idem*), é interessante observar o quanto percorremos um movimento que se iniciou como descrições essencialmente burocráticas do que vinha sendo feito, para processos de adensamento crítico sobre as próprias práticas. A importância dos estudos em políticas culturais foi essencial para o fortalecimento de sua dimensão transversal e multidisciplinar. Estes estudos foram se enraizando por diversos campos de conhecimento e, após um período de dormência, que corresponde a década de 1990 - de governos neoliberais na maior parte do continente-, floresceram com bastante potência do século XXI. As metáforas diretamente ligadas aos ciclos da natureza, às dinâmicas do meio ambiente, são propositais, pois uma das questões que guia a construção do presente artigo é a da problemática da relação entre políticas culturais e o desenvolvimento sustentável. Este último pensado na articulação com o respeito a autonomia dos povos originários, o reconhecimento de saberes oriundos dos povos de matrizes africanas e, em síntese, com a luta contra a extrema desigualdade social que se acentua ainda mais nesses nossos tempos contemporâneos.

Quando voltamos nosso olhar para os governos, especialmente com uma mirada especial para a experiência latino-americana, verificamos um nível significativo de desigualdade de amadurecimento da questão das políticas culturais nos países, assim como processos cíclicos de assolamento do que havia sido realizado, obrigando a um contínuo movimento de recomeçar. Tal fato diz respeito tanto ao conceito de cultura que serve de base para a ação dos Estados, quanto ao conceito de políticas culturais em si mesmo, muitas vezes traduzido por um rol de ações de baixo alcance e de efeitos muito restritos, seja em termos gerais das populações dos países seja, no privilegiamento às linguagens artísticas ou às manifestações culturais consagradas. Ainda vivemos um contexto em que é necessário *justificar* o investimento no campo, *provar* para áreas de planejamento a sua importância e efeitos diretos, seja em cenários de metrificação mais evidente: como a geração de emprego e renda; ou em dinâmicas menos tangíveis, como o fomento à diversidade de práticas culturais e artísticas.

Os países, ao se engajarem nas discussões internacionais sobre cultura e sustentabilidade ambiental, com o intuito de construir um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) específico para a cultura, precisam garantir, nos seus próprios territórios, status idêntico para a cultura.

Necessitam tanto trabalhar com o conceito ampliado e transversal de cultura, quanto na construção e estruturação de políticas culturais em âmbito nacional. Há a necessidade do efetivo compromisso de tornar a cultura um dos pilares que alicerça o desenvolvimento sustentável do próprio país, seja no nível territorial ou em âmbito nacional. Vivemos movimentos importantes de defesa do direito à cultura, mas é preciso a garantia de ações mais evidentes de sua potencialidade em diálogo com outras áreas de planejamento, inclusive. Tratamos, portanto, da necessidade premente de garantia de instrumentos de monitoramento, transparência e participação social que visem a execução de ações efetivas de comprometimento com o campo cultural em nível local.

Nos anos 1970, quando foram realizadas as etapas preparatórias para a 1ª Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais¹⁸, houve um esforço em recolher e sistematizar informações sobre as políticas culturais implementadas pelos países membros da UNESCO. Uma iniciativa muito interessante, nesse sentido, foi a da publicação de uma série de livretos que integraram uma coleção chamada “Políticas Culturais: estudos e documentos” que contém uma apresentação padrão para todos os volumes, que logo de início explica que a ideia da coleção era a de permitir que se conhecesse como os diferentes países-membro planejavam e aplicavam suas políticas culturais. As publicações pretendiam reunir informações gerais sobre o campo tais como: estrutura administrativa, orçamentos, formas de planejamento e financiamento, legislação, métodos de ação do estado, patrimônio cultural, entre outros. Os países recebiam uma espécie de roteiro mínimo a ser cumprido, com a liberdade de dar ênfase ao que considerassem mais pertinente. Tal autonomia gerou publicações com graus bem distintos de aprofundamento das questões, revelando concepções bem diferenciadas de políticas culturais, que podem ser aferidas a partir da descrição das ações e programas (ou da ausência deles) por parte dos governos. É interessante pensar que não possuímos um conjunto contemporâneo de informações que nos permita construir um quadro analítico mais amplo da questão.

É importante também, fazer referência a um outro documento dos anos 1970 que consideramos de grande valia para refletir sobre o presente e planejar o futuro. Trata-se da “Recomendação relativa a participação e a contribuição das massas populares na vida cultural”, aprovada na 19ª Conferência Geral das Nações Unidas, em novembro de 1976. A Recomendação

¹⁸ Que ocorreu no México em 1982.

inicia com uma referência ao artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde está previsto que:

Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e participar do progresso científico e de seus benefícios. Os princípios da liberdade e da participação social são muito caros ao campo das políticas culturais. Pela própria natureza das ações culturais e artísticas, os pressupostos da democracia e da gestão compartilhada devem ser o alicerce sobre o qual se assentam as decisões sobre o campo. (Calabre, 2018, p. 7)

O texto da Recomendação está todo assentado na questão da participação democrática, tanto no momento de construção das políticas culturais, quanto no desfrute dos benefícios que dela resultam, inclusive no que diz respeito ao combate às desigualdades sociais. As questões abordadas são de extrema contemporaneidade. O texto declara que o que se entende por acesso à cultura, pressupõe a criação de condições socioeconômicas em que os sujeitos possam se informar, se formar, conhecer, compreender e disfrutar os valores e bens culturais. E, ainda, que a participação na vida cultural esteja vinculada a garantia da efetiva possibilidade de todos os grupos se expressar, comunicar, atuar e criar livremente, com o objetivo de assegurar o próprio desenvolvimento de forma harmônica. (UNESCO, 1978, p. 152)

A Recomendação, entre suas inúmeras considerações, destaca que:

[...] la participación del mayor numero posible de personas y asociaciones en las actividades culturales más diversificadas y libremente escogidas es indispensable para el desenvolvimiento de los valores humanos esenciales y de la dignidad del individuo; que el acceso de amplias capas de la población a los bienes culturales sólo se puede asegurar si se reúnen las condiciones económicas que permitan a los interesados no sólo disfrutar de esos bienes, sino también participar activamente en todas las manifestaciones de la vida cultural así como en el proceso del desarrollo cultural; (UNESCO, 1978, p. 150)

O texto alerta, por exemplo, para a necessidade de se dar uma atenção especial ao direito de acesso à cultura das mulheres, assim como de garantir a igualdade das culturas em sua diversidade, incluindo as culturas de minorias nacionais e estrangeiras que estejam presente no território.

Ao tratar do princípio da livre participação na vida cultural há, no texto, o alerta de que a efetividade desse princípio também está vinculada a um conjunto de ações que pertencem ao campo das políticas intersetoriais, como podemos verificar no quadro abaixo.¹⁹

Quadro 1 - Políticas intersetoriais

Política	Definição
De desenvolvimento	Que assegure o crescimento econômico e a justiça social
De educação permanente	Adaptada a realidades das populações; assegurando educação cultural e formação artística; de maneira a permitir melhor o domínio das mudanças sociais para poder participar mais da vida de comunidade
Científica e tecnológica	No intuito de garantir a proteção da identidade cultural dos povos
De progresso social	Na direção da diminuição das desigualdades que afetam grupos e pessoas, interferindo nas possibilidades de realizar suas aspirações
Ambiental	Proteção da natureza de maneira a garantir a plena expansão dos indivíduos e das comunidades
De comunicação	Fortalecimento da livre troca de informações, ideias e conhecimentos, favorecendo a compreensão mútua
De cooperação internacional	Baseada nos princípios da igualdade das culturas, do respeito, da compreensão e no fortalecimento da paz.

Fonte: elaboração própria

A dimensão da política cultural em seu caráter transversal, como se convencionou denominar com ênfase em períodos mais recentes, ou nesta dimensão intersetorial, como proposta no quadro acima, vincula-se a este esforço de alargamento de conceito, alcance e operação. Um percurso longo em que é possível destacar múltiplos esforços.

Vejamos, portanto, a emblemática MONDIACULT, realizada em 1982, e reconhecida por consolidar e alinhar debates essenciais que vinham sendo feitos anteriormente-, da mesma maneira miramos para sua primordial contribuição no alargamento da noção de cultura (alicerce do desenvolvimento de políticas culturais). Seu papel de enfatizar a importância da cultura em sua perspectiva sociológica (como pondera Isaura Botelho, 2001) tem um destaque essencial em abordagens posteriores de construção de políticas com foco na garantia de direitos e no

¹⁹O presente quadro integra originalmente o artigo CALABRE, Lia. “O lugar das políticas culturais na Contemporaneidade” p.9.

protagonismo da diversidade cultural. Logicamente, percebemos, da mesma maneira, o quando o percurso de pavimentação do campo padece de processos complexos e lentos e que muitas vezes necessitam de exercícios de retomada ou redirecionamento. Naquele momento, a ênfase na ampliação do conceito de cultura -chave para as ações dos países, reforçava preocupações com pilares essenciais que também estiveram nos movimentos da Unesco no período seguinte, na Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural, que vai de 1988 a 1997, e que também problematizava o modelo de desenvolvimento adotado até ali.

É interessante ponderar que os movimentos ofertados podem ser lidos como passos para o fortalecimento da centralidade da diversidade cultural como propulsão para estes novos modelos de desenvolvimento. Tal como se revelou no então chamado relatório Cuéllar, Nossa Diversidade Criadora e, posteriormente, adensados nas convenções de Proteção e Promoção da Diversidade Cultural de 2001 e 2005. Ali, naquele momento, a defesa essencial, como remonta Cuéllar era de que: “O desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma” (Cuéllar, 1997, p. 21).

De fato, estamos disputando, em um alargado contexto político social, por novas abordagens de desenvolvimento que considerem o envolvimento de múltiplos agentes e realidades. Ou seja, ponderando necessidades e características culturais de maneira evidente e não apenas como efeitos discursivos.

Tratando ainda de esforços de indicação de movimentos ou documentos essenciais na historicização do campo é pertinente deter um pouco mais de ênfase neste marco no debate e que ocupou de maneira protagonista a agenda e a gramática das políticas culturais contemporâneas: a Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade Cultural (reforçando a experiência brasileira).

O documento é um marco não apenas como norte temático e um direcionamento para a abordagem política dos países. Ela reforça a importância da valorização da dimensão identitária do direito à cultura. Desde seu processo de aprovação até a posterior ratificação pelos estados, seu trabalho essencial tem sido o de enfatizar que a política cultural está entremeada com a agenda de direitos sociais e políticos dos territórios. Além disso, a Convenção de 2005 aponta de maneira bastante evidente para pensarmos as assimetrias econômicas globais e a necessidade de promoção

e proteção da diversidade de práticas e sujeitos com vistas a sua preservação, temas que iremos retomar de maneira proeminente na próxima Mondiacult de 2025.

No contexto brasileiro, a Convenção foi relevante como um dispositivo de suporte e arregimentação do tema que já vinha sendo operacionalizado antes mesmo de sua aprovação, em 2005. Destacamos, neste sentido, três grandes movimentos de vinculação ao esforço do documento internacional: o aporte temático ao tema; a sua institucionalização e sua incorporação como pilar essencial na gestão de políticas culturais; a sua incorporação na gestão de políticas. É possível compreender que, em primeiro momento, o tratamento do tema pelo governo brasileiro percorreu uma primeira fase de mapeamento e identificação da diversidade, por meio do fomento e a realização de políticas de fomento direto, reconhecimento e promoção da diversidade cultural. Um segundo aporte diz respeito à institucionalização do tema com a criação de secretaria específica e-ou correlata pelo Ministério da Cultura, com destaque para a implantação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, em 2003, e sua posterior transformação amálgama com outras ações correlatas e que hoje opera sob o tema Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural. O terceiro movimento, pelo qual caracteriza inclusive o contexto atual, é o de refletir essa diversidade na revisão de documentos e operacionalização de políticas públicas de cultura, ou como define José Marcio Barros (2020), não apenas pensar sobre, mas com a diversidade cultural e agir efetivamente guiado pelas suas necessidades.

Destacamos aqui que o tema da Diversidade Cultural não deve ser percebido como aporte substantivo para o campo. No caso brasileiro, olhar para as ações de garantia e fomento à diversidade cultural, na forma como localmente se compreende o tema, é perceber que é preciso não apenas reconhecer, mas garantir mecanismos de participação e justiça social, como defende, por exemplo, Nancy Fraser (2006). Afinal, foi em nome dela que é possível reforçar um avanço significativo na construção de políticas mais amplas e democráticas, mas também foi contra a sua abordagem que o conservadorismo político empenhou movimentos consideráveis para calar vozes dissonantes.

Tratar do fomento e da proteção da diversidade cultural, como uma chave na garantia de direitos culturais, não deve ser visto em tom celebratório. É essencial perceber a diversidade como esse campo de disputa real por reconhecimento, redistribuição e representação (na chave da visão de Fraser). Precisamos caminhar para a garantia de compromissos estruturais com a equidade.

Defendemos que um aporte relevante, somando à importância do movimento internacional com as necessidades prementes do setor em nosso contexto local, é o de avançar na construção de novos suportes metodológicos e instrumentos participativos que contemplem a diversidade cultural não apenas como efeito discursivo ou suporte de “representação”.

Tais direcionamentos se alinham ao movimento seguinte, sublinhado na Mondiacult realizada em 2022-na cidade do México, que reafirmou o compromisso de alçar a cultura à condição de bem público global. Este movimento é mais do que ênfase retórica, pois alinhava implicações conceituais sobre o lugar da cultura e seu desenvolvimento em políticas. Não apenas reconhecendo-a como patrimônio da humanidade, mas como direito comum, chamando para a responsabilidade coletiva dos Estados e de toda a comunidade. Isso reforça, inclusive a camada política ao sublinhar que cultura (e política cultural) deixa de ser apenas assunto interno, mas que deva essencialmente percorrer e sustentar compromissos multilaterais evidentes, tais como: financiamento perene, colaboração e monitoramento compartilhados.

Alçar a cultura como um bem público global é também uma estratégia que vise fortalecer duas das principais problemáticas colocadas em pauta para enfrentamento no contexto atual e a serem debatidas na próxima Mondiacult de 2025: a cultura como reforço para a sustentabilidade ambiental e o impacto nas novas tecnologias (como a inteligência artificial) nos bens, serviços e práticas culturais e artísticas. Não é nova a tentativa de trazer a cultura para esforços de desenvolvimento inclusivos. No entanto, as tipologias de produção e consumo na sociedade contemporânea ainda seguem fortemente ancoradas em imaginários, valores e práticas excludentes e com baixa preocupação com seus efeitos. Observar a necessidade de proteção modos de vida e sistemas de conhecimento ancestrais é muito mais do que fomento e proteção a práticas identitárias ou simbólicas, coloca-se como uma urgente dimensão de compreensão alargada de proteção a amplos ecossistemas, ou seja, é uma condição efetivamente ecológica. No que tange ao segundo amplo tema a ser tratado, é perceptível que o desenvolvimento acelerado das ferramentas de inteligência artificial representa uma dicotomia latente. Afinal, ao mesmo tempo que possibilita novas ferramentas para a criação, também evidencia o risco sobre questões como: autoria, integridade de saberes, os impactos na proteção e promoção da diversidade cultural e tantos outros. Contudo, compreende-se que o compromisso da cultura como bem público global permite o

reaquecimento de compromissos globais coletivos. A defesa da cultura, neste sentido, é a defesa da pluralidade epistêmica, de práticas para garantir futuros evidentemente possíveis e mais inclusivos.

Com isso, além de uma diretriz programática que busca novamente enfatizar o papel da cultura em perspectivas de desenvolvimento inclusivas, preocupadas com o meio ambiente e a justiça social, destacamos o esforço do encontro de 2022, e que continua no próximo debate de 2025, em estabelecer o fortalecimento de mecanismos permanentes de diálogo multilateral, lançando esforços para a UNESCO como este espaço de coordenação e diálogo, estruturante para a articulação internacional. Compreende-se este movimento como uma sinalização e tentativa de recuperação da capacidade de organização e articulação da instituição, tão atacada ao longo dos anos em virtude de sua precarização, esvaziamento e disputas geopolíticas que enfraquecem o multilateralismo como espaços de diálogo.

Notas conclusivas

Ao nos propormos a refletir sobre o lugar das políticas culturais, da ação dos estados em um cenário futuro, verificamos que não alcançamos plenamente boa parte das recomendações do passado. Houve crescimento econômico, entretanto sem que ocorresse justiça social, o processo de concentração de renda, seja em termos de países, seja em termos de indivíduos, só se acentuou. A recomendação de que a educação fosse permanente e adaptada a realidade das populações, está muito longe de ser o que efetivamente ocorre na grande maioria dos países, em especial se pensarmos na América Latina. Mesmo nos períodos democráticos essa é uma realidade distante. Ao se referir às políticas de ciência e tecnologia a recomendação é que seja usada em prol de garantir a proteção da identidade cultura dos povos, que se somaria a políticas de progresso social direcionadas a diminuição das desigualdades que impedem as pessoas de realizar seus desejos e sonhos. Sem deixar de atentar para a política ambiental com o objetivo de proteger a natureza garantindo a vida e a expansão dos sujeitos e das comunidades. De fato, ainda mergulhamos na defesa de processos participativos contínuos que de forma evidente garantam a o engajamento social de forma ampliada, envolvendo todos os sujeitos, com suas distintas cosmovisões, percepções de mundo e representações simbólicas. Movimentos mais amplos que saiam da amarra neoliberal de conferir à sociedade civil o lugar de “controle social” no debate de políticas públicas.

A Mondiacult 2025 ao propor centrar as discussões da Conferência na problemática das políticas culturais e no desenvolvimento sustentável dialoga fortemente com a Recomendação de 1976 e nos coloca uma questão fundamental: Quais passos a mais devem ser dados para que se obtenha a efetividade do que foi recomendado e reiterados, daquilo que repetidamente foi aprovado pelos países membros, mas pouco aplicado?

Sem dúvida, são outros tempos, com um mundo muito diverso daquele vivido anos 1970, houve uma aceleração e expansão tecnológica sem precedentes, assim como um crescimento exponencial da exploração dos recursos naturais. Podemos afirmar que biomas desapareceram, que os níveis de poluição estão fora de controle, que convivemos com ilhas de plásticos nos oceanos, que as intolerâncias de diversas naturezas crescem, que se ampliou a devastação das terras indígenas e das comunidades tradicionais, que ocorre uma exploração super acelerada dos recursos naturais, que os problemas da pobreza, da desigualdade e da fome endêmica no planeta se avolumaram. Enfim, um tempo no qual é ainda muito mais urgente se colocar em prática muito daquilo que está sendo recomendado desde a década de 70 do século passado.

Destacamos, portanto, que a Mondiacult 2025 retoma compromissos anteriores e já em construção no foro da UNESCO, mas, essencialmente, representa uma oportunidade histórica como um efetivo ponto de inflexão para a centralidade da cultura diante das múltiplas crises enfrentadas no contexto. Precisamos, essencialmente, para além da dimensão programática, que os Estados assumam concretamente mecanismos de implementação, consolidação e monitoramento efetivamente participativo.

Para construirmos o futuro, temos que rever as lacunas, a inércia, os erros do passado. Nos processos intensos de discussão e de produção de informações que subsidiaram a realização do Mondiacult de 1982, nas pesquisas e documentos intermediários estão muitas das trilhas que poderiam ter levado a caminhos de proteção do planeta, permitido a construção de processos efetivos de desenvolvimento sustentável, fortalecido o respeito a autonomia dos povos, fornecido mais empenho e efetividade nos esforços para a diminuição dos níveis de pobreza. Mas tais trilhas foram apagadas, desviadas, nos colocando a beira do precipício. As tecnologias podem ser novas, mas os problemas persistem há tempos. Não devemos caminhar para o futuro ignorando o passado sob a pena de cometermos mais erros, inclusive repetindo os já cometidos. Na beira do precipício a terra

cede sob nossos pés. Não há mais tempo para pactos e resoluções não cumpridas. Precisamos avançar.

Referências

BARBALHO, Alexandre. Lei Aldir Blanc: uma Agenda extraordinária. In: RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; LIMA, Deborah Rebello; CALABRE, Lia. *Emergências e imersões de políticas culturais: panorama a partir da LAB*. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2023.

BARROS, José Márcio (org.). *Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr.-jun. 2001.

CALABRE, Lia. Cultura como vetor de desenvolvimento social e humano: MONDIACULT revisitada. In: BARON, Lia; CARNEIRO, Juliana. *Viver de Cultura*. Niterói: Prefeitura de Niterói, 2023.

CALABRE, Lia. O lugar das políticas culturais na contemporaneidade. *Contemporâneos. Revista de Artes e Humanidades*, v. 18, p. 1-19, set.-fev. 2018.

CUÉLLAR, J. P. (org.). *Nossa diversidade criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO. Campinas: Papirus ; Brasília: UNESCO, 1997.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista". *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (ed.). *Políticas culturales en América Latina*. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1987.

UNESCO. Recomendación relativa a la participacion y la contribucion de las masas populares en la vida cultural. 26/11/1976. In: UNESCO. *Actas de la Conferência General 19ª*. Reunión, Nairobi, 1976. v. 1

UNESCO. Conferência Intergubernamental sobre las políticas culturales en América Latina y el Caribe. Informe final – 10 a 20 de enero de 1978. Paris, 1978.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

**Políticas culturais para adiar
o fim do mundo:
apontamentos teórico-
metodológicos**

Renata Rocha

A recente intensificação, no Brasil, dos debates e incursões teóricas sobre as políticas culturais, campo de estudos ainda *em formação* (Santos, 2017), evidenciam o esforço de articulação de pesquisadores em torno da constituição de consensos e perspectivas partilhadas (Rocha *et al.*, 2020, p. 386). Os olhares ora se debruçam sobre o desenvolvimento da produção de conhecimento sobre a temática (Barbalho; Holanda, 2014; Calabre, 2014; Costa; Rocha, 2019; Santos, 2017); ora revisitam aspectos teórico-conceituais. Desses últimos, é possível identificar abordagens de cunho mais descritivo (Lima; Ortellado; Souza, 2013), embora a maioria adote posições teóricas alinhadas com o que Rocha (2016) intitula como a *corrente crítica*²⁰ das políticas culturais, adotando como base, portanto, a reflexão teórica produzida na América Latina (Brizuela; Rocha, 2019; Lima, 2011; Rocha, 2016), demarcadamente descolonial (Rocha; Costa; Rabelo, 2024) e afrodiaspórica (Biriba, 2021; Freitas, 2019).

Assim como identificado em grande parte das análises que se debruçam sobre a produção de conhecimento em políticas culturais, a adesão à corrente crítica pode ser identificada como fundamento teórico hegemônico do campo, bem como a imbricação com “processos políticos” mais amplos (Rocha; Costa; Rabelo, 2024, p. 277). Autores como Pitombo *et al.* (2021) e Barbalho e Holanda (2014), por exemplo, sinalizam como característica comum de tais estudos a adoção de referências abrigadas nos estudos culturais. A esse respeito, cabe, porém, demarcar uma diferenciação: os expoentes da produção latino-americana comumente inseridos neste guarda-chuva teórico-conceitual – a exemplo de García Canclini (2010), Martín-Barbero (2010), Nivón Bolán (2012), Ortiz (2004) e Mato (2002), dentre outras referências recorrentes no campo das políticas culturais – rejeitam tal rótulo. Por este motivo, na reflexão ora em curso, optamos por adotar a designação

²⁰ Tal corrente se caracteriza pela politicidade da cultura com base na noção gramsciana de hegemonia; pela ascensão de temáticas e segmentos culturais, considerados menores, a objetos de investigação científica ou cultural e pela transdisciplinaridade como ponto de partida ou meta a ser perseguida (Grimson; Caggiano, 2010).

*Estudos da cultura na América Latina*²¹ em lugar da noção de estudos culturais latino-americanos ou outras equivalentes.

Para além do marco teórico hegemônico, emerge como característica da produção de conhecimento em políticas culturais no Brasil a baixa interdisciplinaridade, tendendo à multidisciplinaridade (Santos, 2017), diante da demarcada dispersão disciplinar (Costa; Rocha, 2021; Santos, 2017) e de sentidos (Ochoa Gautier, 2003). Não nos parece paradoxal, portanto, constatar tais singularidades como aspectos constitutivos deste campo científico. Segundo Pitombo *et al.* (2021, p. 110) diversos fenômenos que se delineiam no ambiente universitário concorreram para o crescimento e a consolidação dos estudos das políticas culturais no Brasil como um campo científico “[...] com certa autonomia – afinal, ele estrutura posições sociais mediante suas lutas por definição de sentido, possui instâncias de legitimação e sua própria *illusio* (grifo dos autores).

Pierre Bourdieu em *Os usos Sociais das Ciências* (2004, p. 33) considera que

[o] que faz a especificidade do campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao "real", acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o trabalho de objetivação.

Ainda segundo este autor, uma das mais importantes propriedades de um campo científico seria a autonomia, então compreendida como a independência do ordenamento do campo frente a leis sociais externas. Nesse sentido, o engajamento intelectual identificado nos estudos sobre as políticas culturais (e na ação política das principais referências teóricas do campo), não implica, a priori, em heteronomia. Segundo o próprio Bourdieu (2004, p. 74),

Em outras palavras, quanto mais se é autônomo, mais se tem chance de dispor da autoridade específica, isso é, científico ou literária, que autoriza a falar fora do campo com uma certa eficácia simbólica.

O princípio de toda a *Realpolitik* da razão, que prego, consiste em acumular o máximo possível de autoridade específica para fazer dela, se for caso, uma força política sem, é claro, para isso tornar-se um homem político.

²¹ Conforme assinalado por Rocha (2014), apoiada nas reivindicações dos autores acima mencionados, e em especial nas reflexões propostas por Daniel Mato (2002), antes mesmo da instituição de um campo de estudos denominado estudos culturais, a América Latina já possuía um amplo percurso no campo de práticas intelectuais transdisciplinares e críticas, centradas nas relações entre cultura e poder. Sob tal perspectiva, a importação dessa denominação, e do academicismo que a acompanha, desconsidera a importância das contribuições do que Mato (2002, p. 34) denomina como “marcas genealógicas del campo” e dos aportes mais recentes de pesquisadores, artistas, movimentos culturais e movimentos intelectuais indígenas, afro-latino-americanos, feministas, de direitos humanos etc.

Não se trata, portanto, de negar a relação entre o conhecimento produzido neste campo e o poder/política, mas sim sua capacidade de garantir que as lutas científicas internas se desenvolvam a partir de forças científicas, escapando de leis sociais externas, incluindo as políticas. Adicionalmente, cabe destacar que

Efectivamente, es común en diversos medios intelectuales latinoamericanos hacer explícitos los intereses de intervención en el diseño de políticas de diversos actores sociales, incluso pero no sólo de los gobiernos nacionales y sus agencias, sino también con una amplia diversidad de actores sociales, la cual incluye además organismos internacionales, así como organizaciones de derechos humanos, indígenas, afrolatinoamericanas, feministas, de educación popular, de animación sociocultural, y/o diversos movimientos sociales (Mato, 2002, p. 38)

De fato, Pitombo *et al.* (2021, p. 112), referindo-se às políticas culturais no Brasil asseveram que “Se há um traço diacrítico que caracteriza este campo de estudos, ele se distingue pelo trânsito intenso dos agentes entre o campo intelectual e o campo político”. Se por um lado, a atuação de pesquisadores na *práxis* das políticas, em especial das políticas públicas de cultura, pode resultar em vieses resultantes das lutas pela autoridade e legitimação oriundas de um campo diverso do científico, por outro, pode contribuir para a qualificação da atuação em ambos os campos, diante da necessária inter-relação entre os conhecimentos neles produzidos.

Políticas culturais e processos políticos em um mundo em crise

A constatada interrelação entre cultura e poder (ou cultura e política), para além da conexão entre processos políticos e as agendas de pesquisa, parte de uma concepção compartilhada no campo científico de que o ordenamento cultural se constitui de

[n]úcleos estruturalmente articulados que a su vez se integran del mismo modo con otros. Las relaciones que tienen lugar en esa estructura son, normalmente, de jerarquización, de subordinación de unos elementos a otros, de convergencia o de conflicto, en diversos modos y grados” (Quijano, [1971], p. 748).

Ou seja, tal ordenamento, em estreita relação com a ordem dominante, é fruto de um contexto de histórica e alarmante desigualdade social e econômica, associada ao engendramento de construtos de inferiorização com base em aspectos raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero (Mignolo, 2008).

Em diálogo com tal perspectiva, ao analisar a crise política enfrentada pelos Estados Unidos da América frente à primeira vitória de Donald Trump, Nancy Fraser (2020, p. 18) identifica dentre suas causas

[a] metástase das finanças; a proliferação de empregos precários no setor de serviços; a crescente dívida do consumidor que possibilita a compra de coisas baratas produzidas em outros lugares; conjuntamente, o aumento das emissões de carbono, dos climas extremos e do negacionismo climático; a racialização do encarceramento em massa e da violência policial sistêmica; e o aumento das tensões na vida familiar e comunitária...

Tais fatores não se restringem ao contexto estadunidense, então atualizado e aprofundado no segundo mandato de Trump ora em curso. Pelo contrário, permeiam a crise sistêmica global contemporânea. A referida vertente política desta crise, que diz respeito à crença geral no ordenamento social (ou cultural, como propõe Quijano), também envolve as dimensões econômica, ecológica e social e podem representar, sem incorrer em excessos retóricos, o fim do mundo tal qual conhecemos.

Tal diagnóstico, bem como a sinalização de possíveis enfrentamentos já vêm sendo reiterado por indígenas, negros, quilombolas, feministas, pessoas LGBTQIAPN+ e pelos movimentos sociais diversos, mesmo diante da marginalização sócio-política a qual foram sujeitos. Krenak (2019), nos lembra, por exemplo, que os povos indígenas resistiram desde o período da colonização à ocupação e destruição, e que, no presente momento, permanecem resistindo a estes processos.

Apenas mais recentemente, no entanto, perspectivas marginalizadas e subalternizadas pela ordem dominante vêm se inserindo de forma gradativa e consistente como relevantes referências acadêmicas. Para Mignolo (2008, p. 299).

Não estamos apenas encarando demandas de comunidades indígenas e afros ao estado nacional e ao grupo étnico latino que controla a política e a economia. Estamos encarando uma mudança radical na qual indígenas e comunidades afro deixam claro dois princípios básicos:

(a) Os direitos epistêmicos das comunidades afro e indígenas sobre os quais os projetos políticos e econômicos descoloniais estão sendo construídos [...]

(b) sem o controle dos fundamentos epistêmicos da epistemologia afro e indígena, ou seja, de teoria política e economia política, qualquer reivindicação do Estado marxista ou liberal se limitará a oferecer liberdade e impedir que indígenas e afros exerçam suas liberdades.

Esse autor reivindica, apoiado no pensamento de Aníbal Quijano, a adoção da *desobediência epistêmica* como perspectiva central do pensamento descolonial. Ou seja, a recusa em jogar de acordo com as regras “dos jogos impostos por razões imperiais nos seus fundamentos categoriais gregos e latinos” (2008, p. 290).

Sem desconsiderar a relevância do pensamento descolonial, propomos, neste texto, uma reação distinta. Inspiradas em Antonio Bispo dos Santos, também conhecido como Nêgo Bispo²², defendemos a tática de “contracolonizar falando a língua do inimigo” (Bispo dos Santos, 2023, p. 3), transformando “as armas dos inimigos em defesa” (Bispo dos Santos, 2023, p. 3), por meio de uma guerra das denominações, “o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Bispo dos Santos, 2023, p. 3). Ou, segundo hooks (2013, p. 85), “[...] com efeito, o ato privilegiado de nomear muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seu trabalho e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo”.

Corroborando com tal perspectiva, o pesquisador Eduardo Nivón Bolán (2006), no paradigmático livro *La política cultural: Temas, problemas y oportunidades* ressalta a necessidade de escapar da letargia da administração, enfocada nos planos e cálculos por parte dos administradores, colocando os valores no centro das políticas culturais, com vistas à promoção de um novo sentido da ação pública na cultura. Ou seja, o propósito de transformação das políticas culturais, somado ao ainda inconcluso processo de democratização da sociedade, deve ser a meta, o objetivo e o resultado quantificável. Não se trata, portanto, de abandonar o planejamento, ou negar a importância das pesquisas quantitativas, dos diagnósticos e da produção de dados e indicadores que permitam subsidiar os processos de implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas e outras iniciativas no campo da cultura.

No entanto, Pitombo *et al.* (2021, p. 128) constataram, a partir de uma base informacional com estudos publicados em anais entre os anos de 2005 e 2014, “a ausência de estudos econômicos, de gestão e de modelos de análise de políticas públicas” entre os temas e abordagens incluídos do campo científico das políticas culturais. Mais recentemente, Costa e Rocha (2021, p. 175) sinalizam

²² Consideramos relevante destacar que, embora o pensamento de Bispo dos Santos (2023, p. 47) traga uma perspectiva disruptiva da política, compreendida como um “instrumento colonialista” e defenda a autogestão, o mesmo autor assinala a adoção da tática, em sua comunidade, de criar uma associação, da qual “ninguém tem interesse em ser presidente” (Bispo dos Santos, 2023, p. 49) para se relacionar com o Estado. Ou seja, com a política.

para uma mudança no campo, ao se debruçar sobre as palavras-chave indexadas nas teses e dissertações sobre políticas culturais: “A ampliação e consolidação do uso de palavras-chave como “políticas públicas”, e de áreas correlatas como “patrimônio cultural”, “direitos culturais”, “economia da cultura”, “gestão cultural”, parecem apontar para o reconhecimento da importância da institucionalidade do campo”.

O estudo aponta para a emergência e consolidação de abordagens (multi)disciplinares no interior do campo que dialogam de forma substantiva com os processos de institucionalização de políticas e iniciativas no setor cultural. Em consonância com o que propõe Bispo dos Santos (2023) nos parece pertinente engajar-se na sedimentação do campo das políticas culturais, em busca de ampliar sua autonomia, garantido a legitimação e, portanto, a autoridade científica de seus agentes com vistas ampliar sua força política.

Para tanto, o diálogo com tais temáticas mostra-se premente, seja no que diz respeito à adoção de conceitos e métodos destes campos nos estudos sobre a cultura, seja na promoção do reconhecimento do setor como relevante e instigante objeto de estudos para as políticas públicas, a gestão e a economia da cultura. A fim de exemplificar nossa breve incursão neste debate, destacamos as possíveis relações entre as políticas culturais, as políticas públicas e a economia da cultura.

... simbolizar o político, democratizar o simbólico²³: mensuração e avaliação da cultura

Segundo Victor Vich Flórez (2015), um projeto de política cultural deve elaborar seus planos e programas de intervenção a partir do conhecimento das problemáticas reais que afetam as localidades e do empenho de convocar os setores culturais para discutir participativamente os propósitos e estratégias a serem acionados. Toma relevo, portanto, a sensibilidade do ferramental teórico-metodológico eleito para subsidiar adequadamente os estudos e diagnósticos para contribuir com tais políticas.

Conforme nos adverte bell hooks (2019, p. 86), “[...] a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça, e dirigimos

²³ Vich (2022, p. 139).

nossa teorização para este fim”. E é com o intuito de acionarmos aportes teóricos adequados para tal percurso que elucidamos os objetivos centrais de uma política cultural que deve:

[...] se propor a transformar o estilo de vida das pessoas (tornando visíveis os poderes que excluem, as práticas que marginalizam e os hábitos culturais que se instalaram), ao mesmo tempo em que deve promover maior circulação de objetos culturais. Ativar novas formas de comunidade e democratizar o acesso à produção e consumo cultural são, em linhas gerais, as tarefas urgentes das políticas culturais (Vich, 2022, p. 80).

A disputa por valores, constantemente reivindicada nos estudos sobre a cultura não constituem por si uma especificidade, sendo reivindicada por estudiosos que se debruçam sobre as políticas públicas e, mais especificamente, sobre as políticas sociais, e a economia da cultura. Embora tais estudos não sejam, necessariamente, hegemônicos em seus respectivos campos, a aderência teórico-metodológica ao empreendimento ora proposto contribuem para o estabelecimento de diálogos profícuos entre tais campos. Tal perspectiva está de acordo com o conceito de política pública elaborado por Saravia (2006, p. 28-29), definido como:

[...] fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade [...] É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório [...] A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política.

O economista Leandro Valiati (2013, p. 103), por sua vez, destaca a abrangência e diversidade das relações que podem ser estabelecidas.

A política cultural, se compreendida como instrumento efetivo de geração de bem-estar social e sustentabilidade de valores culturais, tem um inevitável caráter abrangente de diversos campos de estruturação de seus objetivos. Esses campos podem ser lidos a partir de variados instrumentos conceituais, que vão desde a ciência política, passando pelas técnicas de planejamento até a economia da cultura, todos eles fornecendo tecnologias para a construção e implantação da política pública.

A efetividade e consonância entre formulação, a decisão, a implementação e a avaliação de uma política pública exige percorrer um longo caminho para alcançar seus objetivos específicos e favorecer uma maior efetividade social da ação pública. Nesse sentido, a fim de

[...] cumprir seus objetivos específicos e contribuir para maior efetividade social da ação pública, é necessário produzir informação e estudos de diferentes naturezas – levantamentos

diagnósticos detalhados, sistemas de indicadores de monitoramento de ações, pesquisas de avaliação de processos e resultados de programas, investigação de potenciais impactos e externalidades negativas –, valendo-se de uma combinação plural de metodologias (quali, quanti e participativas), no sentido de abordar diferentes sujeitos envolvidos (beneficiários, usuários, técnicos na ponta e gestores) (Januzzi, 2016, p. 628-629).

Autores como Boullosa *et al.* (2021) enfatizam a necessidade de uma avaliação crítica, reflexiva e multifacetada das políticas públicas, considerando não apenas seus resultados imediatos, mas também seus efeitos não intencionais e não revelados, além da promoção de processos que deem visibilidade a sujeitos marginalizados. Alcides Gussi e Breno de Oliveira (2016) propõem a análise da política dentro de seus universos culturais, ressaltando a importância do contexto e da trajetória das políticas públicas. Ademais, questionam os modelos técnico-formais de avaliação que "desconsideram os atores sociais envolvidos nas políticas, suas agendas e interesses, tornando-os invisíveis" (p. 84). A esse respeito, Celso Furtado (1984, p. 12), destaca a necessidade de ampliação da participação efetiva da população no processo político para o enfrentamento deste debate.

Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora.

Ou seja, a mobilização em prol da transformação da vida cotidiana por meio do envolvimento dos cidadãos na construção de uma nova imagem de si mesmos e da mobilização com o intuito de promover transformações sociais não pode ser compreendido como (e certamente não é) um debate restrito ao âmbito das políticas culturais.

A discussão "[...] sobre valores públicos ainda está pouco presente nas comunidades epistêmicas e de práticas no país, o que explica parte da dificuldade de se dispor de indicadores sobre impactos referentes a compromissos civilizatórios" (Januzzi, 2022, p. 21). Diante deste cenário e com o intuito de contribuir para o debate sobre a democratização da cultura, nos parece premente a interlocução com os princípios da pluralidade epistemológica. A centralidade dos valores nas políticas culturais transcende a mera consideração de seus conteúdos e formas, embora essa não seja uma questão menor. A promoção da justiça social, entendida como um valor fundamental, deve orientar a busca por resultados efetivos diante das profundas desigualdades sociais, do racismo, do sexismo, da violência de gênero, da destruição ambiental e de outras formas de opressão.

Entre táticas e estratégias...

Se as experiências de organização popular e resistência latino-americanas nos habilita a sugerir um caminho interessante a transitar (Fuentes Firmani, 2022), nos parece fundamental, frente à adoção consciente de uma perspectiva engajada no campo científico das políticas culturais, *hackear* (Fuentes Firmani, 2022, p. 176) instituições, eventos, organizações, manuais, produções.

Em um campo científico em consolidação, o uso consciente de abordagens teórico-metodológicas consolidadas, a formação de redes, as incursões críticas a campos disciplinares diversos surgem como relevantes táticas de legitimação. Adicionalmente, o diálogo com práticas intelectuais para além do âmbito acadêmico, seja por meio da participação social, seja por meio da adoção de referências pluriepistêmicas, emerge como relevante perspectiva de atualização teórico-conceitual e compreensão crítica das questões a serem discutidas.

Sob tal perspectiva, o debate teórico na política cultural deve, então, acionar e potencializar a autoridade científica de seus pesquisadores para operar com conceitos e métodos que estejam aptos a dialogar com, e reivindicar, agendas políticas comprometidas com temas como sustentabilidade, meio ambiente, participação social, demandas de povos tradicionais, periferias, comunidades e coletivos e em especial, com o enfrentamento da exploração sob o modo capitalista. Defendemos, portanto, uma teoria que acione políticas culturais que contribuam, na esteira do que propõe Krenak (2019), para adiar o fim do mundo.

Referências

BARBALHO, Alexandre; HOLANDA, Jocastra. Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult. In: RUBIM, Linda; VIEIRA, Mariella; SOUZA, Delmira de (org.). *Enecult 10 anos*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 183-196.

BIRIBA, Raissa Conrado. Um olhar sobre política cultural nas fronteiras da afrodíaspóra. *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 57–74, 2021. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/43666> . Acesso em: 16 mar. 2025.

BOULLOSA, Rosana et al. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Avaliação*, v. 10, n. 1, p. 0-0, 2021. Disponível em: <https://rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202110005> . Acesso em: 20 ago. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *O usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.

CALABRE, Lia. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 4, n. 7, p. 109-129, 2014.

COSTA, Leonardo; ROCHA, Renata. Estudos em políticas culturais: passado, presente e futuro?. *Revista Extraprensa*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 159-179, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/185417> . Acesso em: 16 mar. 2025.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREITAS, William Soares. Um olhar decolonial e diaspórico para a política cultural da população negra. In: *Anais do XV Enecult: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

FUENTES FIRMANI, Emiliano. Mondiacult 2022: un aporte desde los confines. In: CALABRE, Lia; ROCHA, Renata; RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 159-180.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Estudios Culturales: ¿Un saber en estado de diccionario? In: RICHARD, Nelly (ed.). *En Torno a los Estudios Culturales*. Localidades, trayectorias y disputas. Santiago: Editorial Arcis, Clacso, 2010. p. 123-132.

GRIMSON, Alejandro; CAGGIANO, Sergio. Respuestas a un Cuestionario: posiciones y situaciones. In: RICHARD, Nelly (ed.). *En torno a los estudios culturales: localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis: Clacso, 2010. p. 17-30.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. *Desenvolvimento em Debate*. v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Gussi_Oliveira.pdf . Acesso em: 28 ago. 2023.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JANNUZZI, P. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 27, n. 66, p. 624-661, set.-dez. 2016.

JANNUZZI, Paulo. Avaliação de impacto de programas e projetos educacionais e culturais. *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC*, São Paulo, n. 33, 2022.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Deborah Rebello. Cartografias conceituais sobre políticas culturais contemporâneas. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 75-84, jun. 2011.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: *Anais do IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

2013. Disponível em:
<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2013/11/01/comunicacoes-doiv-seminario-internacional-de-politicas-culturais/> . Acesso em: 11 abr. 2019.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Notas para hacer memoria de la investigación cultural em Latinoamérica. In: RICHARD, Nelly (ed.). *En Torno a los Estudios Culturales*. Localidades, trayectorias y disputas. Santiago: Editorial Arcis, Clacso, 2010. p. 133-141.
- MATO, Daniel. Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. In: MATO, Daniel (coord.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002. p. 21-46.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.
- NIVÓN BOLÁN, Eduardo. *La política cultural*. Temas, problemas y oportunidades. Ciudad de México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2006.
- NIVÓN BOLÁN, Eduardo. Cultura, Política y Globalización. Claves para el debate contemporáneo. In: GIGLIA, Angela; SINGORELLI, Amalia (coord.). *Nuevas Topografías de la cultura*. México DF: UNAM, 2012. p. 33-69.
- ORTIZ, Renato. Estudos Culturais. *Tempo social*. São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12419> . Acesso em: 5 jul. 2025.
- QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad-descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO ; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.
- ROCHA, Renata. Estudos da Cultura na América Latina e o Enecult. RUBIM, Linda; VIEIRA, Mariella; SOUZA, Delmira. *ENECULT 10 anos*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 85-104.
- ROCHA, Renata; COSTA, Leonardo; MATTOS, Nayana; BRANDÃO, Gustavo. Publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia: explorações bibliométricas. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 10, n. 19, p. 380-406, 2020.
- ROCHA, Renata; COSTA, Leonardo; RABELO, Carla. Políticas Culturais na América Latina: Contribuições teóricas. *Revista Espirales*, [S. l.], v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/4395> . Acesso em: 16 mar. 2025.
- ROCHA, Renata; ROCHA, Jaildo; MATTOS, Nayanna. Dados abertos da Capes como fonte informacional: uma análise da produção de conhecimento sobre políticas culturais no Brasil. In: COSTA, Leonardo Costa; ROCHA, Renata (org.). *Cultura e Ciência de Dados*. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 85-106.
- SANTOS, Marcelo Augusto de Paiva dos. *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas públicas: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em:

http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v2.pdf/7d496a4e-adac-4bf3-b2b3-6d0d946ddc24 . Acesso em: 24 fev. 2023.

VALIATI, Leandro. Economia da cultura como instrumento e fundamento para a política cultural. In: LEITE, José Guilherme Pereira. *As Malhas da Cultura 2*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. p. 103-117.

VICH FLÓREZ, Victor Miguel. Desculturalizar a cultura - Desafios atuais das políticas culturais. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 5, n. 8, p. 11-21, mar. 2015.

VICH FLÓREZ, Victor Miguel. *Desculturalizar a Cultura: teoria crítica e gestão cultural*. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2022.

**Diversidade Biocultural:
reflexões sobre a
articulação entre Cultura e
Natureza**

José Marcio Barros

Diversidade Biocultural: reflexões sobre a articulação entre Cultura e Natureza

José Marcio Barros

O termo "diversidade biocultural" ainda é muito pouco utilizado no Brasil, tanto por acadêmicos quanto por agentes sociais que atuam nos campos da diversidade cultural e da biodiversidade. A escassa adoção desse conceito-síntese — que integra de forma indissociável natureza e cultura — parece revelar uma lacuna na forma como concebemos e operacionalizamos políticas públicas intersetoriais. Embora o discurso político contemporâneo, em especial no campo ambiental, tenda a ressaltar a interdependência entre natureza e cultura, na prática ainda se observa uma separação entre essas dimensões, reproduzindo dicotomias herdadas da Modernidade.

Essa realidade aponta para um desafio tanto teórico quanto prático. A despeito da existência de um aparato legal e normativo que, idealmente, permitiria a superação dessa dicotomia, observa-se que as estruturas institucionais e os modelos mentais que orientam as políticas públicas e os discursos sociais ainda operam com uma lógica fragmentada. O paradoxo é evidente: mesmo em um cenário onde os valores da sustentabilidade são amplamente promovidos, persiste uma hierarquia implícita entre cultura e natureza, geralmente com a cultura sendo entendida como elemento "superior", por sua racionalidade e intencionalidade humanas, em oposição a uma natureza percebida como objeto de apropriação ou controle.

A utilização fragmentada dos conceitos de diversidade cultural e biodiversidade não apenas compromete a efetividade de políticas públicas setoriais, mas constitui, em si mesma, uma negação da própria noção de diversidade. Tal fragmentação deriva, em parte, do legado epistemológico da Modernidade, cuja lógica antropocêntrica impôs a ideia de uma superioridade da cultura — entendida como criação humana — sobre a natureza, vista como mera paisagem ou recurso. Essa visão dualista, ainda presente em muitos discursos contemporâneos, inviabiliza a emergência de um paradigma mais complexo, baseado na coevolução entre sistemas naturais e culturais. Para o sociólogo ambientalista mexicano Enrique Leff (2006), a Modernidade, ao consolidar-se como paradigma civilizatório, promoveu o afastamento radical entre natureza e cultura. No entanto, Leff também observa que a crise ambiental global, especialmente a partir da segunda metade do século XX, provocou um processo de reaproximação entre essas duas esferas. Essa rearticulação emergiu

não apenas no campo acadêmico, mas também nas disputas políticas e sociais em torno do que hoje se denomina "Agenda Ambiental", cuja complexidade crescente exige abordagens integradas e transdisciplinares.

Observa-se a emergência de discursos e práticas contra hegemônicas, que buscam superar essa cisão. Tais iniciativas incluem programas, projetos e movimentos sociais que atuam tanto no campo ambiental quanto no campo cultural, propondo novas formas de interação com os territórios, os saberes tradicionais e os modos de vida locais. Essas ações, muitas vezes desenvolvidas por populações tradicionais, povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas, apontam para uma nova práxis da diversidade biocultural, articulando resistência, inovação e transformação.

No contexto brasileiro, duas expressões emblemáticas dessa articulação são o socioambientalismo e o Programa Cultura Viva. O primeiro se consolidou a partir das lutas ecológicas, quilombolas e indígenas, estruturando uma agenda que integra justiça social, conservação ambiental e valorização da diversidade cultural. Uma referência dos movimentos socioambientais no Brasil e no mundo é o líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo, falecido em 2023. Já o Cultura Viva, implementado pelo Ministério da Cultura a partir dos anos 2004, propõe um novo modelo de política cultural, baseado na valorização das culturas de base comunitária e na horizontalidade das relações entre Estado e sociedade civil. Ambos representam tentativas concretas de romper com a lógica setorializada das políticas públicas, apontando para a necessidade de abordagens interdisciplinares e participativas.

Mas o que podemos entender conceitualmente por biodiversidade e diversidade cultural? Vamos recorrer às definições das convenções internacionais da UNESCO, que, por sua natureza jurídico-normativa e por seu reconhecimento multilateral, oferecem parâmetros úteis para a construção de políticas públicas no Brasil e em outros países signatários.

De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, biodiversidade é:

A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo

ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (UNESCO, 1992, Art. 2)

Trata-se, de um conceito abrangente, que reconhece a diversidade em múltiplos níveis: genético, ambiental e ecossistêmico. A biodiversidade, assim entendida, é uma das condições fundamentais para a manutenção da vida no planeta, garantindo resiliência ecológica, equilíbrio sistêmico e disponibilidade de recursos naturais para as futuras gerações.

Essa definição amplia a visão tradicional da natureza como simples "recurso", e nos convida a reconhecê-la como um sistema vivo, dinâmico e interdependente, cujos componentes não existem de forma isolada, mas em constante interação. Essa compreensão relacional é essencial para que políticas ambientais superem a abordagem conservacionista clássica — centrada na separação entre áreas naturais e ocupações humanas — e adotem estratégias de conservação integradas ao uso sustentável e à valorização dos modos de vida locais.

Como observa Mendonça (2014), a biodiversidade carrega duas características centrais: (1) é uma qualidade da natureza que, em condições equilibradas, tende à autorregulação; e (2) possui impacto transversal sobre outros sistemas sociais, como a saúde, a alimentação, a economia e até a cultura. Dessa forma, sua preservação deve ser considerada uma responsabilidade coletiva, que vai além das fronteiras do campo ambiental *stricto sensu*.

Já o conceito de diversidade cultural, conforme delineado na Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005, é definido nos seguintes termos:

Refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO, 2005, Art. 4)

Essa definição amplia o entendimento usual de cultura como patrimônio simbólico, e o vincula a processos contemporâneos de criação, circulação e apropriação. A cultura deixa de ser concebida apenas como um acervo de tradições e passa a ser vista como um campo vivo, dinâmico e multifacetado, marcado pela heterogeneidade, pela desigualdade e pelo conflito.

Como destaca Barros (2008), ao interpretar essa concepção, é importante abandonar idealizações românticas ou essencialistas. A diversidade cultural não é um “mosaico harmônico” de diferenças, mas um campo de disputas, contradições e transformações. Trata-se de uma construção histórica e política, continuamente tensionada por fatores como globalização, colonialismo, racismo, desigualdades sociais e dinâmicas de dominação simbólica.

A partir dessa visão crítica, é possível destacar três características fundamentais da diversidade cultural:

- **Não é naturalmente renovável** – Diferentemente da biodiversidade, que pode se regenerar espontaneamente desde que não mais ameaçada pela ação humana, a diversidade cultural depende de políticas ativas, que garantam condições de existência e expressão para os diferentes grupos culturais;
- **É dinâmica** – As culturas não são estáticas; transformam-se ao longo do tempo, por meio do contato e das trocas entre grupos sociais. A diversidade cultural requer também o reconhecimento da mudança como traço constitutivo.
- **É política** – A diversidade cultural não pode ser pensada de maneira neutra ou apenas descritiva. Ela envolve relações de poder, disputas de narrativa e lutas por reconhecimento e representação.

Tanto no campo ambiental quanto no campo cultural, as concepções de diversidade nos convidam a romper com paradigmas reducionistas e normativos, além de apontar para os riscos que a homogeneização — seja ela ambiental, ecológica ou cultural — pode trazer para a sobrevivência dos grupos sociais e do planeta. A valorização da diversidade, portanto, não é apenas uma postura ética ou estética, mas uma estratégia de sustentabilidade e de justiça social.

Ao colocar em diálogo os dois conceitos — biodiversidade e diversidade cultural — abre-se o caminho para a formulação da noção de diversidade biocultural, que compreende a vida como um sistema integrado, onde natureza e cultura se constituem mutuamente. Essa perspectiva rompe com a lógica cartesiana da separação entre sujeito e objeto, entre sociedade e ambiente, entre razão e sensibilidade. Em seu lugar, propõe-se um paradigma relacional, pluralista e ecológico.

Emergência do conceito de diversidade biocultural: marcos históricos e teóricos

A articulação conceitual entre diversidade biológica e diversidade cultural, embora intuitiva em muitos contextos das culturas tradicionais e populares, só recentemente foi reconhecida no âmbito das ciências sociais, ambientais e das políticas públicas. A expressão diversidade biocultural emerge no cenário internacional como resposta à necessidade de superar a dicotomia entre natureza e cultura, propondo um olhar integrado sobre a vida humana e não humana em seus contextos territoriais, linguísticos e simbólicos.

No Brasil, uma das primeiras ocorrências do termo se deu durante o I Encontro da Sociedade Internacional de Etnobiologia (ISE), realizado em 1988 em Belém, no Pará. Tal encontro reuniu antropólogos, biólogos, ecólogos, químicos, sociólogos e representantes de povos indígenas de diversas partes do mundo, com o objetivo de discutir formas de proteger os conhecimentos tradicionais e os modos de vida relacionados à biodiversidade. O evento resultou na chamada Carta de Belém, documento fundacional da ISE, no qual já se delineava uma preocupação clara com a preservação conjunta da diversidade biológica e cultural. (ISE,1988, disponível em www.ethnobiology.net)

O documento da ISE expressa com contundência a ideia de que os saberes e práticas dos povos indígenas e tradicionais não apenas dependem da biodiversidade, mas também a mantêm e a regeneram por meio de formas próprias de manejo, nominação e simbolização. Reconhece-se, assim, que a destruição dos ecossistemas naturais está diretamente ligada à erosão dos saberes tradicionais e das línguas locais — fenômenos mutuamente implicados.

Esse entendimento foi aprofundado na década de 1990, com a realização da conferência "Endangered Languages, Endangered Knowledge, Endangered Environments" (Línguas em perigo, conhecimento em perigo, ambientes em perigo), promovida em 1996 pela Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA). A conferência teve como foco central as conexões entre a perda da diversidade linguística, a extinção de saberes tradicionais e o colapso ambiental. Neste mesmo ano, foi lançado o primeiro "Atlas das Línguas em Perigo" pela UNESCO (UNESCO, 2010). Consolidou-se a noção de que o desaparecimento de línguas e modos de vida tradicionais compromete não apenas a pluralidade cultural do mundo, mas também a sustentabilidade dos ecossistemas.

Luisa Maffi — linguista, antropóloga, etnobióloga e líder da organização social Terralingua lidera um processo que de forma mais sistemática a defesa de uma abordagem integrada, que

considera inseparáveis os aspectos biológicos, culturais e linguísticos da vida. Segundo Maffi e Woodley (2010), a diversidade biocultural refere-se à “diversidade da vida em todas as suas manifestações — biológica, cultural e linguística — que são inter-relacionadas e mantidas por meio da interação dinâmica entre pessoas e seu ambiente”.

Esse enfoque relacional se apoia na ideia de que cultura e natureza não apenas coexistem, mas coevoluem. As línguas, por exemplo, são veículos de conhecimento sobre os ecossistemas, codificam modos de uso dos recursos naturais e expressam cosmologias que orientam práticas sustentáveis. Quando uma língua se extingue, perde-se também uma forma única de compreender e interagir com o mundo natural. Essa concepção de diversidade biocultural envolve três princípios centrais:

- A diversidade da vida não se limita à biodiversidade, mas inclui as múltiplas culturas humanas e suas línguas;
- A diversidade biológica, cultural e linguística é expressão de um sistema único, no qual cada componente interage com os demais;
- Essa diversidade é fruto de um processo histórico de coevolução entre seres humanos e os ecossistemas que habitam, adaptando-se mutuamente ao longo do tempo.

Tais ideias convergem com análises ecológicas críticas, como a de Enrique Leff (2006), que vê nos saberes tradicionais uma racionalidade ambiental alternativa à racionalidade dominante da Modernidade ocidental. Para Leff, a crise ambiental é também uma crise de sentido, e sua superação passa necessariamente pela valorização dos conhecimentos locais, pela reterritorialização das práticas produtivas e pela articulação entre justiça ambiental e justiça cultural.

Em perspectiva complementar, Pretty *et al.* (2008), citados por Mendonça (2014), propõem três dimensões essenciais da diversidade biocultural:

- Os sentidos e crenças da relação entre ser humano e natureza: cosmologias, espiritualidades e simbolismos que informam práticas ecológicas e culturais;
- As concepções e práticas de gestão da natureza: modos tradicionais de manejo, cultivo, coleta e organização do espaço;
- Os saberes empíricos e técnicos sobre a natureza: conhecimentos acumulados por gerações, transmitidos oralmente e por meio da experiência cotidiana.

Fica evidente que o conhecimento tradicional não se configura apenas como uma alternativa empírica ao saber científico moderno, mas uma epistemologia própria, com valor ontológico, cultural e político. A diversidade biocultural, nesse sentido, é tanto uma condição do mundo quanto um projeto político de reconhecimento e valorização das formas plurais de viver, conhecer e se relacionar com a Terra.

Os desafios e perspectivas para a diversidade biocultural

O reconhecimento da diversidade biocultural como eixo estratégico para a sustentabilidade socioambiental representa um dos maiores desafios contemporâneos, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades econômicas, sociais, étnico-raciais e territoriais. Embora o conceito de diversidade biocultural tenha emergido há mais de três décadas em espaços acadêmicos e movimentos socioambientais, sua incorporação efetiva nas políticas públicas, nos sistemas educacionais e nos marcos jurídicos institucionais ainda é limitada e fragmentada.

Esse descompasso entre discurso e prática reflete a persistência de um modelo de desenvolvimento centrado na lógica extrativista, produtivista e monocultural, que vê a natureza como recurso inesgotável e a cultura como mercadoria. Esse modelo não apenas ameaça ecossistemas e comunidades tradicionais, como compromete a própria possibilidade de coexistência entre diferentes formas de vida, saberes e existências. O avanço de grandes empreendimentos sobre os territórios tradicionais, o desmonte de políticas públicas voltadas à cultura e ao meio ambiente, e o enfraquecimento dos mecanismos de participação social agravam esse cenário e aprofundam as ameaças à diversidade biocultural.

Por outro lado, experiências locais e internacionais demonstram que há caminhos possíveis e desejáveis para a construção de alternativas. A valorização dos saberes tradicionais, o fortalecimento das línguas nativas, a proteção dos territórios e a promoção da interculturalidade são estratégias concretas que têm se mostrado eficazes na manutenção da diversidade biocultural. No Brasil, iniciativas como o Programa Cultura Viva e seus Pontos de Cultura, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental em terras indígenas, e os inventários participativos de patrimônio imaterial são exemplos de ações que articulam dimensões culturais e ecológicas de forma inovadora.

Além disso, os fóruns internacionais vêm, cada vez mais, reconhecendo a importância da diversidade biocultural para enfrentar crises globais interconectadas, como as mudanças climáticas, a extinção de espécies, a insegurança alimentar e a perda de identidade cultural. Documentos recentes, como o Relatório Global sobre a Biodiversidade e os Ecossistemas da IPBES (2019), apontam que as soluções baseadas na natureza e no conhecimento indígena são fundamentais para a mitigação dos impactos ambientais e para a construção de um futuro sustentável.

A incorporação efetiva da diversidade biocultural nas políticas públicas exige, no entanto, uma mudança profunda nas estruturas do Estado e na forma como a ciência, a educação e o direito compreendem o mundo. É necessário romper com a monocultura do saber e abrir espaço para uma pluralidade de conhecimentos, práticas e cosmologias. Isso implica reconhecer os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e outros grupos tradicionais não apenas como detentores de “saberes úteis”, mas como sujeitos de direito, como produtores de ciência, cultura e valores alternativos à racionalidade dominante.

Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial. É urgente desenvolver matrizes curriculares que incluam a diversidade biocultural como eixo transversal, de forma a valorizar as línguas e saberes locais, o diálogo de saberes e a ética da convivência. Do ponto de vista político, é fundamental criar e assegurar mecanismos institucionais de participação social que garantam a escuta ativa das comunidades e a cogestão de políticas e recursos públicos. A transversalidade da diversidade biocultural exige também arranjos intersetoriais e interministeriais, que possam articular cultura, meio ambiente, educação, ciência, saúde e direitos humanos.

Por fim, é importante reafirmar que a diversidade biocultural não é apenas um conceito técnico ou acadêmico, mas uma proposta ética e política de mundo. Ela nos convida a repensar as relações entre os seres humanos e entre os humanos e o planeta. Nos lembra que a sustentabilidade não se esgota na dimensão ambiental e econômica. Ela abarca outras dimensões como a cultura, o território, as línguas, a espiritualidade e afetividade. Proteger o meio ambiente é também proteger os saberes que o sustentam, as línguas que o nomeiam e os ritos que o celebram.

Assim, cultivar a diversidade biocultural é, ao mesmo tempo, resistir à homogeneização, reparar desigualdades históricas, e reencantar o mundo com a pluralidade de modos de existir que ainda persistem, apesar de tudo. É reconhecer, como afirma Ailton Krenak, que a humanidade precisa

parar de se imaginar separada da natureza — pois somente assim será possível reverter a lógica destrutiva que ameaça todas as formas de vida.

Considerações finais

Não possível a articulação da diversidade biocultural como bem e recurso, como propõe a UNESCO, se tratamos de forma segmentada a questão, por meio de políticas compartmentadas e visões disciplinares e corporativas. Três grandes desafios podem ser aqui destacados para se pensar políticas para a diversidade biocultural. O crescimento dos contextos urbanos como habitat da grande maioria da população mundial e a ausência de perspectivas da diversidade biocultural para as cidades, e a convivência histórica das diferenças com a desigualdade, da criatividade com a miséria e da riqueza biocultural com as ameaças constantes e contínuas de extinção e apropriação pelo capital. Tais questões evidenciam como nossos discursos avançaram mais do que nossas práticas.

A realização de uma nova Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde 1982, constituiu-se como um marco conceitual, político e institucional fundamental, seja por sua importância como uma síntese dos esforços e avanços empreendidos pela Unesco, mas também, e talvez principalmente, como um acontecimento que inaugurou novas perspectivas para se pensar a cultura e as políticas culturais a partir dos anos de 1990. (BARROS, DUPIN E OLIVEIRA JR, 2022)

A realização da próxima Mondiacult, em 2025, reveste-se de uma grande expectativa e de um grande desafio, qual seja, o de, após ter contribuído para a ampliação das concepções de cultura e, conseqüentemente, das políticas culturais, atualizar e agendar os debates sobre diversidade biocultural.

Para além do cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, trata-se de se superar, definitivamente, a cisão entre natureza e cultura na construção de políticas culturais.

Nesse sentido, é essencial que a Conferência promova a retomada de uma visão mais ampliada da diversidade cultural, de modo que as políticas de cultura incluam a proteção e promoção dos modos de vida, saberes e tecnologias tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. (Barros;, Dupin; Oliveira Jr., 2022, p. 113)

É preciso que o campo cultural e os socioambientalistas estejam plenamente comprometidos com o debate sobre a diversidade biocultural como elemento central para um novo modelo de desenvolvimento humano e sustentável.

Referências

BARROS, José Márcio. Diversidade cultural: da proteção à promoção. In: MINC. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. *Diversidade Cultural: da proteção à promoção*. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. p. 11–24.

BARROS, José Márcio; DUPIN, Giselle; OILIVEIRA JUNIOR, José. Mondiacult: Referências, políticas e atualidades para a promoção da diversidade. In: CALABRE, Lia; ROCHA, Renata; RUBIM, Antonio Albino C. (org.). *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 93-118.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*., Brasília, seção 1, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em: 10 jul. 2025.

ISE – International Society of Ethnobiology. *Declaration of Belém*. Belém, 1988. Disponível em: http://www.ethnobiology.net/wp-content/uploads/Decl.-Bele_m.Spanish.pdf . Acesso em: 10 jul. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAFFI, Luisa; WOODLEY, Ellen. *Biocultural Diversity Conservation: A Global Sourcebook*. London: Earthscan, 2010. Disponível em: <http://terralingua.org> . Acesso em: 10 jul. 2025.

MENDONÇA, Maria Ignez Mantovani. *Diversidade Biocultural: um conceito estratégico para as políticas públicas culturais no Brasil*. São Paulo: Itaú Cultural, 2014. (Caderno de Reflexões Itaú Cultural, n. 11). Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio> . Acesso em: 10 jul. 2025.

OBSERVATORIO DA DIVERSIDADE CULTURAL, Diversidade Cultural, Território e Biodiversidade, v. 79, n.04, jul.-ago. 2018. Disponível em https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2019/07/ODC_BOLETIM_JULHO-AGO_2018.pdf , Acesso em: 5 jun.2025

PRETTY, Jules et al. How do biodiversity and culture intersect?. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 32, n. 4, p. 179–192, 2008.

UNESCO. *Atlas de las lenguas del mundo en peligro*. 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000120079> . Acesso em: 08 abr.2025

UNESCO. *Convenção sobre a Diversidade Biológica*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/convention/text/> . Acesso em: 5 jul. 2025.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris, 2005. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/convention/texts> . Acesso em: 8 abr. 2025.



**Patrimônio BioCultural: por uma
política cultural de preservação.**

Simonne Teixeira

Patrimônio BioCultural: por uma política cultural de preservação.

Simonne Teixeira

A ideia de que o patrimônio cultural pode ser definido como um mediador das relações entre sociedade e natureza tem se consolidado na atualidade. Esta perspectiva parte da necessidade de se compreender o patrimônio cultural em estreito diálogo com práxis locais que valorizam o meio ambiente, o território, a história e as diferentes formas de manifestação cultural. A prevalência desta perspectiva está associada a pressão que a economia global tem exercido sobre a natureza e sobre os diferentes povos, cujos sistemas de vida se constroem numa estreita relação com o ambiente natural. A emergência do tema na literatura especializada, busca trazer a diversidade cultural e natural para o centro do debate. Para trazer algumas reflexões sobre o tema, acolhemos o conceito de Patrimônio BioCultural, desde onde partimos para pensar sua inserção no campo das Políticas Culturais.

Entendemos por Patrimônio BioCultural²⁴ o reconhecimento de maneira integral da complexidade dos vínculos existentes entre os povos originários e comunidades tradicionais – ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, camponeses, etc. – e os elementos da natureza presentes em seus territórios. O termo se refere à relação entre estas comunidades e seu entorno natural que resultam na ampla conservação de seus territórios, na manutenção do ciclo de nutrientes e da sua biodiversidade ancorado no uso sustentável de seus segmentos, decorrente das práticas e conhecimentos locais, em um trabalho ativo, contínuo e persistente com a natureza²⁵. Ortiz Espejel e Carvalho indicam que o conceito “se refiere al reconocimiento de la compleja trama que han conformado en el largo proceso evolutivo, la diversidad cultural y lingüística y la biodiversidad, y cuya

²⁴ A UNESCO define Patrimônio BioCultural como “organismos vivos ou habitats cujas características atuais são devidas à ação cultural no tempo e no espaço” (UNESCO, 2008).

²⁵ É frequente a convergência entre Paisagem Cultural e Patrimônio BioCultural, uma vez que ambos conceitos combinam e articulam valores culturais e biológicos (Eriksson, 2018), que são frequentemente enquadrados no contexto da conservação ambiental. Coks (2024) em sua pesquisa juntos aos “amaXhosa” na África do Sul, conclui que o conceito abrange três dimensões: paisagem, espécie e genética, não se reduzindo à conservação de espécies.

mediación la realizan actores sociales través de la aplicación de conocimientos, práctica, saberes y rituales sobre los múltiples ecosistemas presentes” (2021, p. 124).

O Patrimônio BioCultural é a dimensão cultural e social da biodiversidade que se vincula ao trabalho e aos conhecimentos justapostos ao da natureza. Trata-se da produção humana que se vincula à diversidade biológica. E, essa relação dos humanos com a natureza tem por base o trabalho, que “controla e intermedeia o ‘metabolismo material humano e natural’” (Saito, 2024, p. 102).

Nos povos e comunidades tradicionais essa relação se dá segundo regras e regulamentações consistentes sobre as atividades de produção e reprodução da natureza, assegurando o ciclo de nutrientes e práticas multiespécies criadora de vida, que garantem a preservação das variedades biológicas e ambientais. Nestes coletivos as práticas cotidianas do viver estão estreitamente relacionadas aos conhecimentos culturais sobre o ambiente. Os conhecimentos empíricos, nos revelam a fina, mas sólida, tessitura do equilíbrio que estes povos e comunidades mantêm com o meio natural e pode nos oferecer pistas importantes para nos adaptarmos ao planeta em processo de severa transformação.

Ao falar em Patrimônio BioCultural, é necessário atentar para sua relação com outro conceito, o de Sociodiversidade, em que as culturas “constituem para a humanidade um patrimônio de diversidade, no sentido de apresentarem soluções de organização do pensamento e de exploração de um meio, que é ao mesmo tempo, social e natural” (Cunha, 2012, p. 137). E reside neste patrimônio social o legado acumulado de um conhecimento em que o mundo natural não é algo completamente externo à sociedade e sim parte de um processo; processo esse, mediado pela cultura. Os conhecimentos sobre a biodiversidade, relacionados aos povos e comunidades tradicionais, são sistemas de produção complexos que exigem uma apropriação diferenciada da natureza, em que os aspectos culturais são de extrema relevância. Estes podem, por dar um exemplo, assegurar uma maior variedade de vegetais para o consumo humano, possibilitando uma apropriação mais sustentável da natureza tornando os sistemas de produção e os meios de subsistência mais resilientes²⁶.

²⁶ Como exemplo, cito o relatório *State of the World's Plants 2020*, publicado pelo Reais Jardins Botânicos de Kew, das 7.039 plantas conhecidas com potencial comestível no mundo, 417 (5,9%) são cultivadas e apenas 15 fornecem 90% de todas as calorias consumidas pela humanidade. O Relatório revela que apenas três plantas sustentam 4 milhões de pessoas no planeta: arroz, milho, e trigo; o que sinaliza um empobrecimento alimentar na ingestão de nutrientes e das práticas gastronômicas, mas também um empobrecimento da biodiversidade planetária; onde se faz pertinente o uso

A Declaração de Estocolmo em 1972, que cunhou a expressão “ambiente humano”, introduziu no contexto das normativas ambientais, a ideia de que o patrimônio cultural é uma das dimensões do meio ambiente, e que este não se reduz a aspectos naturais (Teixeira, 2018, p. 464). É principalmente a partir deste entendimento que a noção de patrimônio fundamentada pelos objetos produzidos pelo homem, se incorpora a natureza (Heinich, 2014). Ou seja, se trata da natureza tornada objeto patrimonial. A incorporação da natureza enquanto patrimônio, coincide, pois, com o amplo prenúncio de uma crise ambiental fomentada pelo capitalismo e pela crescente dificuldade de acessar o que Moore (2022, p. 151), denomina Natureza Barata²⁷.

Revel (2012) observa que os movimentos de extensão (ampliação do repertório) e redefinição (tendo em conta a transformação que a sociedade mantém com seu tempo histórico) da noção de patrimônio estão intimamente ligados. Para o autor, é o que leva “un paisaje o unos recursos ecológicos, o incluso el planeta” serem pensados como realidades patrimoniais,

con los mismos derechos que un monumento, una colección o un museo, es, sin duda, porque, con razón o sin ella, aparecen como amenazados, pero también porque, de su salvataje, urgente, parecen depender la existencia y la supervivencia de las colectividades (de talla variable) a las cuales pertenecemos – en todo caso, su capacidad de proyectarse en el futuro (Revel, 2012, p. 16).

Com a natureza compreendida como objeto patrimonial, passamos a atribuir ao ambiente natural o valor de uso, o valor formal e o valor simbólico como inseparável das práticas culturais²⁸ ampliando o repertório de valores relacionado aos objetos patrimoniais. Trata-se da ideia de incorporar à natureza valores relacionados ao patrimônio cultural, associando-a aos discursos alusivos à sua apreciação e à sua gestão. Relevante observar que “valor” aqui, não se refere ao valor monetário. Ao pensar em “valor”, no que se refere especialmente ao Patrimônio BioCultural é preciso pois, relacionar ao valor vinculado ao trabalho humano. Parenti nos faz lembrar do enunciado de K.

sustentável dos ecossistemas terrestres e das fontes de água (Cf. Revista FAPESP. Ver <https://revistapesquisa.fapesp.br/plantas-e-fungos-ameacados/>, acesso em: 05 nov. 2020).

²⁷ Moore (2022) explica que o termo trata da precificação dos elementos da natureza com valores “baratos” e da degradação ou subordinação da natureza e do trabalho, barateando seu valor monetário. Para este autor, historicamente o avanço do capitalismo somente foi possível graças a apropriação de Naturezas Baratas (2024, p. 150).

²⁸ Em todo caso, como recorda Parenti (2022, p. 274), os valores de uso da natureza não humana são fontes centrais de valor, que o Estado moderno entrega ao capital. Segundo este autor, “Mais especificamente, a territorialidade do Estado moderno entrega a natureza não humana à acumulação de capital por meio de seus regimes de propriedade baseados em lugares, e são a sua infraestrutura de produção e suas práticas científicas e intelectuais que tornam a natureza não humana legível e, assim, acessível (*op. cit.*, p. 275).

Marx, para quem “o trabalho *não é a fonte* de toda riqueza. A *natureza* é a fonte de valores de uso (e é, em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, a força de trabalho humana” (Marx, 1970 [2012], p. 24 *apud* Parenti, 2024, p. 274, grifos no original). Cabe ainda ressaltar que aos valores culturais não concernem critérios fixos, dada sua própria essência. Os valores culturais incidem sobre valores atribuídos e não são intrínsecos, embora Heinich (2014, p. 280), nos alerte que, ao se falar no campo social sobre valor, aceitamos “no mínimo, os princípios em nome dos quais as avaliações são feitas”.

A atividade de nossa espécie é a de criar o ambiente por meio do trabalho, ou seja, “organizações humanas *são* processos e projetos de criação de ambiente; por sua vez, a teia da vida molda a organização humana. Essa é a *dupla internalidade* da mudança histórica – a humanidade dentro da natureza, a natureza dentro da humanidade” (Moore, 2022, p. 131, grifos no original).

Nos últimos anos, se consolidou entre os arqueólogos o consenso de que as populações indígenas na Amazônia, a milhares de anos, trabalham na transformação da natureza no território que habitam. Nesta perspectiva não há lugar para a visão colonial de uma floresta virgem e intocada. Ou seja, as práticas cotidianas de produção e captura de alimentos e outras atividades sociais se constituem em um trabalho ativo e recíproco com a natureza, em processo co-evolutivo. As paisagens amazônicas são o resultado de um trabalho laborioso de manejo, criação e seleção de espécies que se relacionam às cosmologias locais.

As abordagens relativas ao Patrimônio BioCultural buscam enfatizar que a cultura e a natureza não são domínios separados e diferentes, mas sim dimensões reciprocamente “constituídas e entrelaçadas, que se afetam mutuamente, onde a humanidade é parte integrante e precisa entender que a responsabilidade de cuidar é coletiva” (Schlee, 2022, p. 61). Face o colapso climático e a emergência dos povos indígenas e comunidades tradicionais no cenário político e principalmente como expressão intelectual, é que tomamos este conceito, no intuito de “encontrar histórias mais esperançosas que narram de que maneira *alguns* humanos refizeram o planeta e como *a maioria* dos humanos pode trabalhar com outras espécies para coproduzir um planeta não apenas mais habitável, mas também mais justo” (Moore, 2022, p. 131). O valor do Patrimônio BioCultural portanto, deve relacionar o valor da natureza e do trabalho humano em contextos *simpoiéticos*, nos sentidos

propostos por Donna Haraway²⁹ – “gerar-com”; “criar-com” – em alternativa à *autopoiese*, ou seja, um sistema de autoprodução. O Patrimônio BioCultural, deve partir do princípio da simpoiese dada sua dinâmica e complexidade.

Hernández i Martí (2008) adverte sobre a homogeneização do patrimônio e enumera seis características: a predominância do patrimônio cultural ocidental-cristão na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO; o conceito mesmo de patrimônio como um produto da cultura moderna ocidental e como ideologia nacional que se mundializa gerando um mimetismo nos territórios coloniais; a conformação de uma cultura global comum, universalizada e desterritorializada, embora considerada a diversidade cultural; a ativação do conceito de patrimônio mundial, a partir de 1972, quando passa-se a difundir categorias estandardizadas do que se compreende como patrimônio (a partir de então, o cultural e o natural)³⁰; a existência de instituições e saberes expertos (técnico-científico) encarregados de difundir uma concepção homogênea do que é patrimônio e como este deve ser estudado e preservado; a existência de fórmulas e categorias do patrimônio estandardizadas e difundidas mundialmente (Hernández i Martí, 2008, p.30-31), tais como:

bien cultural, museo, ecomuseo, parque temático, reserva de la biosfera, parque natural, parque nacional, espacio cultural, paisaje cultural, parque paleontológico, reserva de fauna y biosfera, complejos arquitectónicos, parque arqueológicos, centro urbano, villa histórica, parque cultural; en suma, un conjunto de fórmulas y categorías instrumentales que homogeneizan la definición, clasificación y gestión del patrimonio cultural en todo orbe, del mismo modo que también sucede con los dispositivos de gestión, conservación, protección, definición, evaluación, explotación comercial y categorización del patrimonio cultural .

Essas fórmulas e categorias apontadas por Hernández i Martí, como de maior difusão, favorecem ao meu ver, a um cenário reducionista do ponto de vista biocultural se consideramos as comunidades indígenas e tradicionais que, na imensa maioria das vezes escapam à lógica ocidental, ao conceberem o planeta numa perspectiva diversa, multiespécies, mais integrado e coproduzido. As inúmeras categorias com as quais classificamos estes espaços, fragmentam e segmentam a natureza, as espécies e os ecossistemas, sem levar em consideração a complexidade biológica e

²⁹ Donna Haraway toma o termo usado por M. Beth Dempster, em sua dissertação de mestrado (1998), no qual ela sugere o termo simpoiese para referir-se a “sistemas de produção coletiva que não possuem limites espaciais e temporais autodefinidos. Informação e controle são distribuídos ao longo dos componentes. Os sistemas são evolutivos e tem potencial para mudanças surpreendentes” (Dempster, 1998 *apud* Haraway, 2022, p.71).

³⁰ O autor observa que “las convenciones y recomendaciones internacionales tienen un alcance mundial e implican definiciones universalistas y homologadas de lo que se entiende por patrimonio” e balizadas pela UNESCO veio a definir também “lo que se entiende por cultura popular y tradicional, o por cultura oral e inmaterial” (Hernández i Martí, 2008, p. 31).

cultural. Reduzem a modelos gerais as estratégias de salvaguarda e manejo de um conjunto heterogêneo, mas interconectado de elementos provenientes da natureza e da intervenção humana sobre ela por meio do trabalho. Estas categorias não levam em consideração as práticas de coprodução que acontecem nesses territórios. Em definitiva, não levam em consideração os aspectos culturais presentes na relação das comunidades com seu entorno natural.

É neste sentido, que ao trazer estas reflexões para o campo do Patrimônio BioCultural, é preciso pensar em protótipos de políticas culturais que articulem os conhecimentos em sociobiodiversidade com governança territorial garantindo um equilíbrio entre os seres vivos, os sistemas naturais e as práticas culturais locais. Ao pensar nestas políticas culturais, tomamos como referência os princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*)³¹ e CARE (*Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics*)³², que provê diretrizes éticas no manejo e compartilhamento dos dados relacionados aos povos indígenas e comunidades tradicionais e quilombolas (GIDA, 2024³³). O princípio FAIR-CARE diz respeito ao uso dos dados obtidos junto às comunidades indígenas e povos tradicionais no percurso das pesquisas e como estes podem ser tecnicamente adequados para reutilização e compartilhamento em plataformas de ciência aberta, buscando assegurar que as comunidades tenham o controle sobre os dados de sua cultura, ou seja, a decisão dos dados que serão disponibilizados e aqueles que por diferentes razões serão mantidos apenas para a uso da comunidade em questão. Garantir por meio de políticas públicas de cultura os princípios FAIR-CARE implica em atribuir efetivamente a gestão sobre os recursos naturais e culturais às comunidades que dele usufruem e conservam.

Garantir os princípios FAIR-CARE, tras ao debate o papel da ciência no contexto do Patrimônio BioCultural, posto que inclui os conhecimentos sobre a natureza. Neste sentido, é preciso pensar uma ciência comprometida com o respeito a outros saberes e formas de produção de conhecimento e evitar a concepção de ciência pautada no progresso, numa ciência “rápida” (Stengers, 2023, p. 12). Ou seja, uma ciência que diferentemente de se associar ao desenvolvimento contínuo, pautado no dualismo e na dominação e no extrativismo da natureza, considere os saberes, os modos de vidas e as práticas locais nos contextos culturais.

³¹ [...] localidade, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização [dos dados].

³² [...] benefício coletivo, a autoridade de controle, a responsabilidade e a ética.

³³ Global Indigenous Data Alliance [FAIR e CARE]. Cfr. <https://www.gida-global.org/care>

Desenvolvimento, como observa Lang (2016, p. 31), por princípio é um processo natural, “as plantas, os animais e os humanos nos desenvolvemos a partir de uma semente, um ovo, um embrião [...]”. No entanto, desde meados do século XX, o termo se consolidou “como modelo para a construção das nações e como estratégia para a ordem mundial na esteira da depressão econômica, da guerra mundial, da descolonização e, sobretudo no contexto da Guerra Fria” (McMichael, 2016, p. 86), centrando atualmente o seu objetivo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Destarte, para Lang, a meta do “desenvolvimento” é: “incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital; transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bens naturais em commodities, propriedade coletiva em propriedade vendável” (2016, p. 31).

Uma tentativa de amenizar essa perspectiva do desenvolvimento é a incorporação do conceito sustentável, que visa principalmente não comprometer a capacidade de reprodução social das futuras gerações. Nesta direção, países e instituições têm buscado se alinhar à Agenda 2030, um plano de ação global proposto pelas Nações Unidas, para um desenvolvimento sustentável. Agências estatais, universidades, hospitais, empresas incorporam em suas ações as insígnias da Agenda 2030, como expressão deste comprometimento. Construída com base em 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, esta Agenda constitui-se em um plano de ação para as pessoas e para o planeta em prol da prosperidade, e da busca em estimular ações globais e universalmente aplicáveis que possam contribuir para “libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger nosso planeta”(ONU, 2015).

Apesar das boas intenções, os ODS tem sido objeto de críticas sendo apontado como um *greenwashing* que serve para desviar a atenção sobre as contradições econômicas e ecológicas impulsionadas pelo desenvolvimento (Gómez-Baggethn, 2021; Lang, 2016). Saito (2024, p.13), adverte que “os ODS são como álibis, e seu único efeito é o de desviar a atenção do perigo eminente” e complementa, “os ODS são, genuinamente, a versão moderna do ‘ópio do povo’”. Entendemos e coadunamos com a pertinência das críticas e destacamos outro componente omitido no documento: a cultura.

A ausência da dimensão cultural na Agenda 2030 igualmente tem sido objeto de crítica recorrente, contrariando os movimentos vanguardistas que defendem a importância do papel da cultura nas estratégias de desenvolvimento. Cultura e desenvolvimento são conceitos polissêmicos

e na maioria das vezes parecem mesmo antagônicos. No entanto, ainda que ausente nos ODS, as questões entorno à relação entre cultura e desenvolvimento estão presentes nos debates da UNESCO, desde os anos 1950, ainda que sujeito a uma ampla diversidade de interpretações, como assinala Leite (2015, p. 13), sobre o papel da cultura no desenvolvimento.

As críticas advindas principalmente do setor cultural (agentes locais, agências nacionais e organizações internacionais), já estavam colocadas desde o início dos anos 2000, na Cúpula do Milênio, com a campanha “O futuro que queremos inclui a cultura”. Este documento³⁴ reclama uma compreensão do conceito de desenvolvimento nas dimensões humana, social e econômica, tendo por base a percepção da cultura como um fator condutor de práticas que reconheçam os direitos e as liberdades, assegurando o respeito pela diversidade cultural e natural; capaz de impulsionar a justiça social e garantir o uso sustentável dos recursos naturais.

Apesar disso nenhum objetivo relacionado à cultura foi inserido nos ODS. Em contundente ensaio, Martinell Sempere (2015, p. 61) observou que, dentre as 169 metas, as escassas menções que se pode relacionar à cultura não superam 05 (cinco). Para este autor esta escassez evidencia a pobreza do texto (Idem.), que inclusive ignora a expressiva produção de documentos pela própria UNESCO. E no que segue, trata de não apenas explicitar a abrangência da cultura no mundo contemporâneo, como sugerir, por meio de novas alianças [ODS 17] para o setor cultural, principalmente nas universidades, linhas de ação que possam encontrar sinergias e contribuir para que se alcançar os ODS (ONU, 2015, p. 65-67).

Posteriormente ao seu lançamento, a partir de 2017, diversos documentos vem sendo produzidos, a exemplos de outros elaborados por organizações internacionais ou no âmbito mesmo da UNESCO, buscando encontrar correspondência entre os ODS e a dimensão cultural mais ampla, ao mesmo tempo que fixar indicadores culturais para os ODS, com o propósito de entender como as práticas culturais contribuem para sua implementação. Em 2019³⁵, o Culture Indicators³⁶, é publicado

³⁴ Disponível em: http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/pages/advocacy-page/declaration-culture-sdgs-post2015_eng.pdf

³⁵ Em 2020 é lançada a versão em espanhol da qual fazemos uso.

³⁶ “Los indicadores Cultura|2030 se basan en un marco conceptual que engloba cuatro dimensiones temáticas transversales: medio ambiente y resiliencia, ii) prosperidad y medios de vida, iii) conocimientos y competencias, e iv) inclusión y participación. Cada dimensión combina varios objetivos y metas de los ODS para abarcar la naturaleza polifacética y el carácter transversal de la contribución de la cultura al desarrollo sostenible, y reflejar así la esencia de los indicadores temáticos de la Agenda 2030” (UNESCO, 2020, p. 27).

pela UNESCO, com a intensão de garantir o poder transformador da cultura na viabilização do desenvolvimento sustentável. O documento se apresenta como uma metodologia que coloca em evidência a importância e a contribuição da cultura para alcançar os ODS, entendendo que esta não somente contribui como setor de atividade *per se*, senão um elemento presente em outros setores (UNESCO, 2020).

Este documento propõe 4 dimensões como indicadores temáticos, dos quais destacamos duas: a dimensão da Cultura Meio Ambiente & Resiliência e a dimensão Conhecimentos & Habilidades, que dialogam mais fortemente com o patrimônio BioCultural. Vejamos. A primeira delas propõe uma estrutura que avalie o papel e a contribuição da cultura para a sustentabilidade dos assentos humanos,

al tiempo que hace hincapié en el patrimonio cultural y natural y en el medio ambiente urbano (...). Aborda el valor intrínseco del patrimonio material, inmaterial y natural y examina su contribución al desarrollo sostenible. Los indicadores propuestos evalúan la participación de los países en la salvaguardia del patrimonio cultural y natural y aportan datos tangibles sobre la gestión sostenible del patrimonio y la integración de los conocimientos tradicionales en la planificación estratégica de los aspectos culturales (UNESCO, 2019, p. 27).

A segunda dimensão destacada, a C&H, propõe uma estrutura que,

permita evaluar la contribución de la cultura a la adquisición de conocimientos y competencias, entre los que se incluyen las tradiciones locales y la diversidad cultural. Se centra específicamente en la contribución de la cultura a la transmisión de valores, conocimientos y competencias culturales locales y el fomento de la emancipación individual a través de la formación, los procesos, las políticas y los materiales educativos (UNESCO, 2019, p. 28).

Ainda que a publicação se constitua um avanço no âmbito da Agenda 2030 para a inclusão da cultura, é importante denotar que estas dimensões apenas tangenciam a problemática, não incorporando plenamente a perspectiva do papel da produção humana na diversidade biológica. A natureza ainda é vista no espectro dos “serviços ecossistêmicos” cuja lógica são os benefícios que a natureza pode proporcionar às pessoas. O conceito de Patrimônio BioCultural, deve reivindicar, como já observei, sistemas “simpoiéticos”, ou seja, sistemas de produção coletiva, cultural e de práticas multiespécies, sem limites espaciais e temporais autodefinidos (Dempster, 1988 *apud* Haraway, 2022, p. 71).

Interessante observar que a palavra ciência também é elemento escasso na Agenda 2030. E talvez esta ausência nos permita entrever a persistência de um ideário onde a ciência se apresente afim com o modelo vigente de uso e extração da natureza, ou seja, a tal da Natureza Barata que nos traz Moore (2022). A proposição de objetivos para um desenvolvimento sustentável, deveria conter uma perspectiva da ciência que compreendesse a necessidade de superar a perspectiva do domínio humano sobre a natureza. Essa concepção de ciência, fruto de uma ideologia liberal tradicional do século XX, produziu a clivagem entre ciência e cultura (Haraway, 2023). Esta clivagem as torna inconciliáveis sobretudo na perspectiva de se reconhecer os conhecimentos tradicionais como validos ou passíveis de validade pela ciência que, afinal, é quem constrói a ideia de natureza. Lembrando que a ciência é também uma forma de cultura e qualquer cultura ativa “no esporte, na música ou na Informática (...) implica a produção conjunta de especialistas e de conhecedores informados, capazes de avaliar o da informação que lhes é dada, de discutir sua pertinência (...)” (Stengers, 2023, p. 31). Seguindo essa lógica é que as políticas que incidem sobre as comunidades tradicionais, sejam de cultura ou das ciências, no que aqui nos concerne, devem ter em mente a proposição de protocolos de consulta³⁷, com base nos princípios FARE-CARE.

Ainda no que tange especialmente à relação entre cultura e desenvolvimento, é importante ressaltar que desde a Conferência do México em 1982, uma nova concepção de cultura e de políticas culturais emerge no cenário internacional, buscando conectar as necessidades do desenvolvimento de forma sensível e respeitosa com as múltiplas identidades culturais, buscando enxergá-las como eixo de desenvolvimento (Martinell Sempere, 2010, p. 2). Ao relacionar desenvolvimento e cultura no Brasil, não podemos deixar de mencionar o pensamento do economista Celso Furtado que anteriormente à Conferência do México já associava cultura e desenvolvimento. Precursor deste debate no Brasil e na América Latina, Celso Furtado foi considerado um dos mais influentes pensadores da Comissão Econômica para a América latina (CEPAL), detentor de uma orientação progressista, comprometido com a busca pela transformação das relações sociais historicamente estabelecidas no Brasil e na América Latina, e um dos mais importantes teóricos do desenvolvimento. Em sua perspectiva, o desenvolvimento supõe uma atribuição do Estado, cujo compromisso essencial é o de promover a redução das desigualdades sociais. Este processo pressupõe, amplo sentido, uma

³⁷ Configuram documentos elaborados pelos povos e comunidades tradicionais que visam estabelecer as regras e os procedimentos para uma consulta prévia, livre e informada relacionada a pesquisas acadêmicas e a projetos e empreendimentos que possam afetar seu modo de vida e seu território.

transformação cultural. Há no pensamento de Celso Furtado, uma associação evidente entre desenvolvimento e cultura.

Para Furtado (1984, p. 29) o maior impasse em nossa sociedade para a superação do subdesenvolvimento está relacionado à reprodução da “cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais”. Para reverter esse cenário, o autor sugere que somente a vontade coletiva surgida do “reencontro das lideranças políticas com os valores permanente de nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população (1984, p.30)” poderia superar esse impasse. E continua argumentando que para esse reencontro é necessária “uma maior participação do povo no sistema de decisões” (*op. cit.*). Esta perspectiva, coaduna com as fórmulas e categorias apontadas por Hernández i Martí (2008), já mencionadas acima, quando adverte sobre a homogeneização do patrimônio, desmaterializado e universalizado. Ou seja, a importação de valores exógenos em detrimento do reconhecimento dos valores culturais nativos. Para este autor, “devemos começar por indagar as relações que existam entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão inerente à acumulação” (Furtado, 1984, p. 31).

A oportunidade de revisitar o debate sobre *cultura e desenvolvimento*, tendo em conta os ODS, advém da linha de pensamento decolonial, que questiona a própria ideia de desenvolvimento, apostando nas economias *não* capitalistas, não pautadas pelo ‘crescimento e desenvolvimento’, mas sim pela vida e por economias que atendam a todo as pessoas e à vida no planeta (Gómez, 2014, p. 15). Neste sentido, Lang adverte que a “própria noção de ‘desenvolvimento’ – se a olharmos a partir dos fatos gerados – contradiz os conceitos de sustentabilidade, de equidade, de inclusão” (Lang, 2016, p. 31). O que nos interessa observar é como estas propostas convergem em seus propósitos – pessoas, planeta e prosperidade - em que pese as perspectivas radicalmente diferentes no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo nos questionamos em que medida os indicadores para os ODS – estritamente o que se refere à cultura – podem ser apropriados pela epistemologia decolonial.

De outra parte, ter a Agenda 2030 e os ODS como parâmetro não significa uma aceitação passiva da ideia de “desenvolvimento”. A crise ambiental produzida pela crescente perda da biodiversidade, o aumento do aquecimento global, a crise hídrica, a destruição de amplas áreas de floresta somadas ao aumento da desigualdade social e da fome em diferentes lugares do planeta,

colocam em xeque a ideia lançada por Harry Truman, em 1949, de repartir o mundo segundo “o binômio ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’, entendidos a partir de então como descrição do estado de uma economia ou sociedade” (Lang, 2016, p. 25). Sachs (2021) observa que a geografia econômica do mundo mudou e que nenhum país hoje em dia pode ser, de fato, considerado “sustentavelmente desenvolvido”. Vale observar que desde os anos 1970 a ideia de desenvolvimento como crescimento, foi acompanhado da consolidação de políticas sociais, sempre entendidas como motor de desenvolvimento. Para este autor esse processo tornou o termo “desenvolvimento” genérico, tendo os ODS emergido deste cenário, em que o crescimento econômico (PIB) deixou de ser o propósito central, dando margem ao aparecimento dos indicadores de caráter social, por meio dos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) (Sachs, 2021, p. 23). Apesar da mudança dos indicadores, a ideia de desenvolvimento perdurou e ainda perdura, impondo um sistema de dominação e subordinação entre países, em que as experiências e conhecimentos locais são frequentemente invisibilizados e ao mesmo tempo suplantados por práticas de consumo e padrões culturais que divergem daqueles atinentes aos povos originários e tradicionais.

Pelo exposto, urge retomarmos a reflexão que nos propicia o conceito de Patrimônio BioCultural para uma discussão mais aperfeiçoada da interação entre as pessoas e ambiente baseadas em sistemas simpoiéticos que permitam, situar-nos como natureza e a buscar a natureza em nós. Essa discussão deve priorizar a ideia de “valor”. Uma ideia de valor fora do âmbito monetário, tão persistente nas relações que mantemos com a natureza e com tudo que nos rodeia. Nisso os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em muito podem contribuir, porque é preciso pensar em valor como afeto, lugar de compartilhamento e coprodução humana da biodiversidade. Pensar valores no bojo da cultura. Precisamos escutar, pensar e sermos criativos para que no campo das políticas culturais, possamos adotar ações que assegurem práticas mais dialógicas que afiancem a dimensão cultural e social da biodiversidade.

Ao pensar em políticas públicas de cultura que assegurem o controle dos dados produzidos sobre (e pelas) as comunidades e as práticas de coprodução da biodiversidade, deve-se considerar o “patrimônio” como uma possibilidade de resistência e luta, que garanta a permanência da comunidade em seu território de origem com qualidade de vida e autonomia para eleger os bens e valores necessários à sua identidade e a preservação da suas memórias em consonância com a

natureza. Para tanto é preciso pensar nos ideais de desenvolvimento e crescimento com que o capitalismo nos aflige.

Faz-se necessário portanto, o reconhecimento do Patrimônio BioCultural para orientar propostas de programas de conservação biológica nos diferentes ecossistemas, reconhecendo simultaneamente a importância da sociodiversidade e da biodiversidade na promoção de políticas que busquem uma relação equilibrada entre os povos tradicionais e seus territórios – associando os valores da diversidade biológica e cultural – e, respeitando as diferentes formas de vida e expressões culturais. Uma das premissas é que os programas governamentais incluam diretrizes que valorem a biodiversidade e a cultura, equilibradamente, assegurando os modos de vida. Ou seja, o fortalecimento de uma política biocultural que aspire um futuro mais justo e equilibrado.

Referências

- COCKS, M.L., Wiersum, F. Reappraising the Concept of Biocultural Diversity: a Perspective from South Africa. *Hum Ecol*, n. 42, p. 727–737, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10745-014-9681-5> Acesso em: 05 nov.2024
- CUNHA, Manuela C. *Índios no Brasil. História, Direitos e Cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- ERIKSSON, Ove. What is biological cultural heritage and why should we care about it? An example from Swedish rural landscape and forest. *Nature Conservation*, n. 28, p.1-32, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3897/natureconservation.28.25067>. Acesso em 05 nov. 2024.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GIDA | Global Indigenous Data Alliance [FAIR e CARE]. Disponível em: <https://www.gida-global.org/care>.
- GÓMEZ, Pedro Pablo. [Introducción] Trayectorias de la opción estética decolonial. In: GÓMEZ, P. P. (org.) *Arte y estética en la encucijada decolonial II*. Buenos Aires: Del Signo, 2014.
- GÓMEZ-BAGGETHUM, Erik. Desenvolvimento Sustentável. In: KOTHARI, Ashish et al. (org.) *Pluriverso – um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021.
- HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitoloceno, Chthuluceno. In: MOORE, Janson W. (org.) *Antropoceno ou Capitoloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.
- HARAWAY, Donna. *A reinvenção da natureza*. Símios, ciborgues e mulheres. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2023.
- HEINICH, Nathalie. La fábrica del patrimonio. Apertura y extensión del corpus patrimonial: del gran monumento al objeto cotidiano. *Apuntes*, v. 27, n. 2, p. 8-25, 2014.

HERNÁNDEZ i MARTÍ, Gil-Manuel. Un zombi de la modernidad: el patrimonio cultural y sus límites. *La Torre del Virrey*, n. 05, 2008. Disponível em: <https://revista.latorredelvirrey.es/LTV/article/view/639> . Acesso em: 02 out. 2023.

LANG, Mirian. [Introdução] Alternativas ao Desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o Imaginário – Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016.

LEITE, Pedro Pereira. Cultura e Desenvolvimento? *Informal Museology Studies*, Moçambique, n. 11, 2015.

MARTINELL SEMPERE, Alfons [org.]. *Cultura y desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar*. Madrid: Fundación Carolina/Siglo XXI, 2010.

MARTINELL SEMPERE, Alfons. Cultura para el desarrollo y educación: ciudadanos globales. *e-DHÇ*, núm. 5, 2015, pp. 58-70. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=55900011> Acesso em: 13 mar.2025.

MCMICHAEL, Philip. O projeto de desenvolvimento. In: MOORE, Janson W. (org.) *Antropoceno ou Capitoloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

MOORE, Janson W. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Janson W. (org.) *Antropoceno ou Capitoloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 10 mai. 2025.

ORTIZ ESPEJEL, Benjamin; CARVALHO, Aline Vieira de. Patrimonio Biocultural: un saludo de México. *Habitus*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 122-128, jan.-jul.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/hab.v19i1.9025> Acesso em: 05 jun. 2025.

PARENTI, Christian. Criação de ambiente no Capitoloceno: a ecologia política do Estado. In: MOORE, Janson W. (org.). *Antropoceno ou Capitoloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022. p. 273-301.

REVEL, Jacques. La fábrica del patrimonio. *Anuario TAREA*, v. 1, n. 1, p. 15-25, 2014. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/tarea/article/view/311> Acesso em: 04 nov. 2024.

ROYAL BOTANIC GARDENS. *Kew. State of the World's Plants 2020*. London: Sfumato Foundation, 2000. Disponível em: <https://www.kew.org/sites/default/files/2020-09/Kew%20State%20of%20the%20Worlds%20Plants%20and%20Fungi.pdf> | Acesso em: 30 jun.2022

SACHS, Wolfgang. [Apresentação] O Dicionário do desenvolvimento revisitado. In: KOTHARI, Ashish *et al.* (org.) *Pluriverso – um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021.

SAITO, Kohei. *O capital no Antropoceno*. São Paulo: Boitempo, 2024.

SCHLEE, Mônica (org.). *Novas abordagens em Patrimônio – Our World Heritage: Debates*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2022.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração da ciência*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TEIXEIRA, Simonne. A Educação Ambiental e a Educação Patrimonial no âmbito da gestão ambiental pública no Brasil. In: CARVALHO, Aline V.; ORTIZ ESPEJEL, Benjamin; JULIANO, Tiago. *Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco*. Curitiba: Ed. Prismas, 2018.

UNESCO. Indicadores Cultura|2030. Paris, 2020

UNESCO. *Links between biological and cultural diversity – concepts, methods and experiences*. Report of an International Workshop, UNESCO, Paris, 2008.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159255E.pdf> Acesso em: 10 mai.2025.

**A Política Nacional de Cultura
Viva e os Pontos de Cultura
como instrumentos para a
superação do binômio cultura
e natureza: 13 especulações a
partir da IV Conferência
Nacional de Cultura**

Alexandre Barbalho

A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza: 13 especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura³⁸

Alexandre Barbalho

1. As conferências setoriais nacionais de políticas públicas – por se articularem com conferências estaduais e municipais e, a priori, terem um caráter consultivo e deliberativo – são instrumentos fundamentais para a construção de agendas governamentais a partir do movimento *bottom-up*. Elas funcionam como espaços ou arenas institucionais que viabilizam a participação social, a escuta social qualificada e a construção de consensos, reunindo gestores públicos, especialistas, movimentos sociais e cidadãos, permitindo que grupos tradicionalmente excluídos do processo político possam influenciar na formulação de políticas mais legitimadas e sintonizadas socialmente, ampliando o escopo democrático no Brasil pós-ditadura. É verdade que as diretrizes resultantes das conferências nem sempre são vinculativas, mas, além de servir como base para planos e programas públicos, funcionam como instrumentos para grupos sociais em busca de pautar a gestão pública em seus diversos níveis da federação. É preciso considerar também que as conferências enfrentam desafios consideráveis, a exemplo da assimetria de poder entre os participantes, a baixa representatividade em algumas áreas e a dificuldade de implementação das propostas deliberadas são questões recorrentes. Ainda assim, esses espaços mantêm sua relevância ao oferecer uma alternativa de engajamento cívico e resistência democrática, especialmente em contextos de crise institucional.

Partindo do pressuposto da capacidade de agendamento da IV Conferência Nacional de Cultura (PNCV), como a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) foi incorporada nas suas propostas a partir de uma das áreas de sua atuação que é a do meio ambiente?

³⁸ Este artigo é um desdobramento de outro texto intitulado “A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza: algumas especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura”. A esse respeito ver Barbalho, 2025.

2. A pergunta justifica-se pela premência desta agenda diante da crise ambiental, que também é econômica, social, política e cultural, portanto, uma crise sistêmica que coloca em risco todo o planeta. Trata-se, recorrendo a Héctor Alimonda, “de la crisis de un modelo civilizatorio que no solamente es incapaz de transformarse, sino tan siquiera de fingir alternativas de esperanza, de proponer una mínima utopía convocante de las potencialidades humanas, y que se revierte destructivamente sobre las sociedades y la naturaliza” (Alimonda, 2025, p. 306-307). Contudo, a cultura tem sido pouco ou nada mobilizada como recurso para enfrentar essa problemática, basta ver a sua participação reduzida no debate global sobre “desenvolvimento sustentável”.

3. O projeto da Modernidade sedimenta o movimento de separação entre o homem e o meio ambiente, a cultura e a natureza, o biológico e o social que vinha se dando no Ocidente a partir da longa transição do feudalismo para o capitalismo. Com isso, a racionalidade científica fundamentada na separação entre sujeito e objeto orienta o surgimento não só das ciências exatas e da natureza, mas também das humanas.

Esse processo é contemporâneo ao projeto colonial que se inicia com a ocupação do continente que viria ser denominado de América pelos colonizadores – ocupação que desde o início conjugou a submissão e a destruição da natureza e da cultura nativas. Basta lembrar que o primeiro movimento dos portugueses neste território foi exterminar uma árvore abundante na região, o pau-brasil, até tornar-se uma espécie ameaçada de extinção. A extração dessa madeira, valorizada na Europa pelo corante avermelhado, e que utilizou a mão de obra indígena forçada, evidencia o caráter predatório e utilitário da relação colonial com a natureza e com os habitantes originários. Não foi, contudo, apenas um episódio econômico: ela simboliza os fundamentos do projeto colonial, centrado na apropriação e exaustão dos recursos da colônia para o benefício da metrópole. E esse papel simbólico se reforça quando o nome da árvore vira o da colônia. Nomeia-se com a natureza transformada em *commodity* a partir do etnocídio e genocídio dos povos já existentes o futuro país. Como situa Alimonda (2025, p. 311-313),

el trauma catastrófico de la conquista y la integración en posición subordinada, *colonial*, en el sistema internacional, como reverso necesario y oculto de la modernidad, es la marca de origen de lo latino-americano [...] la persistente colonialidad que afecta a la naturaleza latinoamericana. La misma, tanto como realidad biofísica (su flora, su fauna, sus habitantes humanos, la biodiversidad de sus ecosistemas) como su configuración territorial (la dinámica sociocultural que articula significativamente esos ecosistemas y paisajes) aparece ante el pensamiento hegemónico global y ante las elites dominantes de la región como un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades

de los regímenes de acumulación [...] Una larga historia de desarrollo desigual y combinado, una ruptura a nivel global del metabolismo sociedad- naturaleza, que penaliza crecientemente a la naturaleza latino-americana y a los pueblos que en ella hacen su vida.

4. Nos tempos atuais vem ocorrendo uma desconstrução desse apartamento natureza/cultura no campo científico como um todo, com alcance variado de acordo com a disciplina e com o espaço de produção de saber, entre outras variáveis possíveis. A título de exemplo, o Programa de Investigación Modernidad/Colonialidad (M/C)³⁹, ao realizar seu “virada decolonial”, promove, como situa Alimonda, uma “diversidad epistémica que permite descubrir una pluralidad de lugares de enunciación, pasados y presentes, en relación crítica o de resistencia con respecto a la modernidad colonial”. A partir destas “epistemologias de frontera”, como as denomina Walter Mignolo, (2003), é possível “constituir diversas impugnaciones [...] de la modernidad y de la colonialidad. Esto supone la reescritura de las narrativas de la modernidad desde outro lugar, revalorizando a las culturas y a los pueblos dominados y a sus historias de resistencia [...] desde la perspectiva de las relaciones sociedad / naturaliza” (Alimonda, 2025, p. 320). Arturo Escobar, por sua vez, observa que “parecemos compelidos a levantar a questão da natureza em um novo modo” e se pergunta: “Seria isso por que os constructos básicos com os quais a modernidade nos equipou para esta tarefa [...] não nos permitem mais interrogar a nós e a natureza em modos que poderiam gerar novas respostas?” (Escobar, 2005, p. 18).

5. Certamente essa desconstrução é um chamado também para as políticas públicas, incluindo as de cultura. Um modo de expressar esse imbricamento é perguntando, por exemplo, como se pode falar de diversidade cultural sem considerar a justiça ambiental e vice-versa?

Estas não são questões colocadas em debate apenas por pensadoras/es do Sul Global. Como situa o pensador francês Bruno Latour, com a distinção natureza x cultura, o que se busca, pelo menos na tradição hegemônica ocidental ou ocidentalizada, como a brasileira, é exprimir que “o

³⁹ O Programa de Investigación Modernidad/Colonialidad (M/C) é uma importante rede intelectual e política criada por pesquisadores latino-americanos a partir do final da década de 1990, que busca analisar criticamente os legados coloniais presentes nas estruturas sociais, epistemológicas, culturais e políticas da modernidade ocidental. Reunindo intelectuais tais como Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Catherine Walsh, o M/C não se estabelece como uma instituição formal, mas sim como uma articulação teórica e crítica — uma espécie de “comunidade epistêmica” que critica as formas como o colonialismo ainda estrutura o mundo moderno, mesmo após o fim formal das colônias e tendo como seus conceitos centrais: “Colonialidade do poder”, “Colonialidade do saber”, “Colonialidade do ser” e “Modernidade como projeto colonial” (Losada, 2011).

humano é, acima de tudo, ou que ele é também, um ser cultural que deve escapar ou, de qualquer modo, *se distinguir da natureza*” (Latour, 2020, p. 33). Seria preciso, portanto, seguindo ainda o autor, introduzir uma oposição entre, de um lado, o binômio Natureza/Cultura e, de outro, um termo que os incluiria como um caso particular, que ele propõe chamar de “fazer mundo”, que se define “como o que abre, de um lado, para a multiplicidade dos existentes e, de outro, para a multiplicidade dos modos que eles têm de existir” (Latour, 2020, p. 66), evitando assim ficar apenas na diversidade de culturas.

Recentemente, o economista e ecologista francês Timothée Parrique lançou o livro *Ralentir ou périr: L'économie de la décroissance*, onde defende a redução do crescimento dos países ricos. Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Parrique apontou que “a expansão macroeconômica das regiões ricas do mundo age como um vácuo gigante que trata o Sul global e a natureza como um bufê do tipo ‘coma o quanto puder’” e faz-se necessário “libertar o Sul global do ‘modo de vida imperial’ das nações ricas e de consumo excessivo” (Parrique, 2023, s/p). A mudança de um crescimento imperialista para o que denomina de decrescimento convivial parece convergir com o que aponta Latour e, claramente, demanda uma nova visão de fazer mundo.

Atuando na Finlândia, e tratando do “discurso da política cultural antropocêntrica”, Miikka Pyykkönen argumenta que a perspectiva operada pelo binômio Natureza/Cultura

é muito problemática na era de uma crise ambiental em expansão, que exige com urgência não apenas políticas novas e mais influentes para o desenvolvimento ecologicamente sustentável, mas também uma maneira diferente de pensar sobre a relação entre humanos/cultura e natureza, diferente da compreensão dualista — ou mesmo binária — que ainda permanece hegemonicamente dualista — ou mesmo binária —, derivada do modernismo. Precisamos de teorias, conceitos e políticas que desafiem profundamente a compreensão modernista dos humanos e de suas culturas como superiores, bem como abordagens e modos de operação relacionados, e que sejam corajosos o suficiente para sugerir mudanças radicais em sistemas, culturas e narrativas baseadas na “história mortal” (Pyykkönen, 2024, p. 02)⁴⁰.

⁴⁰ Tradução livre. No original: “is very problematic in the era of an expanding environmental crisis, which urgently calls for not only new and more influential policies for ecologically sustainable development but also a different way of thinking about the relationship between humans/culture and nature than the still very hegemonic dualist—or even binary—understanding derived from modernism. We need theories, concepts, and policies that profoundly challenge the modernist understanding of humans and *their* cultures as superior, as well as related approaches and ways of operating, and are brave enough to suggest radical changes to systems, cultures, and narratives based on “the deadly story””.

Ainda segundo Pyykkönen (2024), a compreensão predominante de cultura e sustentabilidade é focada na contribuição das indústrias criativas para o crescimento econômico – a “economização” da cultura –, tal como aparece em vários documentos e convenções de organizações como G20, OCDE, ONU, UNCTAD, UNESCO e OMC. Documentos estes que costumam pautar o debate sobre economia e indústria culturais também no Brasil. Como apontamos em outro artigo,

la cuestión del desarrollo vinculado a las cuestiones culturales es un tema recurrente en el ámbito de la Unesco y se actualizó con la celebración de Mondiacult 2022, que llevó el título oficial de Conferencia Mundial de la Unesco sobre Políticas Culturales y Desarrollo Sostenible, y cuya Declaración Final presenta “prioridades comunes y se plantea un programa de futuro que aprovecha plenamente el efecto transformador de la cultura para el desarrollo sostenible” (Barbalho; Calabre, 2024, p. 27).

Por outro lado, a cultura é subvalorizada nas políticas internacionais de sustentabilidade, muitas vezes sendo vista apenas como expressão artística ou patrimônio. Essa visão limitada impede que ela seja tratada como uma força transformadora na transição ecológica. Além disso, mesmo quando cultura é definida de forma mais ampla (como modo de vida), ela se torna vaga e fragmentada, dificultando sua aplicação política, o que limita a compreensão da cultura como parte de um sistema ecológico amplo. Desse modo, Pyykkönen o que chama de “mudança radical”: abandonar a ideia de que cultura precisa servir ao crescimento econômico e, em vez disso, integrá-la a uma lógica ecológica.

6. Isso coloca a pergunta sobre o lugar, por exemplo, das expressões culturais subalternizadas brasileiras como as indígenas e as quilombolas e como elas “fazem mundo”; como elas se aquilombam e colocam sob rasura um conceito como o de desenvolvimento; como elas levam à frente, por meio de suas práticas e elaborações teóricas, a crítica à biocolonialidade (Beltrán-Barrera, 2022); enfim, como implementam políticas culturais que instauram desentendimentos com àquelas promovidas pelo Estado (Barbalho, 2020; Rancière, 1996)?

7. A Política Nacional Cultura Viva (PNCV) já traz em seu nome a articulação imprescindível da cultura com a vida, portanto com a dimensão imaterial, simbólica, e material, biológica, natural da existência humana. Ainda que não tenha uma presença que possa se dizer marcante em sua normativa, a PNCV faz referência explícita à natureza no Art. 5º, que, ao destacar o desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade, aponta, entre as ações estruturantes, “cultura e meio ambiente”. Mas essa relação está implícita no Art. 7º, que se refere

ao reconhecimento dos PCs e dos Pontões como grupos e entidades que priorizam, entre outras ações, o “reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das populações indígenas e das comunidades rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes”. Ao apontar para uma perspectiva “antropológica” de cultura, como modo de vida, e destacar grupos e comunidades (indígenas, comunidades rurais, quilombolas etc.) – que se constituem na interação orgânica com seu habitat/território que não está, no geral, situado em ambiente urbano –, este artigo reconhece a premência da relação entre cultura e natureza. Contudo, como aponta a análise de Henrique Lelis, esta política

não enfrentou os principais problemas que à atividade de produção cultural dentro das comunidades indígenas e tradicionais enfrenta na atualidade. O PNCV não apresentou respostas satisfatórias às questões relativas à falta de recursos financeiros, inacessibilidade ao financiamento bancário, alta burocracia estatal e falta de profissionalismo na gestão cultural, mantendo estagnado o círculo vicioso entre *marketing* cultural, subsídios estatais, artes e artistas consagrados.

A ideia de autonomia e empoderamento, na qual está embasada toda a filosofia do PNCV, exige uma nova forma de interação social, deixando de lado a visão de liberdade típica do Estado liberal, para adotar uma forma de agir onde indivíduo, ente estatal e instituições são corresponsáveis pela realidade na qual estão inseridos. Esta ação exige um agir mais participativo, solidário, democrático e harmônico, de forma que, cada ator social assuma uma parcela de obrigações para o bom desenvolvimento da atividade cultural.

Tem-se então que, esta dinâmica, por propor uma ruptura com pensamentos tradicionais e novas formas de relacionamento entre sociedade e Estado, mas sem apresentar ferramentas adequadas ao seu funcionamento, pode ser um objetivo muito alto que as estruturas do PNCV não são capazes de suportar (Lelis, 2017, p. 138).

8. As próprias definições que organizam o universo da PNCV e dos PCs, que apontam para o empoderamento da sociedade civil e para relações horizontalizadas entre os agentes, são elaboradas pelo Estado e, portanto, estabelecidas de cima para baixo. Como situam Frederico Barbosa da Silva e Valéria Labrea,

Os pontos, entre si, podem estabelecer relações horizontais, mas a relação entre Estado e Pontos é necessariamente assimétrica, vertical e hierárquica, dadas as funções sociais de cada segmento. Além disso, há que se considerar que toda a proposta estrutural dos pontos de cultura como a ideia de rede, protagonismo, empoderamento, autonomia é formulada pelo Estado, a priori. Ou seja, o Estado escolhe as categorias a partir das quais os Pontos de Cultura vão criar suas referências. A ideia de que o Ponto de Cultura continua fazendo o que já fazia antes de receber recursos estatais também é uma ideia de Estado (Barbosa da Silva; Labrea, 2025, p. 213).

Ainda que se possa pensar o espaço estatal como um campo de disputa, em vez de um bloco monolítico (Bourdieu, 2012), essa disputa interna também se dá entre forças desiguais. Desse modo, é preciso não se deixar enredar por uma narrativa idealizadora e normativa sobre esta política, ainda que na abordagem aqui proposta não seja feita uma análise da atuação dos PCs, tema aliás pouco explorado na enorme bibliografia sobre o tema⁴¹.

09. A agenda – da relação natureza-cultura – se faz presente na rede de PCs. A plataforma Cultura Viva permite fazer a busca de PCs a partir de suas áreas de atuação. Assim, procedeu-se a uma pesquisa no dia 17 de junho de 2025, quando a plataforma registrava a existência de **7.047 Pontos e Pontões**. No filtro “Áreas de Atuação” havia a opção “Cultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade”. Por essa chave, só foi identificado o PC Espaço pé-de-ser, situado em Vitória, (ES). Mas no filtro “Ações Estruturantes”, na opção “Cultura e Meio Ambiente”, foram encontrados 1.627 Pontos e Pontões, ou seja, 23% do universo, um número muito significativo, ainda mais considerando que se encontra distribuído por todos os estados brasileiros, apesar da região Sudeste concentrar quase 46% destes PCs.

Quadro 1- Estados com PCs com Ações Estruturantes em Cultura e Meio Ambiente

ESTADO	QUANTIDADE DE PCs
AC	13
AL	26
AM	26
AP	13
BA	151
CE	70
DF	37
ES	44
GO	33
MA	45
MT	34
MS	10
MG	211
PA	56

PR	38
PE	65
PI	27
RJ	189
RN	28
RR	10
RS	87
RO	03
SC	42
SE	10
SP	304
TO	10
TOTAL	1.627

Fonte: Plataforma Cultura Viva

10. Como se apresentam os PCs que atuam na área estruturante da cultura? Não cabe aqui uma análise desse universo, mas, a partir de uma mostra aleatória constituída pelo primeiro nome na lista de PCs de cada estado a partir da consulta à plataforma do PCV (Quadro 02), percebe-se uma

⁴¹ Para avaliações quanti-quali do PCV ver, entre outros, Barbosa da Silva, 2011; Barbosa da Silva; Araújo, 2010 e Barbosa da Silva; Calabre, 2011.

pluralidade de ações e temas mobilizados por cada um dos Pontos, o que sinaliza para a transversalidade no modo como a questão ambiental é abordada, ainda que esta não seja a questão central de atuação.

Quadro 2- Autorepresentação de PCs com Ações Estruturantes em Cultura e Meio Ambiente

ESTADO	NOME DO PC	AUTOAPRESENTAÇÃO DO PC
AC	Casinha Ocupação Cultural	A casinha Ocupação Cultural foi fundada no ano de 2015 e reúne mais de 50 artistas independentes que realizam diversas atividades culturais, educacionais (educação patrimonial), ambientais e esportivas (xadrez) junto à comunidade de Rio Branco, abrangendo jovens e crianças das escolas públicas, moradores do bairro e redondezas etc.
AL	AACAL	Este ponto de cultura surgiu em 2009 em resultado das aulas de artesanato da Mestra Vania Oliveira, em um Pontão de Cultura no Centro de belas artes de Alagoas/CENARTE. Em 2018 o coletivo resolveu se formalizar e hoje, atua ativamente não só como artesãs reunidas como há também entre seus membros: atores, contadores de histórias, músicos e pesquisadores.
AM	Voo da Iúna	A Associação de Capoeira Vôo da Iúna (A.C.V.I.) foi fundada em 10 de maio de 2007, por José Neto de Castro (Mestre Neto), na cidade de Itaboraí/RJ, com a missão de fortalecer a capoeira não apenas como prática esportiva, mas também como ferramenta de inclusão social, cidadania e reafirmação da identidade cultural afro-brasileira. Como Ponto de Cultura, a A.C.V.I. desenvolve projetos que integram arte, educação e identidade cultural, promovendo rodas de capoeira, oficinas de confecção de instrumentos, cursos de musicalidade, palestras, workshops e eventos culturais voltados à valorização da cultura afro-brasileira.
AP	IACSCL	Desde 2011 já montou mais de 2 espetáculos e realizou inúmeros projetos sociais e artísticos, tais como: Projeto de intercâmbios e interações estéticas recebendo vários grupos de teatro locais. Nos anos de 2016 / 2017 realizou o Blitz Cultural de arte na comunidade do Anauerapucu com intervenções de espetáculos artísticos e oficinas de informática.
BA	Coletivo cultural kilombolas	O coletivo Kilombolas abraça diversas formas de arte e tem como objetivo principal melhorar a educação do povo. Formado por artistas, educadores e ativistas, o grupo busca trazer à tona a cultura afro-brasileira e promover a inclusão social por meio da arte e da educação.
CE	Escola de Capoeira Evolução	Nossa escola é um grupo de arte educadores de capoeira que desenvolve projetos sociais com capoeira. Nosso projeto consiste no desenvolvimento de atividades socioculturais relacionadas com a capoeira no município de Fortaleza e adjacências valorizando a diversidade cultural e regionais; a sustentabilidade local; inovação como processo cultural gerador de renda e inclusão social.
DF	Ilê Ode Axe Opo Inle	Fundado em 2009, o Ilê Odé é uma das maiores casas de matriz africana do DF. A instituição não só presta serviços humanitários, mas também é um vibrante centro cultural e se destaca por sua profunda conexão com as tradições Ketu e pela organização de atividades que promovem a cultura afro-brasileira. O terreiro também é um espaço de aprendizado através de oficinas educativas e projetos como o Eco Ilê, que combina práticas de agroecologia e produção audiovisual sobre as histórias da ancestralidade africana.
ES	Barra de Renda	O Grupo Barra de Renda resgata o ofício das rendeiras de bilros capixabas desde 2014 na Barra do Jucu – Vila Velha- Es.

GO	Associação dos Artesãos do Distrito de Santa Maria em Trindade (AASMT)	Sua finalidade é fomentar o artesanato de forma integrada, promovendo o fortalecimento das cadeias produtivas locais e a educação empreendedora do artesão, objetivando a eficiência desse empreendimento associativo econômico e cultural, traduzindo-se no fortalecimento das relações entre os associados, ao nível de oferecer a comunidade o contato com a diversidade artística que se encontra em Trindade e mais especificamente no Distrito de Santa Maria.
MA	Instituto Maraca	Instituto Religioso, Cultural, Social e Afro-Brasileiro - Maracá foi fundado dia 20 de janeiro de 2020 pelo fazedor de cultura João Marcello Gomes Silva, conhecido por Compadre João Marcello em Pindaré-Mirim. força, resistência e vigor.
MT	Museu da Viola de Cocho e Artes Pantaneiras	O Museu da Viola de Cocho e Artes Pantaneiras é um espaço dedicado à preservação e celebração da rica tradição cultural do Pantanal Mato-Grossense. Aqui, cultura e história se entrelaçam, proporcionando um espaço de aprendizado e preservação de saberes.
MS	Arado Cultural	A Associação Arado Cultural atua na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na gestão, produção, elaboração de projetos culturais e na captação de recursos junto às fontes financiadoras privadas e estatais.
MG	Afro-Periférico OriSamba	Bloco Afro-Periférico OriSamba, com o intuito de levar para as ruas da Vila Senhor dos Passos e de Belo Horizonte, cantos e danças inspiradas nas tradições de matriz africana e periférica.
PA	Instituto Coração Valente	Fundado pelo Instituto de Desenvolvimento Social Coração Valente, a iniciativa visa promover a inclusão social e o fortalecimento cultural de crianças, jovens, mulheres, pessoas idosas e PCDs. Desde sua criação, o projeto oferece oficinas de música, teatro, dança e artesanato, além de realizar eventos culturais que valorizam artistas locais e mestres da cultura popular.
PB	Centro Cultural Paixão Nordestina	O Centro Cultural Quadrilha Paixão Nordestina, fundado há 18 anos, é um bastião da cultura popular no Município de Caldas Brandão, toda Região do Vale do Paraíba. Também representando o estado da Paraíba Nacionalmente, promovendo dança, música e teatro, o centro se destaca por seu trabalho inclusivo com a comunidade LGBTQIA+, povos de matrizes africanas e jovens em situação de vulnerabilidade social.
PR	Associação Londrinense de Circo	A ALC, além de dar sequência em seus processos artísticos e formativos em artes circenses, continua o desenvolvimento de inúmeras parcerias que viabilizem ações em outras áreas e linguagens artístico, cultural e social
PE	Quilombo dos Camarás	Fundado em 1999, o quilombo é um território de resistência e tradição afro-brasileira, que valoriza a identidade negra por meio de práticas culturais, religiosas e sociais. Guardiões da memória Yorubá/nagô, preservam e compartilham suas memórias coletivas com a comunidade local e circunvizinhas, baseando-se na agricultura familiar, na cultura afro-brasileira e na resistência cultural.
PI	Grupo Nova Geração-GNG	O Grupo Nova Geração vem atuando fazendo a diferença não só social, mas também cultural, na cidade de Floriano, localizada ao sul do estado do Piauí, realizando ações sociais, desenvolvendo projetos de dança, música e diversas apresentações culturais e de convívio cidadão, sempre privilegiando a atuação com crianças vulneráveis.
RJ	Projeto C3	O Projeto C3, fundado em 2006, nasceu com a missão de transformar vidas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Petrópolis, RJ, oferecendo um ambiente seguro, acolhedor e repleto de oportunidades. Um dos pilares do projeto são as oficinas de cultura, onde incentivamos a expressão e a criatividade como ferramentas de empoderamento.

RN	Coletivo Potyguaras Saberes e Culturas Tradicionais	O Coletivo Potyguaras – Saberes e Culturas Ancestrais Tradicionais surgiu em 2012 de um grupo de cinco terreiros das comunidades de religiões de matriz africana e ameríndias, participantes do Projeto Terreiros do Futuro iniciado 2010 e financiado pelo Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania, que finalizou em 2016. O Coletivo seguiu com ações e grupos culturais voltadas para mulheres e jovens, crianças e adolescentes de tradições de terreiros da Comunidade do Jardim Progresso.
RR	Cia. Malandro é o Gato	Temos desempenhado um papel importante na inclusão social e cultural, ampliando a democratização do acesso à cultura, com oficinas teatrais itinerantes para diferentes comunidades em situações vulneráveis e baixa renda. Trabalhamos ativamente na construção de redes colaborativas e parcerias: artistas locais, educadores e agentes culturais, gerando novas perspectivas à comunidade envolvida.
RS	Sociedade Recreativa Beneficente cultural Fidalgos e Aristocratas	Fundada em 07/09/1950, temos uma história marcada por títulos e enredos e memoráveis, assim como uma relevante atuação social e cultural na cidade de Porto Alegre. Escola de Samba que compõe a Série Ouro do Carnaval de Porto Alegre, utilidade pública, referência no segmento social e cultural da cidade de Porto Alegre, através dos nossos projetos e ações comunitárias, sociais e culturais.
RO	Cacaieiros de Rondônia	Promovemos eventos significativos ao longo dos anos, como: • Apresentações no Parque de Exposições em 2013. • Celebrações do Dia Nacional da Cultura em 2014, 2015 e 2016. • Palestras e entrevistas culturais. Além disso, realizamos a Caminhada dos Cacaieiros (atualmente na sua sétima edição), uma homenagem aos pioneiros que moldaram nossa região.
SC	Colônia de Pescadores de Tijucas Z 25	A entidade promove, além da documentação dos pescadores, suas licenças e embarcações, cursos, palestras, workshops, desfiles e procissões náuticas, apresentações audiovisuais, formação de jovens e adolescentes, oficinas artísticas e culturais relacionadas a tradição da pesca artesanal, entre diversos outros eventos e ações conjuntas com órgãos públicos e privados que se relacionem com a atividade pesqueira.
SE	Coletivo Iniciativa Jovens do Futuro	O Coletivo Iniciativa Jovens do Futuro desde sua criação em 2018, realiza ações que estão ligadas a cultura, história, música, educação e apoio social, sempre em parceria com outros grupos, instituições ou ONGs, em especial a ONG Amigos do Trem Sergipe, atuamos para os públicos, mais dando um destaque sempre a criança e adolescente. Iremos listar aqui algumas de nossas atividades realizadas durante o ano, vale ressaltar que muitas delas se repeti todos os anos.
SP	Caminhos do Cambuci	A Feira Gastronômica Caminhos do Cambuci e o Festival do Cambuci, vem a mais de 20 anos disseminando o conhecimento acerca da fruta Cambuci e também sobre a história da Vila Ferroviária de Paranapiacaba e da cidade de Santo André. A Feira do Cambuci é atração turística consagrada, tradicional na divulgação do fruto nativo da Mata Atlântica, declarado Patrimônio Imaterial da cidade de Santo André, o Cambuci.
TO	Casarão Mão de Pilão	O espaço Cultural Casarão Mão de Pilão é um centro cultural e coletivo sem constituição jurídica que promove atividades abertas ao público com temas relacionados à arte e cultura.

Fonte: Plataforma Cultura Viva

11. Entendendo a IV CNC como uma radiografia das demandas dos agentes culturais do país é possível afirmar que a PNCV, apesar de ser uma agenda importante para os/as participantes, teve

pouco destaque no resultado final das propostas priorizadas das 30 propostas priorizadas nas seis plenárias ocorridas na IV CNC, a PNCV só aparece como tema central em duas delas e foi objeto de duas moções na Plenária Final.

12. Por sua vez, o tema do meio ambiente foi quase inexistente: só aparece de forma explícita na quarta proposta mais votada do “Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social” com 121 votos. Trata-se de uma reivindicação acerca da reestruturação e democratização do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) que demanda, entre outros pontos, incluir novas cadeiras no Conselho, entre as quais a de “biomas-cultura e natureza”.

13. Estas especulações só podem terminar reivindicando que o tema ambiental ocupe uma centralidade cada vez maior na PNCV e nos PCs. Se muitos povos ou comunidades, ainda que modernizados ou ocidentalizados à força, não assumiram a lógica da cultura versus natureza – indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc., - são exatamente eles, como visto, o foco privilegiado desta política cultural. São eles que, conectados em redes presenciais e digitais, podem fazer circular entre si bens, não na forma de mercadoria, e sim como dádiva: doados, recebidos e retribuídos de forma solidária. E esses bens, ou melhor esse bem maior, será o Bem Viver indissociável aos seres vivos e não vivos.

Referências

ALIMONDA, Héctor. *Descolonizar la naturaleza: por una ecología política Latino-americana*. Buenos Aires: CLACSO, 2025.

BARBALHO, Alexandre. A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza: algumas especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura. In: LIMA, Deborah *et al.* (org.). *Entremeios de uma Cultura Viva: entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC*. Niterói: LABAC/UFF ; Maricá: Instituto Grão, 2025. p. 41-52.

BARBALHO, Alexandre. *Política cultural y desacuerdo*. Buenos Aires: RGC, 2020.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. Sobre cultura y naturaleza a partir de Mondiacult 2022 (o las posibilidades de “hacer mundo”). In: BARBALHO, Alexandre; PETERS, Tomás (org.). *Mondiacult y después*. El futuro de las políticas culturales en América Latina. Buenos Aires: RGC, 2024. p. 27-42

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B. (org.). *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: IPEA, 2011.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A.; ARAÚJO, Herton E. (org.). *Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania: Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2010.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B; CALABRE, Lia (org.). *Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2011.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A.; LABREA, Valéria. Os Instrumentos de política pública: no entremeio da polissemia histórica do Programa Cultura Viva, da dinamicidade da estrutura orçamentária e da configuração de suas ações. In: LIMA, Deborah *et al.* (org.). *Entremeios de uma Cultura Viva: entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC*. Niterói: LABAC/UFF ; Maricá: Instituto Grão, 2025. p. 205-251.

BELTRÁN-BARREIRA, Yilson Javier. *La biocolonialidad*. Derivas del pensamiento decolonial latino-americano y caribeño. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État*. Cours au Collège de France. 1989-1992. Paris: Seuil, 2012

ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza – passos para uma Ecologia Política antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor (org.). *Políticas públicas ambientais latino-americanas*. Brasília: Flacso, 2005, p. 17-64.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia*. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno. Rio de Janeiro: Ubu, 2020.

LELIS, Henrique Rodrigues. *O acesso à Política Nacional Cultura Viva pelas comunidades indígenas e tradicionais: uma análise sobre a contribuição da lei 13.018/2014, para a efetivação dos direitos culturais no Brasil*. (Mestrado em Direito em Proteção dos Direitos Fundamentais). Universidade de Itaúna, 2017.

LOSADA, Jhon Jairo. Los estudios poscoloniales y su agenciamiento en el pensamiento crítico latinoamericano. *Criterios*, v. 4, n. 1, p. 252-287, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PARRIQUE, Timothée. Busca pelo crescimento coloca a humanidade em uma rota suicida, diz economista-ecologista. Entrevista. *Folha de São Paulo*, Economia, 26 jun. 2023 . Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/busca-pelo-crescimento-coloca-a-humanidade-em-uma-rota-suicida-diz-economista-ecologista.shtml>3. Acesso em: 23 jun.2025.

PYYKKÖNEN, Miikka. Naturalizing culture—time for an ecological understanding of “culture” in international culture and sustainability policies. *Frontiers in Political Science*, v. 6, p. 1-11, 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

**Direitos culturais e
desenvolvimento
sustentável no contexto das
mudanças climáticas**

**Lourivânia Soares
Sophia Cardoso Rocha**

Lourivânia Soares

Sophia Cardoso Rocha

A garantia dos direitos culturais, em um cenário marcado pela emergência climática, é uma pauta central do nosso tempo. A prova disso é a crescente transversalidade da relação entre cultura e clima, presente nas principais agendas políticas globais e negociações diplomáticas. Nessa direção, o ano de 2025 reúne dois eventos internacionais de especial relevância para o campo da cultura: a Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT), em Barcelona/Espanha, e a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém/Brasil. Em ambos encontros, cada um com sua especificidade, a questão da crise climática permeará debates e propostas a serem apresentadas pelos países que os integram.

Para o setor da cultura, a pauta da mudança do clima tem especial aderência por, dentre outros motivos, impactar o patrimônio cultural de países que têm, na diversidade de saberes e fazeres, um importante ativo, como é o caso do Brasil. As crises ambientais que se intensificaram nas últimas décadas vêm produzindo uma série de danos ao meio ambiente, colocando em risco um conjunto de bens e práticas culturais, territórios e comunidades.

Fenômenos como chuva ácida, inundações, desertificação, poluição do ar e contaminação das águas impactam de diversas formas os modos de organização social, especialmente das comunidades tradicionais que têm uma forte relação com a natureza, a exemplo dos indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos. Essas comunidades vêm sofrendo diretamente com a “lógica dos poderosos” (Santos, 2005) ou do “povo da mercadoria”, como é chamado o povo branco capitalista pelos Yanomami (Kopenawa; Albert, 2015).

As mudanças climáticas sentidas em todo o planeta, de forma desigual, vale registrar, são consequências da (má)relação entre humanidade e natureza que orientou o desenvolvimento do mundo ocidental. Ao longo dos séculos, a exploração e o consumo de recursos naturais deixou de estar relacionado com a sobrevivência biológica do ser humano, tal qual outros seres vivos (Bauman,

2022). A sociedade capitalista construiu uma relação com a natureza pautada no fornecimento de matéria prima para a produção de mercadorias em larga escala e em alta velocidade, o que levou ao longo do tempo ao esgotamento de solos, à contaminação das águas, à grande produção de lixo etc. O consumo passou, assim, a ser central na vida das pessoas, um propósito da existência humana, “[...] uma questão eminentemente cultural, relacionada à incessante insatisfação com a função primeira dos objetos em si” (Layrargues, 2011, p. 190 *apud* Nogueira; Mansano, 2021, p. 233).

Nesse sentido, consideramos fundamental que o debate em torno da crise climática em sua relação com a cultura ressalte que o modelo que alicerça a sociedade contemporânea é incompatível com uma vida sustentável. Isso não significa o abandono de políticas e práticas que possam impelir ações mitigadoras aos danos causados pelas mudanças climáticas. Mas, não se pode ter a ilusão de que o problema será finalizado com tais medidas.

Em que terreno estamos pisando?

Como ponto de partida, esse texto compreende o desenvolvimento sustentável na perspectiva integral, considerando os múltiplos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais na construção de um sistema equilibrado ecologicamente e socialmente justo para as gerações atuais e futuras.

Nessa mesma ótica, mas considerando a sabedoria ancestral dos povos tradicionais, se insere o fundamento do “bem viver”, tão reivindicado pelos movimentos sociais de luta. Neste sentido, a filosofia do bem viver nos lembra da nossa conexão humana de interdependência com o meio ambiente em toda a sua diversidade, e por isso, a necessidade de construir um mundo diferente deve ter como base os direitos da natureza (Acosta, 2016) e os direitos humanos, dentre estes, os direitos culturais.

A dissociação entre direitos da natureza e direitos humanos por si só já daria uma boa discussão, já que a separação humanidade-natureza, que sustenta o desenvolvimento do mundo ocidental há séculos, é questionada por outras formas de organização social, como as dos povos originários em toda a sua diversidade. Um dos autores que vem enfrentando esse debate é o filósofo, escritor e líder indígena, Ailton Krenak, crítico do modelo civilizatório branco-europeu que separou a humanidade da natureza, cabendo à primeira desenvolver conhecimentos para apropriar, controlar

e explorar a segunda. O modelo impositivo colonizador desconhece e nega outras formas de humanidades: “A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2020, p. 22-23). O não entendimento do ser humano enquanto integrante da natureza pode ser observado em discursos e práticas que balizaram e sustentam ainda hoje práticas predatórias que assentam o capitalismo vigente.

São situações concretas, geradas pelo processo de mercantilização da natureza, sendo este cada vez mais crescente, incluindo a exploração predatória da biodiversidade global e seus ecossistemas. A exploração desenfreada dos recursos naturais começa, portanto, a demonstrar sua dimensão mais dramática [...]. (Nogueira; Mansano, 2021, p.225-226)

A sociedade contemporânea, no que se refere a práticas de consumo, se organiza a partir de um ciclo envolvendo: produção de bens e serviços em grandes volumes e em alta velocidade; campanhas de marketing voltadas para o estímulo do consumo, impulsionado pelas ferramentas digitais, que a partir do uso dos dados de usuários de plataformas e redes sociais personalizam a oferta e inundam celulares e mentes de modo acelerado e incessante, impelindo o consumo compulsivo; dinâmica de inovação das tecnologias e produtos, onde o novo é oferecido sempre como melhor opção, gerando nos consumidores a sensação de insatisfação com o antigo; operações de obsolescência programada, prática intencional e sistemática dirigida a reduzir a vida útil dos produtos, quer seja pelo desgaste ou pela desatualização decorrente de novas funcionalidades; e o descarte e produção de lixo em grande escala.

A busca incessante pela compra de novos produtos, a insatisfação pessoal explorada de maneira recorrente, o estímulo às inovações e ao consumo tecnológico têm sido grandes aliados para promover a concentração de capital. Em contrapartida, tal busca tem gerado inúmeros problemas sociais e ambientais, sobretudo no que diz respeito à questão do um acúmulo de lixo em centros urbanos, sem precedentes na história (Nogueira; Mansano, 2021, p.225)

A produção e acúmulo de lixo integram o modelo de sociedade de consumidores, como afirma Zygmunt Bauman (2022), para quem o descarte das mercadorias está atrelado ao modo como o consumidor encara a sua insatisfação, ou seja, como o nascer e o morrer do desejo, materializados no consumo e desperdício, mantêm vivo o fetichismo da subjetividade. “A sociedade de consumidores é impensável sem uma florescente indústria de remoção do lixo. Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm com a intenção de consumir” (Bauman,

2022, p. 31). O ato de consumir é, assim, dissociado da sua consequência primaz, que é gerar lixo. Ou seja, o consumidor não se vê enquanto sujeito produtor de lixo.

Nesse cenário, o debate em torno de políticas e ações para a promoção de práticas de coleta e reciclagem de materiais vêm ganhando força. Governos, indústrias e terceiro setor têm atuado, de modo irregular, com medidas de redução de danos a partir de ações dirigidas, por exemplo, ao reaproveitamento de materiais reciclados. Ocorre que isso não resolve a questão, pois não ataca a real causa dos problemas ambientais e sociais: o modelo vigente de produção e consumo no capitalismo pautado na exploração de recursos naturais para fabricação exacerbada de mercadorias. Além disso, para alguns autores, o discurso da reciclagem tem um efeito adverso:

Apesar de reconhecer a importância da reciclagem nesse momento histórico, questionamos se ela, em alguma medida, não estaria servindo para legitimar ainda mais a prática consumista da sociedade contemporânea, uma vez que não coloca diretamente em xeque os efeitos corrosivos do ato de consumir. (Nogueira; Mansano, 2021, p. 236).

Essa crítica pode ser aplicada também em torno do debate centrado na alteração de matrizes energéticas, importante, mas não suficiente para reverter a situação em que o planeta se encontra.

Apesar de não haver sinalizações de mudanças profundas no modelo do capitalismo vigente, vide a atual posição de atores importantes da geopolítica global, como os Estados Unidos, é importante pesquisar sobre os efeitos que a crise ambiental vem gerando nas diversas áreas da vida, dentre elas, a cultura. O levantamento de dados, a elaboração de diagnósticos, o planejamento de políticas culturais são importantes no enfrentamento e mitigação dos efeitos da crise climática, especialmente considerando os grupos sociais mais diretamente atingidos, os invisibilizados ou, como diz Krenak (2020), aqueles que ficaram pelas bordas do planeta.

Um patrimônio a ser cuidado, um direito a ser exercido

Previstos enquanto direitos fundamentais para o reconhecimento da dignidade humana, os direitos culturais acionam, ao menos, três dimensões da vida: tradição, pluralismo e inovação/transformação social (Haberle, 2000). Dentre o vasto rol de direitos culturais está o direito de participar da vida cultural. Como nos recorda Donders e Laaksonen (2011), o direito de participação da vida cultural reflete, por excelência, a relação entre os direitos humanos, a cultura e

o desenvolvimento, contemplando os modos de vida, seus valores, significados e manifestações. São direitos que acionam a capacidade dos cidadãos criarem senso de respeito e responsabilidade, de igualdade e justiça, de preservação da diversidade.

É a partir desse contexto que trazemos a discussão das mudanças climáticas, pauta que ocupa a centralidade como uma das mais urgentes e desafiadoras do nosso tempo. Pesquisas divulgadas por órgãos de renome como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, 2023) demonstram que eventos climáticos extremos já vêm resultando em impactos generalizados, o que gera perdas e danos para a natureza e as populações, sobretudo para as comunidades em situação de vulnerabilidade.

Povos do campo, das águas, das florestas, das periferias dos grandes centros urbanos já sentem há muito tempo os efeitos adversos do clima no seu cotidiano, seja nas suas formas de expressão tangíveis ou intangíveis. Secas prolongadas, chuvas em grande quantidade, tsunamis, terremotos são exemplos de ocorrências que afetam diretamente as culturas em todo o mundo. Tais fenômenos levam, em última instância, à perda de laços comunitários. Provocam êxodo, alteram condições de navegabilidade, atividades econômicas como a pesca artesanal e o extrativismo, modificam a cultura alimentar e a medicina tradicional, provocam o desaparecimento de línguas e dialetos, de práticas artesanais e outras tradições ancestrais. Ou seja, cria um cenário de risco à diversidade cultural do planeta, atingindo as expressões materiais e imateriais das culturas ligadas aos nossos povos e seus modos de viver, ser, criar, fazer, se expressar.

A própria região amazônica, cuja floresta tropical é uma das mais cobiçadas do mundo, e estará no centro dos debates da COP 30, enfrentou uma das piores secas já registradas da sua história, em 2023. A situação impactou diretamente ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores e agricultores, que tiveram não apenas seus sistemas de transporte interrompidos, mas o acesso às fontes de água potável e alimentos prejudicado e suas práticas cotidianas alteradas, já que os rios são indissociáveis do ecossistema socioeconômico e cultural da região. Além desses fatores, é impossível não refletir sobre o avanço do agronegócio, da mineração, do garimpo ilegal e da instalação de megaprojetos em territórios tradicionais, que levam à destruição das matas, à perda da biodiversidade e, por consequência, também dos conhecimentos dos povos que ali residiam.

É preciso destacar a relação orgânica entre a natureza e a cultura que há muito vem sendo expressa pelos povos tradicionais, muitas vezes como forma de alerta pela sobrevivência.

As perdas culturais, relacionadas ao patrimônio tangível e intangível, ameaçam a capacidade de adaptação e podem resultar em perdas irreversíveis de sentido de pertencimento, práticas culturais valorizadas, identidade e lar, particularmente para os Povos Indígenas e aqueles mais diretamente dependentes do meio ambiente para sua subsistência (IPCC, 2023, p. 69).

Diante dessa conjuntura, é preocupante que os debates sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a cultura e o patrimônio cultural, especialmente o imaterial, sejam ainda tão incipientes. Considera-se, à luz da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), que ele se manifesta como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de sua identidade cultural e que são transmitidos de geração em geração, reafirmando vínculos com o território, a história e a memória coletiva.

No caso do Brasil, após a eleição do presidente Lula, em 2023, o país voltou a assumir um papel de protagonismo no enfrentamento da crise climática em âmbito global. A proximidade da Conferência das Partes do Clima (COP 30) tem aberto uma grande possibilidade para uma maior integração da cultura às agendas ambientais.

O Ministério da Cultura, por sua vez, vem buscando obter um lugar de destaque na proposição desse debate ao liderar o Grupo de Amigos da Ação Climática baseada na Cultura, criado durante a COP 28, em Dubai, cujas ações já reverberaram durante a presidência brasileira no G20, em 2024. Recentemente, o tema Bem viver e justiça climática também ganhou relevância ao ser definido como um dos oito eixos do novo Plano Nacional de Cultura.

A inclusão dessa nova diretriz como guia das políticas de promoção da cultura acontece num momento fundamental, especialmente porque o Brasil é reconhecido não apenas pela sua sociobiodiversidade em torno dos seus biomas, mas pelo papel fundamental que já desempenhou em outras ocasiões decisórias. Em 1992, o Rio de Janeiro foi sede da segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da qual saíram acordos internacionais importantes como a Agenda 21, a Carta da Terra, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Esse histórico reforça a oportunidade de construção de um novo pacto global para a área e posiciona o país como vitrine global.

No que se refere ao patrimônio cultural - cuja garantia de acesso é também expressa em documentos internacionais como um direito cultural -, vale destacar e ficar atento aos desdobramentos do Mecanismo de Perdas e Danos da ONU. Aprovado em 2022, na COP 27, o instrumento estabelece suporte financeiro para a construção de respostas aos efeitos econômicos e não econômicos das mudanças climáticas.

A UNFCC admite que perdas e danos são usados como sinônimo, pois não há clareza na literatura sobre a distinção entre um e outro. Sobre essa definição, alguns pesquisadores consideram como impactos resultantes do que não foi possível resolver com adaptação e mitigação (Roberts *et al.*, 2018).

O termo *perdas e danos* (loss and damage) foi formalmente incorporado ao vocabulário das negociações climáticas a partir da COP 13, realizada em 2007, em Bali, quando foi incluído em uma decisão sobre estratégias de redução de riscos de desastres e meios para abordar perdas e danos em países em desenvolvimento. No entanto, a discussão sobre a necessidade de um mecanismo internacional para lidar com os impactos das mudanças climáticas remonta a 1991, antes mesmo da adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Nesta ocasião, a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) propôs a criação de um fundo de seguros para compensar os danos causados pela elevação do nível do mar, considerando os efeitos irreversíveis das mudanças climáticas (Roberts *et al.*, 2018)

As perdas e danos são divididos entre aqueles considerados econômicos e não econômicos. De acordo com o documento técnico da UNFCCC (2013), as distinções entre eles são bem sutis, sendo esses últimos mais difíceis de identificar, pois eles não são negociados no mercado, mas têm valor de outra ordem, o que reforça a necessidade de abordagens sensíveis e contextualizadas. Considerando o destaque do nosso estudo para o campo cultural, nos interessa, trazer de forma mais substantiva esse segundo aspecto, e geralmente mais negligenciado nos debates sobre políticas culturais. Segundo a UNFCCC, há três grandes categorias de perdas não econômicas e oito tipos principais: perdas para indivíduos (como perda de vidas, impactos na saúde, mobilidade humana); perdas para a sociedade (como perda de território, patrimônio cultural, conhecimentos indígenas); e perdas ambientais (como perda da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos).

Abordar essas perdas, consideradas “não econômicas”, mas saber que elas têm uma valoração a depender de onde estão inseridas, é também respeitar os processos coletivos. Um exemplo é o conhecimento indígena “desenvolvido com estreita referência ao meio ambiente. Esse conhecimento é valioso, pois muitas vezes é espiritual, cultural e prático, e contribui para a coesão social e identidade” (UNFCCC, 2013, p. 30). Na mesma perspectiva, podemos ressaltar algumas tradições das comunidades rurais, como a prática do manejo coletivo da terra, do plantio e da colheita, modos de trabalho que foram se perdendo ao passo que as mudanças climáticas alteraram a produção de alimentos. Se tratam de expressões comunitárias que possibilitam o momento do canto, da dança, da partilha, que embora não tenham um valor monetário, oportunizam àquela comunidade elementos para o fortalecimento de vínculos afetivos e construção de valores.

É primordialmente nesse sentido que queremos ressaltar a que a luta pela justiça climática, como eixo fundamental da proteção dos territórios e do bem viver, não pode estar apartada da luta pela garantia dos direitos culturais e do patrimônio cultural imaterial. Esse patrimônio cultural imaterial ameaçado inclui “desde formas e expressões distintas de identidade, conhecimento cultural e ambiental acumulado, habilidades relacionadas a recursos locais e meios de subsistência” (UNFCCC, 2024, p. 7). Mas também impacta na perda da capacidade das comunidades de construir seus modos de resiliência e preservar seus próprios sistemas de governança.

As dimensões culturais integraram, recentemente, a Política de Ação Climática para o Patrimônio Mundial, de 2023 da UNESCO; o Pacto para o Futuro da ONU, em 2024, e constaram na publicação “Perdas não-econômicas” (UNFCCC, 2024), da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esses documentos revelam que a pauta tende a ganhar mais força num tempo próximo.

Algumas considerações

Apesar da urgência e importância do tema, os trabalhos dedicados a essa reflexão no campo do patrimônio cultural imaterial, especialmente quanto às perdas e danos climáticos, são incipientes. Em nível internacional, a UNESCO tem mobilizado diversas iniciativas de produção de dados na perspectiva de analisar o impacto das mudanças do clima no patrimônio cultural e avançar numa agenda de compromisso entre os países. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

(IPHAN), desde 2023, têm realizado escutas públicas a partir dos biomas com a proposta de construir um Plano de Ação integrado para ações adaptativas e de resiliência.

A partir desses apontamentos, reafirmamos que os direitos culturais são pilares fundamentais para o enfrentamento da crise climática - uma vez que seus principais fatores estão diretamente ligados ao modelo de desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, é fundamental que os nossos sistemas de governança sejam democráticos e inclusivos, oportunizando a cooperação multisetorial, em especial a representatividade dos diversos segmentos da sociedade, em todos os níveis decisórios.

Não há como promover o bem viver sem garantir o princípio de autodeterminação dos povos, o direito ao território e à natureza. A promoção e a proteção da cultura são estratégias-chaves no cuidado com o planeta, assim como também a cultura pode ser uma ferramenta de mobilização para a justiça climática.

As políticas culturais, como caminhos concretos para a efetivação dos direitos culturais, portanto, são determinantes para fortalecer a resiliência das populações e suas múltiplas expressões e saberes.

Referências

ACOSTA, A. *O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

DONDERS, Y.; LAAKSONEN, A. Encontrando maneiras de medir a dimensão cultural nos direitos humanos e no desenvolvimento. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 11, 2011.

HABERLE, P. *Teoría de la Constitución como ciencia de la cultura*. Madrid: Tecnos, 2000.

IPCC. *Relatório do IPCC 2023: Análise das Secas no Brasil: Diagnóstico e Projeções Futuras* Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: mai 2025.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

NOGUEIRA, E. F.; MANSANO, S. R. V. Do consumo à produção de lixo. *Revista Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 21, n. 59, p. 220-239, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/15108>. Acesso em: jul. 2025.

ROBERTS, E.; ZAKIELDEEN, S. A. (eds.) *Pocket guide to loss and damage under the UNFCCC*. 2018. Disponível em: <https://www.iied.org/g04319> Acesso em: jul. 2025.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

UNFCCC. United Nations Framework Convention on Climate Change. *Non-economic losses in the context of the work programme on loss and damage: technical paper*. Bonn: United Nations Framework Convention on Climate Change, 2013. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/7954> . Acesso em: jul. 2025.

UNFCCC. United Nations Framework Convention on Climate Change. *Non-Economic Losses: Featuring Loss of Territory and Habitability, Ecosystem Services and Biodiversity, and Cultural Heritage*. 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/644445> . Acesso em: maio 2025.



**As periferias e o
desenvolvimento
sustentável**

**João Guerreiro
Ravelly Machado**

João Guerreiro

Ravelly Machado

A crise climática é uma realidade que impacta diferentemente os grupos sociais. Nesse texto, buscamos pensar com as populações que estão vulnerabilizadas e com as injustiças ambientais que vivenciam. Essa situação forçada, sofrida por grupos específicos da população, nos provoca a refletir sobre os efeitos do racismo ambiental, termo cunhado na década de 1980 pelo afro-americano, ativista e líder religioso Benjamin Franklin Chavis Jr.

Franklin lutava por direitos civis de um grupo de moradores do Condado de Warren que protestava contra depósitos de resíduos tóxicos na localidade em que moravam, na Carolina do Norte, Estados Unidos e onde a maioria da população era negra (Acsehrad, 2019).

Segundo Pâmella Souza, o racismo ambiental não é exclusivo das comunidades pretas, estando, em sua maioria, dentro da população não branca e de baixa renda (Souza, 2021). Pessoas negras, latinas, indígenas, asiáticas e as brancas pobres estão mais expostas a doenças e mortes decorrentes das condições ambientais as quais estão submetidas (Ferdinand, 2023).

A violência racista e a violência ao meio ambiente estão diretamente entrelaçadas e relacionadas, já que a destruição ambiental é resultado do colonialismo e de suas práticas, como a escravidão. O racismo cria, então, as condições para que o meio ambiente e todas as condições de vida que nele estão, sejam afetados (Ferdinand, 2023).

O racismo ambiental trata da discriminação racial que provoca e sustenta políticas públicas de injustiça ambiental, como a (falta de) planejamentos urbanos que geram riscos ambientais para grupos étnico-raciais não-brancos, moradores de regiões que possuem baixa infraestrutura, baixo custo de manutenção, e de moradia. Assim, forma grupos excluídos que não são entendidos como sujeitos de direitos, o que os torna expostos e vulneráveis ambientalmente.

O modelo de desenvolvimento capitalista e as políticas neoliberais fazem com que a natureza seja entendida como mercadoria, recurso natural a ser explorado economicamente. O líder e intelectual indígena Ailton Krenak (2019), nos chama a atenção para a separação entre humanidades e natureza como forma de apropriação e de mercantilização pelo capitalismo, onde o ambiente é usado para atender ao mercado que explora e violenta as vidas não humanas e determinadas humanidades que ocupam, inclusive, os ambientes de periferia. Este modelo econômico, rompe com a coletividade que humanidades e meio ambiente formam (Souza, 2021).

Krenak é um dos principais questionadores de uma suposta sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável que é apresentada como uma preocupação com os ambientes. O termo “desenvolvimento sustentável” surge entre as décadas de 1960 e 1970 e se refere a forma de dominação, exploração e de consumo da natureza que impede a sobrevivência da fauna e da flora. Tal termo foi apropriado pelas políticas capitalistas e neoliberais, se tornando mais um produto de lucro para o empresariado.

Povos quilombolas e indígenas, estão há tempos denunciando o impacto negativo de um suposto desenvolvimento que trabalha pela exploração e depredação dos espaços em que vivem, pela não sobrevivência de tais povos e pela desqualificação de suas práticas culturais, o que inclui as suas relações com a terra. Assim, como nos provoca Krenak (2019), podemos perguntar: “recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?” (Krenak, 2019, p. 22).

A relação capitalista com o ambiente que leva ao colapso da sobrevivência humana e não humana, tem como um dos seus efeitos a manutenção das desigualdades ambientais que vem acontecendo ao longo do tempo, inclusive na atualidade. A naturalização das desigualdades entre povos e sociedades, as injustiças ambientais resultantes do processo de mercantilização da “natureza”, afetam e ameaçam as vidas nas periferias, pois, como dito anteriormente, ao mesmo tempo em que não são todos os povos que provocam a crise climática, esta também não é vivenciada da mesma forma por todas as pessoas.

O desenvolvimento insustentável provocado pelo capitalismo na busca pelo lucro, quer supostas soluções para que somente uma forma de vida possa existir sendo legitimada como universal, o que não inclui os povos indígenas, quilombolas, negras, não-brancas e moradoras das

periferias do Brasil. A estes grupos busca-se que sigam sendo explorados para que haja a manutenção da desigualdade ambiental da qual estão sujeitos. A respeito da desigualdade ambiental, entende-se aqui que este termo trata da manifestação da desigualdade tanto da proteção ambiental, quanto no acesso a produção e ao consumo dos recursos naturais “já transformados em bens manufaturados” (Ascelard; Mello; Bezerra, 2008, p. 74).

Mas, não é só. Em estudo publicado em 2024, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) apresentou que cerca de 242 milhões de estudantes em 85 países tiveram interrupções das atividades escolares no ano de 2024 em decorrência de eventos climáticos extremos. Extraído os dados do relatório “[*Learning Interrupted: Global Snapshot of Climate-Related School Disruptions in 2024*](#)” (UNICEF, 2024) para o Brasil, podemos observar que 1,17 milhões dos nossos estudantes tiveram interrupção de aulas, seja por consequência de enchentes, seja por consequência de secas extremas (p. 10). Destes 242 milhões impactados pelos eventos climáticos extremos, 178 milhões de estudantes eram moradores do continente asiático. Somados os 20 milhões de estudantes impactados no continente africano, temos cerca de 200 milhões de estudantes impactados pela crise climática.

Ao aprofundarmos a análise do relatório podemos notar que a desigualdade ambiental citada anteriormente é corroborada quando observamos, no relatório, que 74% dos 242 milhões de estudantes afetados eram moradores de países de baixa e média-baixa renda. Já em uma publicação lançada anteriormente (2022), a mesma UNICEF, ao analisar a situação das crianças e adolescentes frente à crise climática, produziu um Índice de Risco Climático Infantil (CCRI) com indicadores para o Brasil.

O Índice de Risco Climático das Crianças (CCRI – Children’s Climate Risk Index) passa a classificar os países de acordo com a exposição de crianças aos choques ambientais. De acordo com essa metodologia adotada, “o Brasil é considerado um país de risco alto – na América Latina e Caribe, apenas o México apresenta índice mais alto nesse pilar do estudo” (p. 9).

Cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão expostos a mais de um risco climático. De acordo com a figura 1, somando os indicadores de exposição ao risco de enchentes de águas fluviais, enchentes costeiras e ondas de calor, tínhamos em 2022, cerca de 23 milhões de crianças vivendo nessa condição.

Infelizmente, os extremos climáticos ocorridos em 2024 não apontam para melhoras significativas no país.

Quadro 1 - Índice de Risco Climático das Crianças no Brasil

INDICADOR	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM MILHÕES
Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de falta de água	8,6
Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de enchentes fluviais	7,3
Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de enchentes costeiras	1,8
Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de ondas de calor	13,6
Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de poluição do ar ambiente	24,8
Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade vivendo em áreas com alto risco de exposição a poluição por pesticida	27,8

Fonte: UNICEF, 2022, p. 9.

Dentre os últimos extremos climáticos que exemplificam os dados apresentados, temos as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul, em 2024, estado mais ao sul do país. Informações levantadas e divulgadas pela UNICEF (2024), revelaram o impacto do encontro de uma atividade climática extrema – intensidade das chuvas e o fenômeno El Niño – com as fragilidades gerados pela ocupação humana – crescimento urbano desordenado, redução de áreas naturais, modificação de legislação de proteção de matas ciliares, entre outros. Segundo o relatório, cerca de 741mil estudantes não tiveram acesso à sala de aula, já que mais de 2.000 escolas ficaram alagadas ou sem condições de acesso no estado. É preciso enfatizar que, se as enchentes afetam as vidas mesmo das famílias que não moram em locais de vulnerabilidade socioambiental, são esses últimos que têm menos recursos para reconstruir suas vidas, principalmente se são realocados para outros territórios destruindo suas redes afetivas, de apoio e pertencimento.

Tendo ainda a enchente no Rio Grande do Sul como análise, Montovani *et al.* (2025) salientaram que, apesar do extremo climático na região sul ter sido o mais grave desde 1941, não há previsibilidade de que não se repita. E, para mitigar seus possíveis efeitos são necessárias ações de planejamento urbano, reversão da “flexibilização” da legislação ambiental estadual e fortalecimento

da infraestrutura de drenagem. Ações humanas que vão de encontro ao discurso neoliberal relacionado ao meio ambiente.

Cabe ressaltar, entretanto que, segundo o Relatório da UNICEF (2024) o principal fator global para a interrupção da aprendizagem em 2024 foram eventos climáticos relacionados às ondas de calor ou seca. As ondas de calor levaram cerca de 171 milhões de estudantes a ficarem sem aulas. E no Brasil, não foi diferente. Mas, foi surpreendente para grande parcela da população onde se deu a interrupção de aulas por causa da seca: na região amazônica, área ao norte do país, conhecida pela sua exuberância vegetal e pelo rio Amazonas.

Rio mais extenso do mundo, nasce nas Cordilheiras dos Andes, no Peru e deságua, 7 mil quilômetros depois no estado do Pará, litoral norte do Brasil, no Oceano Atlântico.

A floresta amazônica é a maior floresta tropical do mundo: cobre mais de cinco milhões de quilômetros quadrados no Brasil e em países vizinhos, e tem um papel fundamental no clima. Quase todos os anos, absorve mais dióxido de carbono do que emite, e sua biodiversidade é tão ou mais rica que a de qualquer outra parte do planeta. Devido à umidade que lança na atmosfera, a floresta amazônica é responsável pela criação de “rios voadores” – concentrações de vapor d’água que, transportadas por correntes atmosféricas, definem o padrão de chuvas na América do Sul e afetam as condições meteorológicas do restante do planeta (UNICEF, 2022).

Apesar desses números e cenário eloquentes, na região amazônica, em 2024, cerca de 435 mil estudantes tiveram suas atividades escolares interrompidas devido à seca! Sim, queimadas e seca foram a marca da região amazônica em 2024. Como consequência, quase o mesmo número de escolas do Rio Grande do Sul tiveram suas atividades suspensas: 1.700. Devemos reforçar que é nessa região que habitam e estudam as crianças e jovens das diversas nações indígenas que (sobre)vivem no país. Levando em consideração a importância dos povos indígenas e seus territórios e que são essenciais também para a garantia da biodiversidade, a seca na região amazônica nos faz questionar se já não passamos do ponto de não retorno⁴², antes previsto para 2050 (Flores *et al.*, 2024).

E, neste ponto, ao falarmos das crianças e jovens indígenas, cabe lembrar outro relatório publicado pela UNICEF durante a 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), no Egito, cujo objetivo era alertar sobre os mais impactados pela crise climática: crianças e

⁴² Ponto não retorno é, em síntese, um conceito que diz que a partir de chegarmos a essas determinadas condições ambientais, a humanidade, mesmo que assim passasse a desejar, não conseguiria voltar à condição anterior. Qualquer ação não produziria regeneração e retorno da biodiversidade.

adolescentes. Nessa publicação a UNICEF (2022) nos lembra o que o principal movimento social do país, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) verbaliza há mais de 40 anos: a principal produção agrícola no país é oriunda da agricultura familiar:

É importante ressaltar que mais de dois terços dos alimentos consumidos pelos brasileiros, e 80% dos que são consumidos pelas pessoas que vivem na pobreza são produzidos pela agricultura familiar, em pequenas propriedades rurais. É esse justamente o modo de produção mais ameaçado pela crise climática, com menos recursos financeiros e técnicos para adaptar-se a mudanças no padrão de chuvas e nas temperaturas médias. Das propriedades rurais de agricultura familiar, 50% ficam no Nordeste, onde não só longos períodos de seca vêm-se agravando nas últimas décadas, mas também onde partes do território correm risco de desertificação até 2050 (UNICEF, 2022, p. 68).

De acordo com o estudo, são as famílias pobres das zonas rurais que são mais afetadas quando as enchentes ou mesmo a seca impacta a produção agrícola familiar. E são as crianças e adolescentes dessas famílias que mais sofrem com a insegurança alimentar.

Portanto, por tudo que já foi apresentado até o momento, podemos perceber que em um país com um grau de desigualdade socioeconômica e cultural extrema, a crise climática tem forte componente de classe, raça, gênero e etário.

Mas, uma das dimensões menos visíveis, porém que vem chamando atenção de quem vive ou caminha pelas periferias e zonas rurais vulnerabilizadas do país é o impacto das modificações climáticas na saúde mental da população.

Crise climática e saúde mental

Aqui de onde venho
é normal sentir ansiedade
sei que não é nenhum privilégio da minha região
talvez esteja um pouco mais relacionado a nossa realidade
as mudanças climáticas e falta de controle da emoção
Já perdeu o controle por ouvir barulho de chuva?
Já ficou com medo se sentir o vento do nado?
Já sentiu o desespero de sentir a água subindo?
Ou de acordar no colchão boiando no meio da madrugada?
Já desistiu da vida ao ver o tempo fechando?
Já ficou agoniado com a previsão do tempo?
Já teve medo de pegar o celular e ver alguém te pedindo ajuda e saber que não dá pra fazer nada
naquele momento?
Entrar na rede social e ver que sua galera
está na mesma situação?
Ligar para a sua mãe com um grande aperto no coração?

Perceber que o mesmo medo te acompanha ano a ano
independente de onde esteja e do que estiver passando?
Isso se chama ecoansiedade ou então ansiedade climática
Eu poderia tentar explicar para quem não se identifica
Mas nenhuma teoria se compara com a prática.
(Dorgo, 2025)

Quando pensamos nos efeitos do racismo ambiental nas periferias do Brasil, nos deparamos com a ansiedade climática ou ecoansiedade, termo que vem sendo utilizado nos últimos anos e que busca apresentar o momento vivido por diversas pessoas ao redor do mundo. Pesquisadores da Universidade de Bath, EUA, realizaram, em 2021, uma pesquisa com 10 mil crianças e jovens (16 a 25 anos) de 10 países⁴³. De acordo com Hickman et al (2022), a maioria dos entrevistados em todos os países se mostraram muito ou extremamente preocupados com a mudança climática. O resultado da pesquisa demonstrou, ainda, o que eles denominaram de ecoansiedade: medos, angústias e inseguranças gerados pelo impacto das mudanças climáticas na saúde mental dos entrevistados.

Morador de Morro Agudo, bairro localizado na cidade de Nova Iguaçu, baixada fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o jovem Dorgo, DJ, rapper, multiartista, escritor e produtor cultural, é o autor do texto citado acima e publicado em suas redes sociais no mês de janeiro de 2025. Através de um vídeo, transformou em palavras e imagens o que nomeia como ansiedade climática ou ecoansiedade, o que sente quando a chuva começa a cair em seu bairro. Sua experiência está relacionada às enchentes durante as fortes chuvas de verão que caem em um território que sofre com a ausência de saneamento básico e a falta de planejamento urbano.

O rapper narra a experiência que compartilha com outros moradores de Morro Agudo e de outras regiões de periferia do Brasil. São populações que estão vulnerabilizadas em decorrência do racismo ambiental. A vivência de Dorgo e das populações das periferias evidenciam o quanto a injustiça ambiental afeta negativamente a saúde física e mental de moradores dessas localidades, que acabam vivendo expostos aos riscos. Também, são afetados negativamente, animais, plantas e todos os seres que vivam nesses ambientes.

Cabe ressaltar, porém, que a ecoansiedade se apresenta de forma diferente, seja em relação aos países e mesmo no interior deles. Acrescente-se, ainda, as diferenças em relação ao gênero, classe ou mesmo etnia já que há uma interseccionalidade de impactos dependendo onde a pessoa

⁴³ Austrália, Brasil, Finlândia, França, Índia, Nigéria, Filipinas, Portugal, Reino Unido e EUA.

esteja habitando. São as mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro e periféricas, as chefes de família, são as mais impactadas pela degradação ambiental.

Fruto das desigualdades existentes e aprofundadas pelo modo de desenvolvimento capitalista, principalmente, no século XX, são nas periferias urbanas que a crise ambiental se agudiza e a ansiedade climática se soma à falta de infraestrutura.

Desta forma, não podemos individualizar uma condição de saúde mental causada por grupos hegemônicos que desencadeia efeitos emocionais em uma coletividade.

É importante lembrar, assim como nos aponta Angela Davis no prefácio do livro “Uma ecologia decolonial” (Ferdinand, 2023), que as pessoas mais afetadas pela crise climática são também aquelas que possuem suas culturas marginalizadas pelo poder hegemônico. Assim, podemos compreender que as questões ambientais não estão dissociadas das questões sociais, políticas e culturais que promovem a hierarquização dos grupos sociais, tendo o racismo ambiental como um dos seus resultados.

E ao falarmos de periferia urbana, devemos reconhecer que esse termo vem se transformando nas últimas décadas (Vindigni *et al.*, 2021). A sua formulação surgiu relacionada inicialmente às relações entre os países ditos desenvolvidos e os ditos subdesenvolvidos economicamente gerando uma discussão entre as relações de trocas desiguais entre países centrais e periféricos. Em um trabalho seminal na América Latina, Presbich (2011) apresentou a tese de que haveria uma divisão internacional do trabalho entre países centrais e países periféricos.

No contexto urbano, Kovarick (1993), Maricato (1982) dentre outra(o)s autora(e)s, vão debater a forma de produção e reprodução das periferias. Trazendo para o contexto paulista, Paul Singer (1979), iria, então, conceituar periferia como:

uma área onde ainda não chegaram os serviços urbanos, por isso tem estrutura urbana precária e nela se instala a população que não pode pagar para ter acesso à uma propriedade em melhores localizações (Singer, 1979, p. 33).

A discussão se aprofundou e se complexificou ainda mais a partir de análises das dimensões sociais, culturais, econômicas e territoriais das periferias urbanas e sua heterogeneidade (Tanaka, 2016). No Brasil, com a redemocratização ocorrida em 1985, há o surgimento de novos atores sociais no debate. Transbordando para fora da academia que até então empregava o termo de forma

negativa – ausência, falta de infraestrutura, longe do centro etc. -, os movimentos socioculturais das chamadas periferias passam a se reconhecer enquanto tal.

Dudu de Morro Agudo, rapper e coordenador do Instituto Enraizados, em sua dissertação de mestrado vai dizer que: (periferia é uma) “palavra que habita a fala do rap, é bem entendida por quem é habitado por ela, mas que talvez possa gerar dúvidas no meio acadêmico” (Dudu de Morro Agudo, 2020, p. 29). Antes dele e a partir do final da década de 1980, o grupo de Rap paulistano Racionais MC's (2018), já apontava, nas letras de suas músicas, uma polifonia de vozes da periferia que passaram a complexificar e demonstrar a heterogeneidade de vivências, cotidianos e impactos que os territórios recebem e, ao mesmo tempo, provocam.

Nesta mesma direção, D'Andrea (2013), aponta que periferia é um termo “escorregadio em sua definição” (p. 35). Ao mesmo tempo que a periferia representa o lugar destinados aos pobres na metrópole, ela é, também, o território onde os grupos culturais que estão fora da lógica da indústria do entretenimento, vem produzindo artes das mais diversas linguagens. Na música, vimos crescer a produção do Rap e do Funk; no teatro, grupos se apresentando em áreas públicas e se organizando em redes, assim como saraus e a produção audiovisual independente sendo apresentada nos diversos cineclubes existentes nas periferias brasileiras. Suas narrativas são de grande importância, uma vez que contrapõe as narrativas da branquitude hegemônica sobre os problemas ambientais vividos nas periferias.

E além: experiências coletivas de olhar o meio ambiente a partir dos seus territórios vem buscando propor soluções para os impactos da crise climática nas suas vidas.

Diversas metodologias de mapeamentos participativos de levantamento de demandas e cartografias sociais vêm sendo utilizadas na América Latina (Acseirad; Nuñez Viégas, 2022) como uma resposta contra-hegemônica ao modelo vigente de governança ambiental e desenvolvimento. Nos territórios periféricos temos tido diversas experiências, em diversos contextos.

Grupos socioculturais como o Instituto Enraizados (Nova Iguaçu/RJ), Donana (Belford Roxo/RJ), entre outras instituições, se organizaram para atuar nos territórios para ajudar a população afetada pela Covid-19 (2020) e distribuir alimentos para as famílias. Ao mesmo tempo, geraram materiais informativos visando debater as possíveis origens da degradação ambiental no surgimento

da pandemia. A base do debate foi a reivindicação por justiça socioambiental e climática em territórios periféricos.

A busca de saídas coletivas para cuidar dos impactos que a degradação do meio ambiente vem provocando na saúde de moradores das periferias urbanas, estão ampliando as agendas dos coletivos socioculturais.

Dudu de Morro Agudo (Soares; Dudu de Morro Agudo; Andrade, 2023), narrou sua experiência com o projeto “Meu bairro, meu ambiente” onde um grupo de jovens moradores do bairro Morro Agudo localizado em Nova Iguaçu foi convidado a refletir sobre os problemas presentes no bairro em que moram e sobre as narrativas das mídias que insistem em apresentarem somente como um lugar violento. ao refletirem coletivamente sobre essa narrativa, diferentes situações foram narradas, inclusive as injustiças ambientais que vivenciam.

Assim, a partir de diferentes práticas, tal grupo de jovens foi provocado a se redirecionar para o espaço em que vivem para que “cada um deles enxergasse coisas que sempre estiveram ali, mas que eles nunca perceberam” (Soares; Dudu de Morro Agudo; Andrade, 2023, p. 31).

Foi a partir dessa atividade que o grupo passou a conhecer a Serra do Vulcão localizada em Nova Iguaçu, um vulcão em extinção, “uma área que conta com lagos, trilhas, cachoeiras e uma rampa para saltos de asa-delta e outros esportes radicais, que fica no maciço do Gericinó, antes chamado de Serra de Madureira” (Soares; Dudu de Morro Agudo; Andrade, 2023, p. 31).

O exemplo acima nos provoca a pensar com as pessoas que sofrem diretamente com os impactos ambientais e a importância do movimento de se direcionar criticamente aos espaços em que se vive, questionando como as desigualdades ambientais são produzidas e mantidas. Tal ação é parte de uma educação ambiental que também é provocada pelos movimentos sociais.

Redefinir o que é meio ambiente, valorizar os espaços afetivos do seu entorno e da sua vida cotidiana, organizar ações coletivas para ao mesmo tempo pressionar os poderes públicos e propor ações concretas de mitigação dos impactos sociais articulando atores do território, já vem sendo realizado em diversos locais. São importantes ações que tem o potencial de (re)ativar redes de pertencimentos e afetos que estiveram/estão adormecidas em diversos territórios. Práticas como as narradas anteriormente provocam o fortalecimento comunitário bem como a formação política dos moradores locais.

Em outra frente, mas também representando comunidades indígenas impactadas por eventos climáticos extremos, Krenak (2019), vem nos provocar a utilizarmos paraquedas coloridos na hora de cairmos no abismo que o atual modelo de desenvolvimento vem provocando ao exaurir o planeta Terra. Nos alerta, a partir da cosmovisão indígena, ao afirmar que desenvolvimento e sustentabilidade dentro do atual modelo eurocentrado é um paradoxo, pois enxerga a natureza como recurso. Segundo Krenak, só pode haver sustentabilidade da Terra enquanto organismo vivo, se o modelo de desenvolvimento deixar de ser predatório e extrativista. Tem que haver mudança no sistema econômico e político, ou seja, mudança cultural.

Olharmos para as ações de formação política a partir dos cotidianos das periferias pode nos ajudar a construir novas utopias. Afinal de contas, o mundo ainda não acabou, mas a paralisia ou postergação das mudanças necessárias no atual modelo de desenvolvimento pode nos deixar sem paraquedas.

Referências

ACSELRAD, Henri. *Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva*. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografía social en Brasil y en la América Latina: desafíos epistemológicos y metodológicos de mapeos contra-hegemónicos de los espacios y territorios. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 196–210, 2022. DOI: 10.15446/rcdg.v31n1.85221. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/85221>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neve. *O que é Justiça Ambiental?* Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

D’ANDREA, Tiaraju. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DORGO [dorgodj]. Texto que nasceu durante mais um dia de fortes chuvas na BXD. Instagram, 30 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFc8s4GxClz/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

DUDU DE MORRO AGUDO. *Rap na Baixada, rap no mundo: O RapLab tecendo redes educativas* / (Flávio Eduardo da Silva Assis). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2023.

- FLORES, Bernardo M. *et al.* Transições críticas no sistema florestal amazônico. *Nature*, n. 626, p. 555–564, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- HICKMAN, Caroline *et al.* Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey. *The Lancet Planetary Health*, v. 5, n. 12, p. 863 – 873, 2021.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MANTOVANI, E. *et al.* Unprecedented flooding in Porto Alegre Metropolitan Region (Southern Brazil) in May 2024: causes, risks, and impacts. *Journal of South American Earth Sciences*, v. 160, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsames.2025.105533>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- PREBISH, Raul. *Manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- RACIONAIS MC'S. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOARES, Ravelly Machado; [FLÁVIO EDUARDO DA SILVA ASSIS], Dudu de Morro Agudo; ANDRADE, Nivea Maria da Silva. Em Jardim Primavera tem flores? Em Nova Iguaçu tem vulcão? provocando narrativas outras sobre ambiente e Baixada Fluminense. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 19–36, 2023. DOI: 10.46667/renbio.v16i1.1069. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/1069>. Acesso em: 05 jul. 2025
- SOUZA, Pammella Casimiro de. *Escre(vi)vendo a Baixada: (des)estruturação do racismo ambiental no bairro de campos elíseos*. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- TANAKA, Giselle M. M. *Periferia: conceito, práticas e discursos* - práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- UNICEF. *Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil*. 2022, 112p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- UNICEF. *Learning Interrupted: Global snapshot of climate-related school disruptions in 2024*. [Report]. UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/170626/file/Global-snapshot-climate-related-school-disruptions-2024.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- VINDIGNI, G.; GRAZIANO, T.; MARTELLIANO, V.; MESSINA, B. Peripheral Urban Areas: Perspectives on Sustainable Regeneration. In: SUZUKI, S.; PATUELLI, R. (ed.). *A Broad View of Regional Science*. [New Frontiers in Regional Science: Asian Perspectives, v. 47] Singapore: Springer. 2021. p. 67-89. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-33-4098-5_5. Acesso em: 11 mar. 2025.

**Educação ambiental,
mudanças climáticas e o
campo da formação em
organização da cultura:
experiências e desafios**

**Leonardo Costa
Gleise Oliveira**

Educação ambiental, mudanças climáticas e o campo da formação em organização da cultura: experiências e desafios

Leonardo Costa

Gleise Oliveira

As discussões sobre as mudanças climáticas estão cotidianamente postas, seja pela mudança da sensação térmica observada pelo senso comum em comparação a um passado recente, seja pelas calamidades que se avolumam como chuvas intensas, aumento dos níveis do oceano, inundações ou, contrariamente, longos períodos de seca, calor extremo e desertificação.

As mudanças climáticas, entendidas como transformações no padrão de temperatura e clima, apesar de seus aspectos naturais que refletem as estações do ano, por exemplo, são alvo de debate a partir da ação humana predatória. “O colapso do clima não é do clima, é do modelo de civilização” (Turino, 2025, p. 198). Assim, o modelo de exploração dos recursos naturais - esgotáveis - estão entre os grandes vilões quando tratamos das transformações climáticas que têm sido percebidas e registradas por estudiosos. O consumo de combustíveis fósseis, a emissão de gases do efeito estufa, notadamente gás carbônico e metano, os desmatamentos, as queimadas contribuem para o agravamento dessa situação. Essas consequências da ação humana estão em debate em fóruns especializados, mas, continuamente, esbarram nas resistências políticas e econômicas. “Estamos a tal ponto dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconectamos do organismo vivo da Terra” (Krenak, 2020, p. 18).

Krenak problematiza a perspectiva política e econômica às quais estamos submetidos, segundo aborda no livro editado e publicado em meio à pandemia:

Isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável. Se quisermos, após essa pandemia, reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, é claro que o que estamos vivendo é uma crise, no sentido de erro. Mas, se enxergarmos que estamos passando por uma transformação, precisaremos admitir que nosso sonho coletivo de mundo e a inserção da humanidade na biosfera terão que se dar de outra maneira. [...] Senão, seria como se alguém quisesse ir ao pico do Himalaia, mas pretendesse levar junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta. Com uma bagagem dessas ele nunca vai chegar. Vamos ter que nos reconfigurar radicalmente para estarmos aqui. E nós ansiamos por essa novidade, ela é capaz de nos surpreender. Terá o sentido da poesia de Caetano Veloso na música “Um índio”: nos

surpreenderá pelo óbvio. De repente, vai ficar claro que precisamos trocar de equipamentos. E — surpresa! — o equipamento que precisamos para estar na biosfera é exatamente o nosso corpo (Krenak, 2020, p. 44-45).

Ainda que exista um debate global sobre os impactos da ação humana na natureza e na sobrevivência planetária, coexistem interesses políticos e econômicos que insistem em negar os impactos com narrativas que contrariam o saber científico sobre os danos ao meio ambiente causados pelos índices de poluição, desmatamentos etc. e seus reflexos na conjuntura global. Mesmo diante desses desafios, é necessário anotar avanços em nível global como o “Acordo de Paris”, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas (COP21) que sistematiza compromissos das nações signatárias e firma uma série de metas que incluem a redução da emissão de gases do efeito estufa e o compromisso dos países desenvolvidos em colaborar financeiramente com países em desenvolvimento para que possam implementar tecnologias que colaborem para reduzir as mudanças climáticas, dentre elas a adoção de uso de energias renováveis (ONU, 2025).

Nesse sentido, considerando que a pauta das mudanças climáticas tem se colocado como urgente, o campo da cultura não pode se ausentar. Neste aspecto, é importante lançar um olhar ampliado para a formação transversal dos futuros profissionais da organização da cultura e informar sobre boas práticas, tanto aquelas que já estão em curso, como aquelas que necessitam ser implementadas.

Este capítulo se debruça sobre documentos institucionais de cursos da área da Produção Cultural para verificar se e como as instituições públicas de ensino superior estão adotando medidas que convirjam para formação de profissionais que atentem para a relevância da construção de ações culturais alinhadas com a urgência das discussões suscitadas pelos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)⁴⁴ que incluem preocupações latentes com o clima, mas que extrapolam fronteiras ao discutir aspectos ainda mais amplos para a qualidade de vida no planeta. No campo da formação em organização da cultura esse elemento curricular é estratégico, estes são os profissionais que vão atuar na produção dos eventos, na elaboração dos produtos, nesse sentido, é necessário formar profissionais para uma atuação responsável quanto ao impacto causado pelos eventos e atividades culturais.

⁴⁴ <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

Resoluções e políticas públicas no contexto da educação ambiental

Atualmente um Projeto Político Pedagógico de um curso superior precisa tematizar questões transversais que vão além da formação técnica de um campo específico do conhecimento. Temos, por exemplo, o Parecer CNE/CP nº 3⁴⁵, de 10 de março de 2004, e a Resolução CNE/CP nº 1⁴⁶, de 17 de junho de 2004, que se referem às relações étnico-raciais abordadas como conteúdo programático em componentes curriculares dos cursos. O mesmo ocorre com as questões referentes à Educação Ambiental (Resolução CNE/CP 02/2012⁴⁷) e Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP 01/2012⁴⁸). De modo geral essas resoluções apontam para a indissociabilidade da formação - independente da área -, com os temas que transversalizam, com a vida em sociedade. Assim, a inclusão dos conteúdos de que tratam as resoluções corroboram para a formação cidadã.

Vamos nos ater mais especificamente à Resolução CNE/CP 02/2012. Ela inicia com trecho da própria Constituição Federal de 1988, ao abordar o inciso VI do § 1º do artigo 225, que determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A Resolução CNE/CP 02/2012 considera ainda que:

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social (Brasil, 2012).

A resolução busca reforçar o compromisso do Brasil com a formação cidadã e a sustentabilidade, alinhando-se a políticas internacionais como a Agenda 21 e a Conferência de Tbilisi (1977)⁴⁹. Nota-se, portanto, que o debate ambiental está em voga mundialmente muito antes da

⁴⁵ http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf

⁴⁶ <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

⁴⁷ http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf

⁴⁸ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192

⁴⁹ <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/8065-recomenda%C3%A7%C3%B5es-de-tbilisi.html>

própria Constituição Federal de 1988, se considerada a Conferência de Tbilisi, que inclui entre as suas recomendações a responsabilidade com a educação ambiental, ratifica o compromisso com a vida em sociedade e com o desenvolvimento. Por essa conferência, “a ação da educação ambiental deve vincular-se à legislação, às políticas, às medidas de controle e às decisões que o governo adote em relação ao meio ambiente”.

Se observadas as normativas de que o Brasil é signatário, ainda que tardiamente, desde o ano de 2012 existe uma recomendação a nível federal para as diretrizes curriculares nacionais sobre a educação ambiental, algo que necessariamente não é posto em prática (Paula, 2016). A resolução CNE/CP 02/2012 - que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - e sua aplicação na educação superior integra a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Dentre os aspectos de que trata a resolução, destaca-se a importância de que seja dado um tratamento para Educação Ambiental que supere “a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino”.

Enquanto marco legal, a normativa preconiza, em consonância com a Lei nº 9.795, de 1999, que:

[...] a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (Brasil, 2012).

Apesar disso, tal regramento não determina a criação de componente específico para tratar as questões ambientais, uma vez que avalia a discussão do meio ambiente como aspecto presente de forma interdisciplinar. Assim, localizar a presença do debate climático e ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos requer olhar para além dos títulos dos componentes curriculares, requer avaliar o ementário e as referências acionadas. Outrossim, pode estar oculto nos documentos, mas expressar-se em ações de extensão universitárias e/ou outras experiências (nem sempre declaradas).

Para implementar a responsabilidade ambiental na produção cultural é possível desenvolver algumas ações, mas esse debate poderia ser ampliado no campo acadêmico. Na experiência da Graduação em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um dos componentes curriculares, ministrado pelo Prof. Leonardo Costa, Oficina de Produção em Cultura, os/as discentes organizam uma atividade cultural

que é colocada em prática no semestre. No processo de planejamento e de escolhas, a questão ambiental é abordada como um dos vetores possíveis e necessários no contexto contemporâneo.

Que ações práticas poderiam ser adotadas? Considerar o crédito de carbono para compensar as emissões de gases de efeito estufa? Escolher patrocinadores que se envolvam com a sustentabilidade, atrelando essas ações ao marketing do evento? Reciclar os resíduos das atividades desenvolvidas nos projetos culturais? Esses são alguns aspectos que passam pela mente ao se pensar no assunto, mas que carecem de uma maior discussão e aprofundamento no campo da organização da cultura.

Sob o ponto de vista ambiental, o evento que estamos imaginando, adotou estratégias de economia energética? O material cenográfico é reciclável? Qual o impacto ambiental da realização em termos de lixo produzido e em termos de emissão de ruídos sonoros que possam comprometer a vida silvestre da vizinhança ou incomodar os moradores do entorno? (Wanderley, 2023).

O audiovisual parece ter saído na frente com algumas ações e práticas mais bem estruturadas, a exemplo do Cinema Verde. Desde 2010 este projeto busca orientar e contribuir para uma mudança de hábitos na produção audiovisual. “Queremos fortalecer um modo de atuar mais responsável e que não apenas cause menos impacto negativo como também contribua para a regeneração do meio ambiente e para a construção de uma vida mais integrada e justa”⁵⁰. Dentre as ações desenvolvidas de consultoria, há o diagnóstico de sustentabilidade da produção, a gestão de resíduos, a orientação para o cálculo da pegada de carbono, o gerenciamento de compensação ambiental, dentre outras. “A indústria audiovisual precisa se reconectar com o meio ambiente. Não podemos ignorar o impacto que causamos, e cada produção deveria ter uma política de sustentabilidade para mitigar esses danos”⁵¹.

Também em 2010, o documentário “Lixo Extraordinário” colocou em evidência o processo de criação artística de Vik Muniz. O filme documenta o trabalho do artista plástico junto a um coletivo de catadores de materiais recicláveis no Rio de Janeiro. Além de expor o potencial de criação, o documentário - que registrou o processo de intervenções visuais, a partir do reuso de lixo produzido pelos festejos carnavalescos - evidenciou o impacto da produção cultural quando o tema é o

⁵⁰ <https://cinemaverde.com.br/>

⁵¹ <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/terceiro-e-ultimo-dia-do-seminario-economia-audiovisual-projeta-metas-para-2025-2034>

descarte, no caso específico, de fantasias e materiais que compuseram alegorias carnavalescas. Este produto audiovisual, colabora para ilustrar um dos âmbitos da produção cultural que impacta diretamente o ecossistema sócio-ambiental.

Mais recentemente, em termos de normativas, temos a ISO 20121:2024, que é a norma internacional que estabelece os requisitos para um Sistema de Gestão de Sustentabilidade em Eventos, ajudando organizações a planejar e realizar eventos de forma mais sustentável, reduzindo impactos ambientais, sociais e econômicos negativos. Ela pode ser aplicada a qualquer tipo de evento (festivals, conferências, esportivos, corporativos etc.) e a toda a cadeia de fornecedores. Aborda três pilares: ambiental (redução de resíduos, emissões), social (inclusão, segurança) e econômico (benefícios para a comunidade local). A atualização desta norma trouxe uma maior ênfase em relação às mudanças climáticas e à responsabilidade social, incluindo uma adaptação a tendências como eventos híbridos (presenciais e digitais) para buscar uma redução da pegada ecológica (ISO, 2024). Em todo o caso, não conseguimos localizar eventos culturais no Brasil que já estão certificados com essa norma. Com o aumento da demanda por ESG (Environmental, Social, Governance), mais eventos brasileiros devem buscar alinhamento com a ISO 20121.

Formação Acadêmica e Educação Ambiental no Campo da Cultura

Diante da emergência das questões sócio-ambientais e as demandas crescentes por ESG, nos inquieta observar: como as universidades estão incorporando as diretrizes da Resolução CNE/CP 02/2012 nos currículos? Focando na área do ensino superior da Produção Cultural no Brasil, buscamos documentos institucionais que fornecem detalhes sobre projetos pedagógicos dos cursos ofertados por instituições públicas. A listagem dos cursos foi feita tendo como base mapeamentos anteriores (Costa; Mello, 2016), com a inclusão de experiências que foram criadas posteriormente, tais como os cursos da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal do Sul da Bahia.

No caso do curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um dos pioneiros no campo da formação em organização da cultura no Brasil, a partir do ano de 2020 os conteúdos programáticos sobre educação ambiental podem ser verificados em disciplinas como: Oficina de Análise de Públicos e Práticas Culturais (ao tratar como um dos tópicos da sua ementa o consumo

cultural e a dimensão ambiental nas suas interfaces e tensões), Oficina de Comunicação Estratégica (ao tratar a questão ambiental como um dos grandes temas sociais no seu conteúdo programático), e Oficina de Produção em Cultura (a partir da tematização da responsabilidade social e ambiental na produção cultural como um dos conteúdos programáticos). Essa caracterização no Projeto Político Pedagógico (UFBA, 2019) não exige de o assunto ser abordado de forma transversal em outros componentes curriculares e instâncias, tais como a Agência Experimental em Comunicação e Cultura (AECC) e o Programa de Educação Tutorial (PETCOM).

Já no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Niterói, a relação entre cultura e meio ambiente é abordada de forma mais explícita em um componente curricular obrigatório. A ementa da disciplina “Teorias da Cultura I” inclui entre seus tópicos de estudo: “Cultura material e aspectos imateriais da produção cultural. Cultura, meio ambiente e etnodesenvolvimento”. Isso insere o debate sobre a relação entre cultura e meio ambiente diretamente no núcleo teórico do curso. Embora outras disciplinas de gestão ou política, neste curso que também é um dos pioneiros no Brasil, abordem amplas questões sociais, econômicas e políticas, a ligação direta com o meio ambiente aparece de forma destacada nesta ementa específica (UFF, 2022).

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão, a abordagem do meio ambiente é pautada como um tema transversal. De acordo com o PPC: “a abordagem dos temas transversais (educação ambiental; educação em direitos humanos; educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena), se dá em diferentes componentes curriculares, em projetos e outras atividades curriculares desenvolvidas.” (UNIPAMPA, 2023, p. 65). Isso significa que a educação ambiental pode estar integrada em diferentes componentes curriculares, projetos e outras atividades desenvolvidas no curso. É possível observar de forma destacada nos objetivos específicos das disciplinas Práticas e Experimentações Culturais I e II. Além disso, o meio ambiente é listado como uma das áreas temáticas nas quais as atividades de extensão devem fortalecer os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental. A própria UNIPAMPA lista “Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis” (UNIPAMPA, 2023, p. 12) como um dos valores balizadores da instituição.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural do IFRN demonstra uma preocupação em formar profissionais que compreendam criticamente os impactos sociais, econômicos e ambientais da ação humana na natureza. O curso oferece uma disciplina optativa dedicada à temática, intitulada “Educação Ambiental”. A ementa desta disciplina aborda de forma explícita os fundamentos do meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, a relação homem-natureza, bases teóricas e metodológicas da educação ambiental, ética ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental. O objetivo é construir conhecimento em Educação Ambiental visando à participação efetiva para sua inclusão em projetos, especialmente na rede escolar. Além disso, o perfil do egresso aponta que o profissional formado deve estar qualificado para “conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história” (IFRN, 2012, p. 12).

No Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), existe um componente curricular optativo chamado “Políticas Públicas para o Meio Ambiente”. A ementa desta disciplina aborda o meio ambiente no Brasil, diferentes abordagens da questão ambiental, justiça e compensação ambiental, formulação de programas governamentais e não governamentais na área ambiental, ética ambiental e a ação do capitalismo. A bibliografia inclui textos sobre meio ambiente no Brasil pós-Rio-92, a questão ambiental com diferentes abordagens, população e meio ambiente, ecologismo, sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania (UFRB, 2016). Além disso, os Trabalhos de Conclusão de Curso e a Residência Cultural podem ser direcionados por temas que envolvam questões ambientais, dependendo da escolha do/a estudante.

No Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) a pauta ambiental está presente de diversas formas. O objetivo geral do curso inclui formar profissionais ambientalmente e socialmente qualificados, capazes de atender às demandas atuais e futuras da produção cultural. Entre os objetivos específicos, destaca-se a capacitação para desenvolver ações de empreendedorismo social, econômico e ambiental e a capacidade de compreender e avaliar os impactos sociais, econômicos, ambientais e político-institucionais da atividade cultural. O perfil do egresso é descrito como tendo uma formação que inclui a dimensão ambiental e um compromisso com a aplicação de práticas de sustentabilidade social, cultural e ambiental, sendo capaz de identificar e resolver problemas considerando aspectos

ambientais e atuando profissionalmente com base em critérios que incluem os ambientais. A matriz curricular inclui no Eixo Temático obrigatório “Desenvolvimento e Tecnologias Sociais”, a ementa da disciplina “Produção de tecnologias sociais” menciona a diversidade social, ambiental, cultural como um aspecto relevante. Adicionalmente, a ementa do componente curricular optativo de extensão “Tecnologias culturais e sociais para o campo”, associado a este eixo, aborda o desenvolvimento de tecnologias sociais com vistas ao campo, o que frequentemente envolve considerações ambientais. A ementa do componente optativo “Economia da Cultura” inclui a sustentabilidade dos projetos culturais (UFSB, 2020, p. 100).

Com base no Projeto Pedagógico da Área de Concentração em Políticas e Gestão da Cultura, ofertado pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da UFBA, a temática do meio ambiente, frequentemente abordada sob a perspectiva da sustentabilidade, é pautada no documento de diversas formas, integrando-se tanto no contexto mais amplo em que a cultura se insere quanto em componentes curriculares específicos do curso. Inicialmente, o PPC reconhece que, no cenário internacional, a cultura ocupa um lugar de destaque na agenda de governos e organizações multilaterais, incluindo temas como desenvolvimento sustentável. Isso demonstra que a preocupação com a dimensão ambiental está alinhada a discussões globais relevantes para o campo da cultura e da gestão cultural. No que diz respeito à estrutura curricular, a sustentabilidade é explicitamente contemplada em um componente curricular obrigatório. A disciplina “Cultura e Desenvolvimento”, que faz parte do eixo básico do curso, tem em sua ementa o tópico “Cultura, sustentabilidade e desenvolvimento”. Isso indica que a relação entre cultura e sustentabilidade é considerada como um dos temas na formação dos estudantes desta área de concentração.

Além da disciplina obrigatória, a dimensão ambiental/sustentabilidade também aparece em componentes curriculares optativos, aplicando essa perspectiva a diferentes áreas de atuação dentro da gestão cultural. Na disciplina optativa “Ateliê do Empreendedor”, por exemplo, a ementa inclui o estudo de “mercados para empresas e empreendimentos com impactos sociais, culturais e ambientais” e a “Elaboração de um plano de negócios ou de um projeto de impacto social/cultural e ambiental”, vinculando diretamente as considerações ambientais à prática do empreendedorismo e do planejamento de projetos culturais. Outro componente optativo, “Cultura e Turismo”, aborda “O turismo como veículo de divulgação cultural e ambiental” e discute os “Fluxos turísticos e impactos

ambientais, sociais e culturais”, explorando a complexa relação entre cultura, turismo e meio ambiente. Adicionalmente, a disciplina optativa “Estudos do Desenvolvimento” inclui a perspectiva ambiental entre as diversas visões de desenvolvimento estudadas, oferecendo um aprofundamento teórico sobre a temática ambiental dentro do campo do desenvolvimento (UFBA, 2010).

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Produção Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) passou por uma reformulação curricular que alterou significativamente a abordagem da área ambiental. Anteriormente, existiam duas disciplinas de “Ciências Ambientais” e uma de “Gestão de Projetos Ambientais”. Com a reformulação, as disciplinas de “Ciências Ambientais” foram extintas, e parte de seu conteúdo foi incorporada à disciplina “Gestão Ambiental de Projetos”, que se tornou obrigatória. O principal objetivo da disciplina é trazer o enfoque do ambiente e da sustentabilidade para os projetos culturais. Sua ementa é bastante detalhada e inclui o estudo da legislação ambiental brasileira (como a Política Nacional do Meio Ambiente, Constituição Federal, Lei de Crimes Ambientais, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Política Nacional de Resíduos Sólidos e Código Florestal), noções de normas ISO, órgãos ambientais, ação civil pública, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, práticas ambientalmente corretas e a relação entre a Lei Rouanet e o meio ambiente. O objetivo geral da disciplina é abordar as questões ambientais sob a ótica de impacto, preservação, recuperação e sustentabilidade, considerando a legislação brasileira (IFRJ, 2022, p. 109).

No Projeto Político Pedagógico do curso de Engenharia de Produção com ênfase em Produção Cultural da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) há a disciplina “Introdução a Ciências Ambientais”. Sua ementa aborda a evolução da questão ambiental, política ambiental, poluição, legislação ambiental no mundo e no Brasil, impactos ambientais, dentre outros assuntos (UNIRIO, 2009, p. 38). O perfil profissional desejado para o engenheiro de produção inclui a competência para compreender a inter-relação dos sistemas de produção com o meio ambiente, tanto em relação à utilização de recursos escassos quanto à disposição final de resíduos e rejeitos, atentando para a exigência de sustentabilidade.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal do Paraná (UFPR) trata a educação ambiental como um dos temas transversais, em disciplinas como “Sistemas de Visualidades I, II e III” e “Prática de Produção Artística I e II”, que discutem e aplicam o uso sustentável de materiais na construção de cenários, figurinos e adereços,

por exemplo. Essas disciplinas visam a ressignificação das matérias-primas disponíveis, buscando o uso racional e sustentável desses recursos. As ações didáticas do curso baseiam-se em princípios de sustentabilidade social, ambiental e econômica, entendendo que esses três fatores precisam ser integrados para que a sustentabilidade aconteça de fato (UFPR, 2020, p. 27). Espera-se que o futuro bacharel contribua para o desenvolvimento qualificado das atividades artísticas e culturais que se desenvolvem junto às realidades socioculturais e socioambientais.

Por fim, no Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social com ênfase em Mídias Sociais e Produção Cultural da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a formação visa capacitar os profissionais a avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais da interferência humana na natureza. A educação ambiental é explicitamente listada como um tópico de conteúdo programático em disciplinas optativas como “Mídia e Cidadania”, “Comunicação e Culturas Populares”, “Comunicação Comunitária” e “Educomunicação para a formação cidadã”. A bibliografia complementar de disciplinas como “Comunicação e Cultura do Consumo” inclui referências sobre consumo sustentável e sustentabilidade ambiental, conectando a temática ao debate mais amplo sobre consumo e cidadania.

Em síntese, a forma como o meio ambiente é pautado nestes PPCs abrange desde a sua inserção como tema transversal e área de extensão (UFBA, UFPE, UFPR, UFSB, UNIPAMPA), tópico específico em disciplinas teóricas (UFF), disciplina optativa dedicada (IFRN, UFRB), até a criação de uma disciplina obrigatória focada na gestão ambiental de projetos culturais (IFRJ) ou na introdução às ciências ambientais (UNIRIO).

Cabe ressaltar que essa análise foi feita com base nos documentos oficiais de cada curso, caberia um estudo mais aprofundado para verificar na prática como essas ações estão sendo desenvolvidas. O PPP/PPC de um curso pode ser entendido como uma carta de intenções, pois ele formaliza os princípios, objetivos e metodologias que a instituição ou curso se propõe a seguir. Nele, estão registradas as aspirações educacionais, o perfil desejado do egresso, as competências a serem desenvolvidas e os valores que orientam a formação. No entanto, assim como uma carta de intenções, o PPP/PPC nem sempre se materializa na prática exatamente como foi planejado. As diretrizes estabelecidas podem ser idealizadas em um contexto específico, mas, ao serem implementadas, enfrentam desafios como falta de recursos, mudanças na equipe docente ou discrepâncias entre o discurso e a realidade institucional. Essa lacuna entre o planejado e o executado

revela que o PPC/PPP, embora seja um documento norteador, não garante por si só a efetividade das ações. Sua real implementação depende de um compromisso coletivo e de avaliações constantes para ajustar as intenções às possibilidades concretas.

Desafios para a sustentabilidade ambiental

Em 2024, a mesa de debates⁵² “Cultura, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável”, parte da programação do 20º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), na exposição da professora Lourivânia Soares, elaborou perguntas para discutir a sustentabilidade e a relação com a cultura. Dentre as questões, a emergência de refletir sobre o lugar da cultura e dos territórios para o desenvolvimento sustentável. As falas que se seguiram apontaram, em boa medida, para a necessidade de debruçar-se sobre outras cosmovisões de sociedade, num entendimento dos territórios e dos seres humanos como parte de um sistema que deveria subverter a lógica antropocentrista. Assim, a exemplo das culturas de terreiro, que reverenciam o território e os elementos da natureza, bem como pela relação dos povos originários com o entendimento de um mundo “não-utilitário” as discussões elaboradas corroboram para a percepção de desafios que extrapolam grupos, atores ou campos sociais e demonstram a indissociabilidade do meio ambiente com a própria vida.

Desse modo, um desafio que se coloca para a sustentabilidade ambiental se relaciona com a possibilidade de enxergarmos essa discussão a partir de outras cosmovisões. Em seu livro “Futuro ancestral”, Ailton Krenak aborda a questão da formação dos mais jovens contrastando a visão dominante ocidental/urbana, que ele critica severamente, com as práticas e perspectivas dos povos indígenas e tradicionais.

Krenak descreve a educação ocidental e o aparato pedagógico moderno como algo que molda ou formata as crianças desde cedo, com o objetivo de prepará-las para a utilidade, a competição e a inserção em um mundo urbano, capitalista e consumidor. Ele vê essa moldagem como uma violência contra a criança, que ele entende como um ser que já chega ao mundo pronto, com sua própria subjetividade, criatividade e transcendência. Em vez de receber a inventividade que as novas pessoas

⁵² <https://www.youtube.com/live/Y1C9diSzoOk?si=fAG4aodn78NxDIrc>

trazem para a Terra, o sistema tenta podar esses espíritos e preenchê-los como “embalagens vazias” (Krenak, 2022, p. 51).

A verdade é que uma criança com sete, oito anos de idade já começa a ser treinada para ignorar o meio ambiente. É isolada em uma sala de aula para ser alfabetizada e vai sendo incutida nela, desde cedo, a ideia de uma vida sanitária. (O que é muito contraditório, porque muitas crianças de comunidades urbanas não têm sequer acesso a saneamento básico, mas vão logo sendo ensinadas a ter nojo da terra.) O que eu chamo de educação sanitária é muito anterior às normas impostas pela pandemia de covid-19. É a formação, ao longo de décadas, de uma mentalidade em que uma criança não deve mexer na terra para não sujar as mãos. Que se você arranca uma batata do chão, não deve levar para dentro de casa, pois está suja. (O ideal é pegar uma batata lavada e empacotada no supermercado.) Quando foi que terra virou sujeira? Faz tempo que eu assisto a esse bombardeio sanitário na cabeça das crianças e não vejo nenhum educador questionar isso. Pois para mim isso está diretamente ligado com essa forma de ver o mundo como um almoxarifado e está no cerne da crise ambiental que estamos enfrentando hoje (Krenak, 2022, p. 55).

A educação, nesse sentido, envolveria uma profunda conexão e fricção com a natureza — com os rios, a terra, as montanhas, os animais e outros seres. É uma experiência integrada que ensinaria limites, a capacidade de agir no mundo e, fundamentalmente, a perceber-se como um sujeito coletivo, parte de um todo que inclui seres humanos e não humanos. “Essa potência de se perceber pertencendo a um todo e podendo modificar o mundo poderia ser uma boa ideia de educação. Não para um tempo e um lugar imaginários, mas para o ponto em que estamos agora” (Krenak, 2022, p. 52).

A conexão com o meio ambiente como elemento vivo e primordial para a vida põe em evidência um paradigma de vida em sociedade e, portanto, uma perspectiva distinta para o fazer cultural, amplo e alargado, pelo qual para se criar meios de (sobre)viver é urgente abrir mão de algumas vaidades individuais. Essa mudança de paradigma impacta de formas diferentes os seres vivos. Pois, como nos alerta Krenak:

Se você ainda vive a cultura de um povo que não perdeu a memória de fazer parte da natureza, você é herdeiro disso, não precisa resgatá-la, mas se você passou por essa experiência urbana intensa, de virar um consumidor do planeta, a dificuldade de fazer o caminho de volta deve ser muito maior (Krenak, 2020, p. 104).

Referências

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*, n. 116, Seção 1, p. 70-71, 18/06/2012.

COSTA, Leonardo Figueiredo; MELLO, Ugo Barbosa de. *Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões*. Salvador: EDUFBA, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Produção Cultural*, 2022. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROGRAD/ppc_-_versao_2021_2023_bacharelado_producao_cultural_2018_aprovado_colegiado_e_nde_-_cggrad_1.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural na modalidade presencial*, 2012. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/754/PPC_Tecnologia_em_Produ%C3%A7%C3%A3o_Cultural_2012.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). *ISO 20121:2024: Event sustainability management systems — Requirements with guidance for use*. Geneva: ISO, 2024. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/86389.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ONU. *El Acuerdo de París*. Disponível em: <https://www.un.org/es/climatechange/paris-agreement>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PAULA, Adriângela Guimarães de. *Análise do entendimento da Educação Ambiental a partir das diretrizes curriculares nacionais, Resolução 02/2012 CNE/CP, e sua aplicação nos cursos de graduação em Química da Universidade Federal de Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

TURINO, Célio. *Sementeira: Grãos para transformar radicalmente a sociedade via políticas culturais*. São Paulo: Autonomia Literária, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). *Projeto Pedagógico da Área de Concentração em Políticas e Gestão da Cultura*, 2010. Disponível em: https://www.ihac.ufba.br/download/ensino/graduacao/bacharelados_interdisciplinares/projetos_pedagogicos_da_ac/projeto-pedagogico-ac-politicas-e-gestao-da-cultura.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). *Projeto Pedagógico do curso de graduação em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura*, 2019. Disponível em: https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20DE%20CURSO_20.06.24.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). *Reforma parcial do Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social*, 2025. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/501736/2335017/Ata_RO+09.18+-+09.11.18.pdf/37ca5a9c-5eba-4f3f-bc7a-0c0801337b0a. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). *Projeto Político Pedagógico do curso de Engenharia de Produção com ênfase em Produção Cultural*, 2009. Disponível em:

<https://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/ProjetoPoliticoPedaggicoEngenhariadeProduo.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). *Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural*, 2023. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/126/5/PPC%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADtica%20Cultural%20Jaguarao.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Produção Cultural*, 2020. Disponível em: <https://sacod.ufpr.br/artes/wp-content/uploads/sites/8/2021/10/ppc-de-producao-cultural.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). *Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural*, 2016. Disponível em: https://ufrb.edu.br/cecult/images/a_PPC_CST_politica_e_gestao_cultural_20170801.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB). *Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Produção Cultural*, 2020. Disponível em: https://ufsb.edu.br/cfppts/images/PPC_Bacharelado_BPC_revisado_ap%C3%B3s_CONSUNI.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). *Projeto Político-Pedagógico graduação em Produção Cultural*, 2022. Disponível em: <http://procult.sites.uff.br/estrutura-curricular/?ddownload=1072>. Acesso em: 28 mai. 2025.

WANDERLEY, Carolina de Castro. *Quando produzir exige responsabilidade: ESG em empreendimentos artísticos e culturais*. Disponível em: <https://www.ibdcult.org/post/quando-produzir-exige-responsabilidade-esg-em-empreendimentos-art%C3%ADsticos-e-culturais>. Acesso em: 07 fev. 2025.

**Políticas culturais e
Economia de Francisco e
Clara: Interfaces com a
Cultura Viva**

**Adélia Zimbrão
Lessandra da Silva**

Introdução

As políticas culturais, na perspectiva de documentos da Unesco, assentam-se em agenciamentos da categoria cultura articulados a partir da noção de cultura como direito e da concepção de cultura em seu sentido antropológico. Conforme Gonçalves Dias (2023), o tema das políticas culturais ganha centralidade na Unesco a partir dos anos 1960, sob a gestão de René Maheu como Diretor-Geral (entre 1962 e 1974), que criou um setor dedicado ao tema na Organização. Também é atribuída a essa gestão o início de um modelo de planejamento, no qual suas recomendações apresentam caráter cada vez mais normativo, sendo tais ideias expandidas por seu sucessor Amadou-Mahtar M'Bow. Este realizou, em 1982, na Cidade do México, a primeira conferência dedicada ao tema das políticas culturais da história da Unesco - Mondiacult (Gonçalves Dias, 2023). Essa trajetória de novos entendimentos sobre cultura e seu papel traz a ideia da possibilidade de gerir a cultura, especificamente a partir das políticas culturais (Gonçalves Dias, 2023). Nesse cenário emerge a importância do Estado como garantidor do direito dos cidadãos à cultura. Essa compreensão ampliada de cultura permitiu supor que todo desenvolvimento tem uma faceta cultural. E tal reconhecimento proporcionaria um entendimento de que políticas culturais fossem em si mesmas possíveis, obtendo um “respaldo utilitário quando se leva em conta que seu fim necessário seria o desenvolvimento cultural” (Gonçalves Dias, 2023, p. 16).

A Conferência Mundial da Unesco realizada no México, Mondiacult 2022, reafirma esse caráter de amálgama entre cultura e desenvolvimento enfatizando o potencial transformador e o papel essencial da cultura para um desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, trata-se de avançar em ações que busquem conciliar o progresso econômico, social e ambiental, preservando os

recursos naturais e promovendo equidade para todos. Nesse sentido, a Declaração Final dessa Conferência reitera seu compromisso com a proteção e promoção da diversidade cultural, assim como com os direitos culturais, principalmente no sentido de reduzir desigualdades no que diz respeito especialmente a grupos minoritários e excluídos. Além disso, tal documento defende as políticas públicas de cultura como um facilitador e impulsionador da resiliência, da inclusão social e do crescimento econômico, considerando modelos de desenvolvimento social e econômico adequados a cada contexto. Ademais, a Conferência reconheceu a cultura como um bem público mundial e um direito humano e instou à ONU a sua inclusão como um objetivo específico na Agenda de Desenvolvimento pós-2030.

A Conferência Mundial de Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – Mondiacult 2025, tem como foco avançar na promoção dos direitos culturais, no incremento da solidariedade internacional e na consolidação do papel da cultura no desenvolvimento sustentável, buscando concretizar os compromissos assumidos na Mondiacult 2022. O pressuposto é o de que a colaboração e a solidariedade entre os países são fundamentais e o multilateralismo é essencial para “promover soluções coletivas, tendo a cultura como um motor de desenvolvimento inclusivo e enraizado localmente, que empodera comunidades e respeita diversas visões de mundo” (Unesco, Nota Conceptual, Mondiacult 2025). Entre os desafios desse encontro, apresentam-se o desenvolvimento de estratégias que sejam capazes de intensificar acordos, pactos e ações para acelerar o progresso das seis áreas definidas como prioritárias pela Declaração do Mondiacult 2022, quais sejam: direitos culturais; tecnologias digitais no setor cultural; cultura e educação; economia da cultura; cultura e ação climática; cultura, patrimônio e crises, tendo como norte a promoção de uma cultura da paz.

A cultura também é reconhecida pela Agenda 2030 da ONU como um motor de desenvolvimento social, econômico e ambiental, apesar de não ter sido elencada como um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) específico. Coube à cultura um papel transversal e de facilitador da concretização de outros ODS, como cidades sustentáveis, trabalho decente, redução de desigualdades e igualdade de gênero, promovendo a inclusão, a inovação e a participação social. A Agenda 2030 tem entre suas propostas amenizar os impactos do atual modelo econômico com foco na sustentabilidade. Nessa direção, o Papa Francisco⁵³ propôs um modelo de economia mais

⁵³ Esse texto é dedicado ao eterno Papa Francisco que tanto ensinou a humanidade acerca da importância do amor ao próximo. Seu empenho pela justiça social, pela paz mundial, pelo diálogo, pelo respeito às diferenças, pela inclusão

justo, inclusivo e sustentável, por ele designado de *Economia de Francisco*, em referência a São Francisco de Assis. Posteriormente, a proposta também incorporou, em países como Brasil e Argentina, o nome de Santa Clara de Assis. O eixo central desse novo paradigma de economia está posto na vida e no bem-estar das pessoas e do planeta, em vez do lucro, em contraposição ao predomínio da financeirização da economia global, que tem levado à dominação da subjetividade humana baseada na lógica econômica predatória e, com isso, a sua desumanização (Brasileiro e Ricci, 2020). O protagonismo dessas ações em prol de uma *economia mais civilizatória* caberia às comunidades, às periferias e aos grupos historicamente excluídos.

A Política Nacional de Cultura Viva, disposta na Lei brasileira nº 13.018/2014, encontra-se alinhada a esses princípios quando reconhece a importância de práticas culturais que promovam o desenvolvimento socioambiental e valoriza saberes tradicionais e dos povos originários, pois essas culturas possuem uma relação de respeito e interdependência com a natureza.

Assim esse texto tem por finalidade esboçar alguns apontamentos sobre as propostas de políticas culturais que serão debatidas na Conferência Mundial de Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – Mondiacult 2025 e a Economia de Francisco, a partir da aposta/hipótese de que as políticas públicas de cultura têm potencial de contribuir para a transformação cultural e socioeconômica. Além disso, como desdobramento dessa breve reflexão, o trabalho busca tecer aproximações entre a Economia de Francisco e Clara e a Política Nacional de Cultura Viva.

Economia de Francisco e Clara

O Papa Francisco elaborou duas encíclicas que se complementam mostrando que o cuidado com a natureza e as pessoas estão intrinsecamente ligados. A *Laudato Si'*, publicada em maio de 2015, trata do cuidado com o meio ambiente e com todas as pessoas e da relação entre Deus, os seres humanos e a Terra, ou seja, a Casa Comum (Brasileiro, 2021). Além disso, condena o modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento das pessoas e do meio ambiente. Já o

social, pela preservação do meio ambiente e pela defesa dos mais vulneráveis, seguirá emblemático. Em nossa memória coletiva sua figura amorosa estará sempre presente por sua simplicidade, humildade, otimismo, fé e por suas mensagens de esperança. Seu legado fraterno ficará entre nós e será semente para fecundar um mundo melhor para todos.

documento *Frateli Tutti*, divulgado em outubro de 2020, critica a cultura do individualismo e da indiferença e foca na fraternidade e na amizade social como caminhos para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

O Papa Francisco exorta à construção de uma *nova cultura econômica*, na qual se tenha por base uma orientação antropológica que não reduza o ser humano, mas que assuma a lógica do desenvolvimento humano integral. Seria uma nova narrativa econômica baseada não na cultura do descarte e da indiferença, mas do *encontro*. O Papa admoesta a urgência da transformação do atual estilo de vida, ressaltando que isso passa por recursos sociais, uma vez que recursos materiais não faltam. Trata-se de alterar o foco quase exclusivo no lucro para deslocá-lo para os aspectos humano, social e ambiental. A base dessa economia tem como mote a solidariedade e a construção de *nova cultura de relações*, não mais líquidas e descartáveis, mas territoriais e fraternas (Brasileiro, 2021).

Em 2019, o Papa Francisco conclamou jovens, pesquisadores e ativistas, em especial da área econômica, para criar pontes entre pessoas que se interessavam por um outro tipo de economia. A proposta era criar uma plataforma de discussão e prática para o que o Pontífice nomeou de "economia do futuro" e não estabelecer um braço institucional do Vaticano. Muitos participantes não tinham nem vínculo com a Igreja Católica (Queiroz, 2025).

O Papa acreditava que a construção de um modelo econômico mundial mais justo, humano e sustentável só seria possível com um envolvimento ativo das comunidades locais, com participação de vários atores, como suas universidades, suas organizações e suas empresas, instituições estas por ele designadas de “oficinas de esperança”, sem deixar de contar com o engajamento daqueles historicamente excluídos, tais como grupos periféricos, povos tradicionais, entre outros.

Francisco proclama que vivemos uma crise socioambiental e que nossa resposta deve se pautar pelo princípio da ecologia integral. Isso requer a designada *Cultura do Encontro*, que pressupõe colocar a economia a serviço dos povos, a união dos povos no caminho da paz e da justiça, e a defesa da mãe terra enquanto casa comum que é.

Sobre a *Cultura do Encontro*, conforme Turino (2025), trata-se de um conceito e um método criado pelo Papa Francisco⁵⁴. Seus fundamentos são regidos por:

⁵⁴ Jorge Bergoglio, em 1994, quando era Bispo na cidade de Buenos Aires, após um carro-bomba explodir na frente da sede da Associação Mutual Israelita Argentina, teve a iniciativa de promover um encontro com jovens de origem

[...] valorização da ética, da filosofia e de conhecimentos antes desprezados, ofendidos e apagados. Pela Cultura do Encontro são quebradas hierarquias culturais e de dominação, isso abre caminho para o estabelecimento de novas legitimidades, que só pode acontecer quando em escuta radical e verdadeira. Sem escuta o encontro e o respeito ao próximo não se realizam, escuta que se faz com o coração e a mente integrados em harmonia (Turino, 2025, p. 72).

A Cultura do Encontro idealizada pelo Pontífice baseia-se na construção de pontes e requer a promoção do diálogo e a reconciliação entre diferentes grupos e culturas, ou seja, trata-se também de proporcionar uma cultura de paz e convivência:

Cultura do Encontro é ter disposição para abraçar “... as periferias do mundo e os povos originários”. É uma arte para a “libertação da crueldade, da ansiedade que não nos deixa pensar nos outros, da urgência distraída”. É a radical cercania com os *de abaixo*, com os esquecidos e desvalidos, os explorados e humilhados. É saber escutar e nesse processo de escuta acelerar processos para o encontro (Turino, 2025, p. 78).

A partir dessas ideias e conceito, o Papa nos convoca para fomentar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e que seja ambientalmente sustentável, no qual a política e a economia estejam a serviço da vida, requerendo que as decisões macroeconômicas sejam para redução das desigualdades. A nova economia deve estar atenta aos princípios éticos. Trata-se da responsabilidade de toda a sociedade e do Estado em defender e promover o bem comum (Susin e Raupp, 2021). Segundo Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, que assessorou o Papa Francisco nesse projeto, “é importante trabalhar com a educação em sistemas alternativos que não idolatrem o dinheiro, que é necessário trabalhar com a ideia de economia circular e com a sustentabilidade ambiental, acrescenta que uma das chaves é colocar as pessoas em primeiro lugar, que é necessário colocar os mercados à serviço das pessoas e não o contrário como está acontecendo a nível global” (Silva, 2020, p.19).

Atualmente a Economia de Francisco desenvolve ações em 23 países e 13 cidades brasileiras. Os projetos internacionais são agrupados em áreas de atuação: trabalho e cuidado, agricultura e justiça, finanças e humanidade, energia e pobreza e negócios e paz.

No Brasil, e posteriormente na Argentina, a iniciativa do Pontífice foi renomeada de Economia de Francisco e Clara, em razão do valor moral-evangélico também de Clara de Assis e pela

católica, muçulmana, judaica, evangélica e outros sem religião para estimular um intenso processo de escuta entre eles. Isso deu início ao conceito de Cultura do Encontro que posteriormente foi desencadeando novos encontros que foram moldando o método (Turino, 2025).

compreensão disseminada de que ‘feminino e masculino devem caminhar necessariamente lado a lado, sem supremacia’ (Souza, 2020, p. 367). Uma das estratégias de ação adotada pela Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) foi a de resgatar a concepção de "Casa Comum", termo usado pelo Papa Francisco para se referir ao planeta Terra em sua encíclica *Laudato Si*, e transformá-la em casa física, as chamadas Casas de Francisco e Clara (Queiroz, 2025). Nesses espaços são desenvolvidos desde painéis solares, até o cultivo de hortas comunitárias agroecológicas, assim como formações e debates sobre economia popular, orçamento participativo, ação junto ao poder público, pesquisas acadêmicas, finanças solidárias (como, por exemplo, cooperativa e banco comunitário, empreendimentos de microcrédito com gestão coletiva e sem a lógica dos lucros), entre outros. As especificidades culturais são consideradas, tendo como exemplo, que uma das casas base será ampliada para uma aldeia, onde se estabelecerá uma Universidade Livre, construída em arquitetura indígena. De acordo com a ABEFC o foco das ações nos territórios situa-se nas pessoas alvo do Papa Francisco: empobrecidas e marginalizadas, como protagonistas dessas atividades. O Pontífice acredita que as principais ferramentas de mudanças se encontram nos empobrecidos a partir dos movimentos populares, sendo estes, os que:

praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer. [...] é pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro (...). A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem (Francisco, 2020a, n. 116, *apud* Brasileiro, 2021, p. 11).

Política Nacional de Cultura Viva

Cultura Viva é uma política pública cultural brasileira implementada pelo Ministério da Cultura, em parceria com governos subnacionais e com participação ativa da sociedade civil na gestão das ações, que visa reconhecer e fortalecer a cultura de base comunitária, com enfoque em grupos e agentes culturais que já atuam nos territórios e comunidades. Fundamenta-se num conceito ampliado de cultura, numa perspectiva antropológica, que trata a cultura como força viva, como expressão de diferentes realidades, como processo, como atribuições de sentido, interpretações, saberes e fazeres oriundos dos variados grupos que formam a diversidade cultural brasileira. Nesse sentido, a cultura se manifesta em distintas formas, tanto em expressões artísticas e culturais

tradicionais, quanto nas mais recentes. Na perspectiva de Lima e Rodrigues (2024) Cultura Viva pode ser interpretado como um movimento político que não atua somente na individualização da prática, do projeto ou do artista, “mas da ação colaborativa, fruto do reconhecimento, da redistribuição e proporcionando caminhos para o fortalecimento da participação social” (2024, p. 39).

Trata-se de uma experiência que vem sendo desenvolvida desde 2004 e que se consolidou com a promulgação da Lei nº 13.018/2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Entre seus objetivos iniciais destaca-se a promoção ao acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, “assim como potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (Brasil, 2004, p. 1). Assim, busca promover o exercício de direitos culturais e reconhecer e impulsionar a diversidade de práticas culturais. Portanto, conforme Lima e Rodrigues (2024) a noção de territorialização de políticas culturais e o tema da diversidade cultural se constituem como grande pano de fundo da Política Nacional de Cultura Viva.

Esse reconhecimento e valorização pela PNCV da diversidade cultural brasileira produzida pela sociedade ocorre por meio dos Pontos e Pontões de Cultura. Por intermédio desses instrumentos, a PNCV apoia iniciativas culturais de base comunitária. Conforme disposto no artigo 4º da Lei nº 13.018/2014, os Pontos de Cultura são grupos, coletivos, entidades sem fins lucrativos que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades. Célio Turino, um dos gestores responsáveis pelo desenho inicial do ainda Programa Cultura Viva, explica o que são pontos de cultura:

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura em nível local, atuando como ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (Turino, 2009, p. 64).

Já os Pontões de Cultura são entidades que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais e educativas, em parceria com as redes regionais de pontos de cultura, buscando fortalecê-los. Ambos podem estabelecer parceria e intercâmbio também com as escolas e instituições da rede de educação de ensino básico e superior e com entidades de pesquisa e extensão.

A intenção, ainda de acordo com a referida Lei, é fazer com que os pontos e pontões de cultura se constituam como elos entre a sociedade e o Estado, com a finalidade de “desenvolver ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, do protagonismo e da capacitação social das comunidades locais” (§ 1º, art. 4º). Assim, a PNCV almeja também a articulação e o trabalho em rede entre os Pontos de Cultura, promovendo a troca de experiências e conhecimentos. Lima e Rodrigues (2024), em artigo em que realizam análise da trajetória de 20 anos do Cultura Viva, sintetizam suas particularidades:

Pode-se apontar que a questão do Cultura Viva ativa dimensões tanto da diversidade cultural e da mobilização e participação de agentes culturais em rede (destaque-se as teias dos Pontos de Cultura e os fóruns nacional e estaduais) quanto da ampliação da inclusão de agentes e do reconhecimento de práticas até então pouco atendidas como partícipes de políticas públicas de cultura, em especial os mais pobres e subalternizados (Lima; Rodrigues, 2024, p. 53).

Ainda de acordo com Lima e Rodrigues (2024), ao tratar da Cultura Viva como uma política cultural, o que está em jogo não é apenas a questão do acesso ao fomento para práticas socioculturais e artísticas nos territórios, mas sim de modos de existir, de “valorização de práticas identitárias (muitas vezes historicamente renegadas)” (2024, p. 39). O que sobressai nesse cenário é a possibilidade de gerar recursos para “comunidades que nunca tiveram acesso a fomentos públicos diretamente e/ou sofriam com um atendimento complexo de necessidades básicas. Este percurso valorativo foi primordial para um exercício de reconhecimento de si, de reivindicação de direitos e de maior engajamento na prática política e no debate ampliado do setor cultural [...]” (Lima; Rodrigues, 2024, p. 39).

Portanto, nesse cenário, trata-se de pensar o papel do Estado na promoção de direitos culturais para todos, incluindo grupos historicamente renegados tanto da fruição quanto da produção cultural. Assim, o Ministro da Cultura Gilberto Gil (gestão 2003-2008), em seu discurso de posse, já sinalizava uma visão sobre a atuação do Estado na cultura:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais (...). Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável (...). Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. *No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo*, num determinado momento de

sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo (GIL; MinC, 2003, p. 5, grifos nossos).

Segundo Lima e Rodrigues (2024), uma das inovações da experiência Cultura Viva foi provocar essa “reinvenção” de gestão do próprio Estado, além de todos os outros aspectos envolvidos tais como sua base territorial e comunitária fundamentada na gestão em rede, na diversidade cultural, na interlocução de saberes e na participação colaborativa entre governo e sociedade civil. Trata-se assim, em um dos pontos, de buscar uma nova relação entre Estado e Sociedade, mais horizontalizada, referenciada em parâmetros de gestão que se propõe a ampliar e aprofundar a democracia:

O programa Cultura Viva, transformado em política de Estado do Brasil em 2014, com a sanção da Lei 13.018/2014, estabeleceu novos parâmetros de gestão e democracia, aplicando conceitos como “Estado-rede” (Manuel Castells) e “Estado ampliado” (Antonio Gramsci). Tendo como base de apoio os Pontos de Cultura – ou seja, as entidades ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura –, o programa apostou num processo vindo de baixo para cima, dando força e reconhecimento institucional a organizações da sociedade civil que já desenvolviam atividades culturais em suas comunidades. Com esse modelo de política pública, em vez de impor ações e condutas, o Estado reconhece a importância da cultura produzida em cada localidade. Em vez de impor uma programação cultural, reconhece e potencializa as iniciativas culturais da comunidade no lugar onde elas ocorrem, conforme suas necessidades e planos de trabalho. Autonomia e protagonismo social são palavras-chave desse processo contínuo que vem inspirando cada vez mais países (e cidades) na Ibero-América (IberCultura Viva, s/d, s/p).

A partir da experiência brasileira, outros países da América Latina foram constituindo seus programas inspirados na Cultura Viva, apesar de que na prática, essas nações da região já desenvolvessem ações comunitárias. E assim, em 2014, foi criado o Programa IberCultura Viva, que é resultado da cooperação entre países ibero-americanos que reconhecem a cultura de base comunitária como um direito e um pilar do desenvolvimento.

Nesses mais de dez anos de atuação, o IberCultura Viva busca estimular a institucionalização e a expansão dessas políticas comunitárias, incentivando redes de diálogo entre gestores, organizações sociais e fazedores de cultura. São doze países membros: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai. O Programa visa também dar suporte às iniciativas governamentais dos países membros, assim como às realizadas por organizações culturais comunitárias, povos originários e comunidades afrodescendentes em seus territórios, ou seja, grupos em situação de vulnerabilidade social e com

reduzido acesso aos meios de produção, registro e difusão cultural. Esses apoios se dão por meio de convocatórias públicas, editais públicos.

De acordo com o pesquisador Diego Benhabib (2025), desde a criação do IberCultura Viva, cada país membro tem desenvolvido sua própria política de base comunitária ou tem incorporado a este campo de produção algumas outras políticas similares destinadas a culturas populares e tradicionais. Trata-se da institucionalização de uma perspectiva latino-americana de política cultural (Benhabib, XIV Seminário Internacional de Políticas Culturais, FCRB, 2025).

Quadro sobre conceitos, fundamentos e princípios da Cultura Viva em países

País	Agenda 2030 - ODS	Cidadania cult. e direito à cultura	Bem viver e viver bem	Inter Culturalidade	Inter Geracional	Perspectiva de Gênero	Gestão compartilhada
Argentina	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Brasil	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Chile	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Colômbia	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Costa Rica	sim	sim	não	sim	não	sim	sim
Equador	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
El Salvador	não	sim	não	sim	sim	não	sim
Espanha	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim
México	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Paraguai	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim
Peru	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não
Uruguai	não	sim	não	sim	sim	não	não

Fonte: Quadro elaborado por Diego Hernán Benhabib e apresentado no XIV Seminário Internacional de Políticas Culturais, da FCRB (2025).

Quando observamos o quadro, verifica-se que em apenas dois aspectos todos responderam sim em relação aos conceitos, fundamentos e princípios no que diz respeito a seus relativos países: cidadania, cultura e direito à cultura e interculturalidade, revelando a importância atribuída à uma

política de valorização da pluralidade e diversidade das práticas culturais, que reconheça a multiplicidade dos movimentos culturais contemporâneos, pontuando e reafirmando a diversidade como parte da história latino-americana. Dos 12 países, dez reconhecem relação entre seus conceitos, princípios e fundamentos com os da Agenda 2030-ODS.

Considerações finais

As interfaces entre as Conferências de Políticas Culturais da Unesco e a Economia de Francisco apontam para o papel central do Estado, da sociedade e das comunidades na promoção do bem comum, uma vez que mercados sem regras e regulamentações adequadas produzem injustiças, profundas desigualdades e destruição ambiental. Ambas narrativas buscam promover uma cultura de paz, facilitar o diálogo entre os povos, a solidariedade, respeitando a diversidade cultural e o pluralismo, comprometidas com as gerações futuras, orientadas para a construção de um mundo mais sustentável. Aposta-se no poder transformador da cultura e de suas políticas como base para o desenvolvimento sustentável.

Políticas culturais fundamentadas na ampliação do conceito de cultura, que englobe todos os modos de viver, fazer e criar, dos grupos heterogêneos presentes na sociedade, exigem a construção de um aparato institucional robusto. A Unesco, já nas décadas de 60 e 70, ensaiava os primeiros passos para o planejamento e gestão de políticas culturais que promovessem o desenvolvimento cultural, o que pressupõe valores comprometidos com o desenvolvimento humano, solidário, igualitário, democrático, fraterno e que respeite a diversidade das vidas que habitam o planeta. Políticas culturais precisam ser planejadas, institucionalizadas e necessitam de estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos que possam promover o desenvolvimento sustentável mundial. Nesse sentido, um dos desafios do Mondiacult 2025 é fazer com que os Estados-membros se comprometam com ações globais, conjuntas e estratégias que substituam um paradigma centrado na perspectiva de que o bem comum é alcançado a partir de interesses individuais egoístas, por um modelo cujo âmago assente-se no altruísmo, solidariedade e fraternidade.

Não existe crise fragmentada: social, ambiental e econômica. “O problema socioambiental não existe de forma desconexa com a realidade política e econômica é, antes de tudo, reflexo de uma política equivocada ou de sua ausência” (Silva, 2020, p.21). Esse cenário de crise pode ser revertido

pelo planejamento e gestão de políticas públicas de cultura pactuadas politicamente pelos Estados-membros da ONU, assim como por um firmamento de um novo pacto econômico, que nos leve a repensar como produzimos, consumimos, distribuímos e nos relacionamos com o mundo. Conforme a Nota Conceptual da Unesco para o Mondiacult 2025, “a cultura nos conecta ao passado e guia nosso futuro, sustentando o bem-estar social, econômico e ambiental”.

Assim, a Economia de Francisco e o Mondiacult 2025 alinham-se nessa perspectiva de desenvolvimento sustentável de caráter socioeconômico e ambiental e as políticas públicas de cultura podem contribuir nessa direção. No Brasil, já existem experiências que conjugam métodos de ação da Economia de Francisco e Clara com práticas realizadas em Pontos de Cultura, dentro da Cultura Viva. As Casas de Francisco e Clara e as *Scholas Ocurrentes* são instrumentos de materialização desses princípios da nova economia que se propõe, e esses Pontos de Encontro, interagem com os Pontos de Cultura. No Brasil, a ABEFC criou a Escola de Articuladoras (es) da Economia de Francisco e Clara com o propósito de construir com as comunidades, por meio da pedagogia do encontro, novas formas de bem viver.

Assim, podemos considerar que a Economia de Francisco e Clara e a Política Cultura Viva são iniciativas complementares. Isso porque a Política Nacional de Cultura Viva constitui-se como instrumento de desenvolvimento ao fortalecer as culturas populares e tradicionais, contribuindo para o dinamizar relações e atividades socioculturais e econômicas de âmbito local e regional. Por meio dos Pontos de Cultura, essa política pública fomenta a participação cidadã, a geração de renda e o acesso aos meios de produção e fruição culturais, impulsionando o desenvolvimento social e econômico, promovendo a autonomia das comunidades e a valorização de seus saberes e fazeres. Ao integrar a cultura no desenvolvimento, a Política Nacional de Cultura Viva busca construir um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e equitativo, que valoriza a diversidade cultural e o protagonismo das comunidades. E a Economia de Francisco também coloca o foco das ações nos territórios de grupos historicamente excluídos, que atuariam como protagonistas dessas atividades, em prol de uma economia mais justa e de um desenvolvimento sustentável. Desse modo, a mútua combinação de esforços entre essas iniciativas, poderá potencializar a Cultura do Encontro e as políticas de Cultura Viva, contribuindo para dinamizar as transformações culturais, ambientais e socioeconômicas mundiais. Isso é passível de ocorrer por já haver toda uma rede de pontos e pontões

de cultura que estão espalhadas pelo Brasil e por outros países Ibero-americanos que podem atuar em parcerias com os espaços criados para instrumentalizar as ideias da Economia de Francisco.

Referências

BENHABIB, Diego Hernán. Políticas culturales de base comunitaria en los países miembros de IBERCULTURA Viva. Una caracterización. Trabalho apresentado no XIV *Seminário Internacional de Políticas Culturais da Casa de Rui Barbosa* (FCRB). Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. *Lei 13.018, de 22 de julho de 2014*. [Institui a Política Nacional de Cultura Viva - PNCV] Brasília, 2014.

BRASIL. MINC. Ministério da Cultura. *Portaria 156, de 6 de julho de 2004*. [Cria o Programa Cultura Viva] Brasília, 2004.

BRASILEIRO, Eduardo. A Economia de Francisco e Clara: um plano para realmar a sociedade. *CREatividade – Revista da Cultura Religiosa*, Rio de Janeiro, n. 1, 2021.

BRASILEIRO, Eduardo; RICCI, Rudá. A Economia de Francisco e Clara para “realmar” a humanidade. *Rev. Educ.*, Brasília, ano 43, n. 161, p. 38-56, jan./jun. 2020.

GIL, Gilberto; MINC [Ministério da Cultura]. *Discurso do ministro Gil na solenidade de transmissão do cargo*. Brasília, agosto de 2003. Brasília: MINC, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml> Acesso em: 02 jul. 2025.

GONÇALVES DIAS, Caio. O Planejamento da Cultura: Políticas Culturais, Unesco e Brasil (1966-1988). *DADOS*, Rio de Janeiro, v.66, n. 1: e20200273, p.1-36, 2023.

IBERCULTURA VIVA, Programa. *site*. Disponível em: <https://iberculturaviva.org/o-programa/#2-section>. Acesso em: 03 jul. 2025

LIMA, Deborah Rebello; RODRIGUES, Luiz Augusto F. Cultura Viva – 20 anos: uma análise da trajetória entre programa, política e conceito em políticas públicas de cultura. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, v. 14, n. 26, p. 29-57, mar. 2024.

QUEIROZ, Gustavo. Como a "Economia de Francisco" chegou nas comunidades brasileiras. *Uol*, 05/05/2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2025/05/05/como-a-economia-de-francisco-chegou-nas-comunidades-brasileiras.htm> Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, Mireni de Oliveira Costa. Outra economia possível: interfaces entre Economia de Francisco e Agenda 2030. *Vatican News*, 28 julho 2020. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-07/interfaces-economia-francisco-agenda-2030-mirene-oliveira-silva.htmlhttps://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-07/interfaces-economia-francisco-agenda-2030-mirene-oliveira-silva.html>. Acesso em: 24 maio 2025.

SOUZA, André Ricardo de. Pilares da Economia de Francisco e Clara e o enfrentamento da profunda crise. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, p. 367-377, jan.-abril 2020.

SUSIN, Luiz Carlos; RAUPP, Klaus da Silva. A Economia segundo Francisco. Aspectos principais do Pensamento Econômico no atual Pontificado a partir da mensagem do Papa aos participantes do

evento “The Economy of Francesco”. *Revista de Cultura Teológica*, v. XXIX, n. 98, p. 109-213, jan.-abr. 2021. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/52778>. Acesso em: 15 maio 2025.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

TURINO, Célio. *Sementeira: grãos para transformar radicalmente a sociedade via políticas culturais*. São Paulo: Autonomia Literária, 2025.

UNESCO. *Declaração Final*. Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022). Cidade do México, de 28 a 30 de setembro de 2022.

UNESCO. *Nota Conceptual*. MONDIACULT 2025. Conferencia Mundial de Políticas Culturales y Desarrollo Sostenible. Barcelona, España, de 29 septiembre a 1 octubre de 2025.

**Trabalho cultural não
precarizado e direitos culturais:
por uma agenda de
desenvolvimento sustentável e
decolonial na América Latina**

**Luiz Augusto F. Rodrigues
Mário F. de Pragmácio Telles**

Trabalho cultural não precarizado e direitos culturais: por uma agenda de desenvolvimento sustentável e decolonial na América Latina

Luiz Augusto F. Rodrigues

Mário F. de Pragmácio Telles

Introdução

A cultura, enquanto dimensão estruturante da vida coletiva, atravessa os debates contemporâneos sobre direitos, democracia e desenvolvimento. No entanto, o campo do trabalho cultural⁵⁵ permanece marcado por formas persistentes de precarização, que incluem desde a intermitência dos vínculos e ausência de proteção social, até a marginalização de saberes e práticas não reconhecidas pelos sistemas hegemônicos de valoração cultural. Essa precarização, historicamente enraizada em estruturas coloniais e patriarcais, desafia qualquer projeto de desenvolvimento que se pretenda sustentável e justo.

Este artigo propõe uma reflexão sobre o trabalho cultural não precarizado e o pleno exercício dos direitos culturais como pilares fundamentais para a construção de um desenvolvimento sustentável e decolonial na América Latina. A partir do diálogo com a Agenda 2030 das Nações Unidas e mirando em especial experiências latino-americanas de políticas culturais. Argumenta-se que a efetivação dos direitos culturais e a valorização do trabalho cultural requerem uma ruptura com lógicas coloniais, capitalistas e extrativistas. O texto articula aportes teóricos do pensamento decolonial para embasar caminhos de transformação estrutural nas políticas públicas culturais e práticas insurgentes em relação ao mundo do trabalho na área cultural.

Propõe-se refletir sobre a centralidade do trabalho cultural não precarizado e dos direitos culturais na construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável decolonial, com especial atenção às experiências e articulações latino-americanas e às proposições internacionais, como a

⁵⁵ Trabalho cultural, aqui, é compreendido como todo envolvimento com a questão laboral seja no campo artístico, técnico, da produção ou da gestão.

Agenda 2030 das Nações Unidas. A partir de um enfoque crítico, busca-se destacar a potência política da cultura como campo de luta, criação e transformação social.

O trabalho cultural ocupa um lugar estratégico nas sociedades contemporâneas, especialmente na América Latina, onde práticas culturais carregam memórias, resistências e modos de existência comunitária. No entanto, a centralidade simbólica da cultura não se traduz, historicamente, em garantias materiais e institucionais para as trabalhadoras e trabalhadores da cultura. Ao contrário, o setor cultural é frequentemente atravessado por precarizações, descontinuidade de políticas públicas, e invisibilização de saberes não hegemônicos.

Não é possível debater o pleno exercício dos direitos culturais sem destacar os direitos dos trabalhadores da cultura. O trabalho no campo cultural segue cada vez mais desarticulado aos direitos dos sujeitos sociais neles inseridos. A precarização do trabalho, de um modo geral, e a crescente redução de políticas públicas para os trabalhadores são ainda maiores quando se mira o trabalho no campo cultural, uma vez que a ideologia mascara a ausência de amparo governamental, naturalizando práticas de autogestão e auto regulação de sujeitos idealizados como empreendedores de si mesmo. É cada vez mais evidente a necessidade de flagrar e repelir pensamentos tecnicistas e uniformizantes, e de alavancar estruturas de regulamentação profissional contrárias à precarização do trabalho no campo cultural. Muitos profissionais neste setor têm ocupação transitória, sem garantias de direitos trabalhistas, com trabalhos vinculados às temporalidades dos projetos etc.

Trabalhadores assim impactados tendem a ampliar práticas individualizadas e não colaborativas, uma vez que sujeitas a disputas por um mercado de trabalho cada vez mais restrito e injusto. Os impactos disso extravasam o mundo do trabalho, uma vez que atrofiam a dimensão público-política dos sujeitos sociais, sua autonomia efetiva e as possibilidades de construção do bem-comum e da ética.

Pensando no trabalho cultural não precarizado, pode-se abordar questões como: remuneração justa e contínua, formalização sem apagar as especificidades do setor, acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, reconhecimento dos saberes e práticas populares, e por aí em diante. Amparados na teoria dos direitos culturais⁵⁶, é importante não perder de vista o acesso à

⁵⁶ Cf. CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Teoria dos Direitos Culturais. São Paulo: SESC, 2019.

produção e fruição cultural, a diversidade e pluralidade de expressões, a memória e a preservação do patrimônio cultural, bem como a participação nos processos de decisão sobre políticas culturais.

Aqui, busca-se discutir trabalho cultural não precarizado, a partir dos dos direitos culturais, em diálogo com o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 da ONU. Isso enseja uma proposta de ruptura decolonial. Essa abordagem exige romper com paradigmas que enxergam a cultura apenas como setor econômico ou instrumento de entretenimento, e reconhecê-la como dimensão fundamental dos direitos humanos⁵⁷, como proposto pela Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural (2001).

No entanto, uma leitura decolonial da Agenda 2030 nos convida a tensionar seus limites e contradições. A cultura hegemônica, frequentemente promovida por essas agendas globais, tende a reforçar padrões eurocentrados e estadunidenses de desenvolvimento, apagando outras epistemologias (por exemplo: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas, feministas, juvenis). Assim, o compromisso com os direitos culturais e com o trabalho cultural digno precisa estar ancorado em práticas que reconheçam e valorizem as tecnologias do sensível, os saberes ancestrais e as formas autônomas de organização comunitária.

Avançar em políticas públicas que garantam remuneração justa, continuidade institucional, autonomia e protagonismo para agentes culturais nos territórios é parte essencial de uma agenda cultural transformadora, pois como sinaliza Nancy Fraser (2006) o reconhecimento das identidades culturais não pode se dar sem a necessária luta por redistribuição e justiça social. Mais do que integrar a cultura aos ODS, trata-se de reconstruir os próprios marcos do desenvolvimento à luz de experiências históricas e cosmopolíticas que resistem ao colonialismo — inclusive o colonialismo epistêmico.

Nessa perspectiva, falar de trabalho cultural não precarizado é falar também de afeto, pertencimento, memória e justiça. É propor uma ecologia de saberes que inclua o corpo, o território e a ancestralidade como partes constitutivas do fazer cultural, em ruptura com lógicas essencialistas e tecnicistas que instrumentalizam a cultura enquanto produto.

Nesse sentido, é preciso afirmar que os direitos culturais são indissociáveis da dignidade da pessoa humana — e que essa dignidade só será possível com a valorização plena da cultura como

⁵⁷ Lembrando que direitos culturais são direitos humanos.

bem comum, com base em princípios de solidariedade, equidade e pluralidade. Uma cultura viva, diversa e reconhecida em sua complexidade é também condição de possibilidade para futuros sustentáveis e radicalmente mais justos.

A cultura tem sido cada vez mais reconhecida como eixo transversal nos debates internacionais sobre desenvolvimento. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), embora não traga a cultura como um ODS⁵⁸ específico, a inclui de maneira indireta em vários objetivos, como o ODS 4 (educação de qualidade), o ODS 8 (trabalho decente), o ODS 10 (redução das desigualdades), o ODS 11 (cidades sustentáveis) e o ODS 16 (instituições eficazes e inclusivas).

Além disso, iniciativas como o relatório “ResiliArt” da Unesco (2020)⁵⁹, elaborado durante a pandemia da Covid-19, e o “Re|Pensar as Políticas Culturais” (2018)⁶⁰, sublinham a urgência de

58 Para detalhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), indica-se a página https://brasil.un.org/pt-br/sdgs?afd_azwaf_tok=eyJhbGciOiJIUzI1NiJ9.eyJhdWQiOiJicmFzaWwudW4ub3JnIiwiaXhwljoxNzQ0MjkyNzA4LjCjYXQxIjE3NDQyOTI2OTg5mlzcy6lnRpZXIhLTU1N2QyQyZdiYzUtN3Z6cXoiLCJzZWliOiI0Mjg6MjgzZDo0MzAwOjczOGM6NTQxMTQ4YzYwOjlxZTA6NTFmliwiZGF0YSI6eyJ0eXBlljoiaXNzdWVklwiicmVmIjoiaWVNTA0MTBUMTM0NDU4Wj0xNTU3ZDRjN2JjNTd2enF6aEMxUklPYnQ2NDAAwMDAwMDBxYTAwMDAwMDAwMGZlYWYiLCJiljoic0VjOG9ZRMUZllkMmZVVWd3eTFnQXMtdDFBT1YzTjlyaHRpU0VLTt5WSiSimgiOiJHdWZiU1UwM0RMQUIlSVX3QXZydEU5MWNiNmNOVWpiRXJfXzF5Mk41b3VnIn19.CbzRoW2G8ryLj8VMn0Ttbgzgqpc4FUXwkEEtXcl96bam0UbE4d3nA96bVzITCqXNUtYN5js-TMj2x5H1vqTc4tGt4xLiks8MajsXkffCMktF23HmZlgNtDdxNkcelGWearQ22Ze7guRMoPRUkjr9MkbpMxkPi Id-lyehfte3C Ekt_posl29AD4uPMjJW22otvcobAn12mIA2wn4A3-Gml4kxcas a-rA4y2zm2R7-lsPkEo-V8tYsC6dVYnPMjYsJUmSOhtpoVYVdRbGGdAVFLxs2yCelWQMrr_ktLictMO8G01ocXqohEMH9yqbb_cEbpUPmeNiEwjLQrqZw.WF3obl2IDtqgvMFRqVdYkD5s. Acesso em: 10 abril 2025.

⁵⁹ “Lançado no dia 15 de abril de 2020, o ResiliArt é um movimento internacional criado pela UNESCO como reação imediata à crise sem precedentes nos setores cultural e criativo provocada pela chegada da COVID-19. Com ele, busca-se dar voz à inquietação de milhares de profissionais das indústrias culturais e criativas que se encontram sem condições de produzir e gerar renda durante a pandemia. Em meio ao caos, o ResiliArt promove um importante debate de alcance global com profissionais do setor, ao mesmo tempo em que lança luz sobre os artistas e suas estratégias de resiliência. Em um ano já realizou 240 debates e 110 países aderiram ao movimento.” Disponível em:
https://brasil.un.org/pt-br/124855-unesco-apresenta-pesquisa-sobre-impactos-da-pandemia-no-setor-cultural?afd_azwaf_tok=eyJhbGciOiJIUzI1NiJ9.eyJhdWQiOiJicmFzaWwudW4ub3JnIiwiaXhwLjoxNzQ0MTM5ODQxLCJpYXQiOjE3NDQxMzk4MzEsImVycmlzcyI6InRpZXlxlTg1NWQ1OGRkNmIta2hsd3ciclCjZdWliOilOMjg6MjgzZDo0MzAwOmU4N2I6MTE5Yzo4NzZhOlQ3NDPiNTI3IiwiaGF0YSI6eyJ0eXBlljoiaXNZdWVklwicmVmIjoiMjAyNTA0MDhUMTkxNzExWi0xODU1ZDU4ZGQ2YmtobHd3aEMxU0FPMPnVudzAwMDAwMDBjbTAwMDAwMDAwMGMM0MiCliljoiiWk5vdmNrZmhDT0tUUjhHRDBSNDdBWkpOQQVJaDhzLW5admIXRmtBMHFxZylslmgioiXWHZ2Ym1nd0kwWTE2OE5xTOxOWNBIVFvaGJKQXd3SGRJSWxwNExmMHJRln19.QH4zg4HiQ3ntw1Tq0-L9V3gxemWP3lqt-KahX102Df74cpKu-l dhHN0E7MftngMVSIfeFQ4QHWWLr3t1xvBFA8F1KOxhcbaAXr jwmxznhnnNSrdoiL_721dc4t-EAc4Ai7fvXCKkvi5JU1iy5J7s6zKv13RVBBADV_Awlms5Hy4CVyhF5NIEHBChdmckiGY244Axeh_NWwPMLbtLN_5BPo8z2g4ywgg-G1ABShkBRAm87GUcnr6Eux0mnTkfoECHzQsjKwxCyfnHLXNXFG4H5IFIB-6y08uzPLXwpwrXKaHBKuR-6RJ2u-W_3KarslcGHFiXef4sHeP9ICegga.WF3obl2IDtgqvMFRqVdYkd5s Acesso em: 08 abril 2025.

⁶⁰ Ver: Re|pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento, Relatório global da Convenção de 2005. Unesco. 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266025>. Acesso em: 08 abril 2025.

revalorizar o papel das culturas locais e garantir condições de trabalho dignas para profissionais da cultura como parte de uma recuperação sustentável e resiliente.

Por sua vez, o relatório global da Unesco de 2018, intitulado "Re|pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento", analisa os avanços na implementação da Convenção de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais desde o primeiro relatório em 2015. Ele fornece evidências de como essa implementação contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas até 2030. A série de relatórios globais produz dados valiosos para informar a formulação de políticas culturais e promover a criatividade como motor do desenvolvimento. O relatório de 2018 destaca conquistas em áreas como governança cultural, mobilidade de artistas e profissionais, e promoção dos direitos humanos por meio da cultura.

Entretanto, pode-se ponderar que alguns marcos internacionais ainda operam dentro de uma racionalidade desenvolvimentista ocidental, que tende a instrumentalizar a cultura como fator de crescimento econômico ou ferramenta de coesão social, sem necessariamente reconhecer sua dimensão política, ancestral, insurgente. Por isso, diversas vozes têm reivindicado uma reorientação epistemológica dos marcos de desenvolvimento, especialmente a partir do pensamento decolonial latino-americano. Autores como Aníbal Quijano (2000), Catherine Walsh (2009), Silvia Rivera Cusicanqui (2015) e Boaventura de Sousa Santos (2007) apontam para a necessidade de romper com o universalismo moderno-colonial e reconhecer a existência de múltiplos mundos possíveis — o que exige escutar, fortalecer e proteger os modos de vida, cosmovisões e práticas culturais originárias, afrodescendentes e populares, historicamente silenciadas.

Os direitos culturais, reconhecidos em documentos como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)⁶¹ e aprofundados por agendas como a Declaração de Friburgo (2007), compreendem o direito de todos os povos e indivíduos de acessar, criar e participar da vida cultural, além do direito à memória, à criação, à identidade e à autodeterminação cultural. No contexto latino-americano, o avanço do reconhecimento dos direitos culturais está atrelado a lutas

O relatório *Re|Shaping Policies for Creativity* da Unesco analisa como estruturas políticas, normativas e infraestruturais moldam os setores culturais e criativos. O relatório também analisa a capacidade desses setores de criar, disseminar e permitir o acesso a diversas expressões culturais.

⁶¹ Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Económicos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf> Acesso em: 10 abr. 2025.

históricas dos movimentos sociais e a uma crescente institucionalização da cultura como política pública — como mostram a criação de ministérios da cultura, sistemas nacionais de cultura, conferências participativas, dentre outras garantias de efetivação dos direitos culturais. .

Porém, para que esses direitos - que ainda estão em fase de consolidação - se efetivem de forma plena e estrutural, é necessário que sejam acompanhados de ações concretas de valorização das condições do trabalho cultural: remuneração justa, continuidade de políticas, acesso à seguridade social, formação, reconhecimento das culturas diversas. Direitos culturais e trabalho digno, portanto, não podem ser tratados separadamente; são faces da mesma luta por justiça cultural e social.

Este texto ao refletir sobre a centralidade do trabalho cultural não precarizado com o pleno exercício dos direitos culturais na construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável decolonial, busca destacar a potência política da cultura como campo de luta, criação e transformação.

A própria ONU, vale destacar, instituiu uma Relatoria Especial no Campo dos Direitos Culturais, desde 2009, para tentar compreender o exato teor do que são os direitos culturais dentro do sistema de direitos humanos⁶².

Em relatório produzido em 2023, denominado de “Development and cultural rights: the principles”, a relatoria elenca uma série de princípios para um desenvolvimento que respeite os direitos culturais⁶³. O relatório defende que o trabalho no campo da cultura é parte essencial de um desenvolvimento baseado em direitos humanos, e que os trabalhadores culturais devem ser

⁶² A Relatoria Especial das Nações Unidas para os Direitos Culturais é um mecanismo independente de monitoramento e promoção dos direitos humanos, criado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2009. Sua função é investigar, relatar e aconselhar sobre a realização dos direitos culturais no mundo, incluindo o acesso à cultura, a proteção da diversidade cultural, a liberdade de expressão artística, os saberes tradicionais e os direitos de artistas, povos indígenas, comunidades locais e profissionais da cultura. A relatoria atua por meio de visitas a países, elaboração de relatórios temáticos e recomendações às Nações Unidas e aos Estados-membros, com base em um enfoque de direitos humanos. A primeira relatora foi Farida Shaheed (2009–2015), seguida por Karima Bennoune (2015–2021) e, atualmente, a função é exercida por Alexandra Xanthaki (desde 2022). Sobre o assunto, Cf. COSTA, Rodrigo Vieira; TELES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Direitos culturais* Flávia Lages de Castro e Luiz Augusto Fernandes Rodrigues (org.). Coleção Cultura. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

⁶³ XANTHAKI, Alexandra. *Desenvolvimento e direitos culturais: os princípios – relatório da Relatora Especial da ONU no campo dos direitos culturais*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 78ª Sessão. A/78/213, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://undocs.org/A/78/213>. Acesso em: 26 jun. 2025.

reconhecidos, protegidos e valorizados, inclusive com medidas concretas de apoio, financiamento e participação política

No relatório *“Desenvolvimento e direitos culturais: os princípios”*, a Relatora Especial Alexandra Xanthaki defende que a cultura deve ser reconhecida como um componente central do desenvolvimento sustentável, e não apenas como um instrumento a serviço da economia ou do turismo. Ela propõe que os direitos culturais sejam incorporados de forma transversal às políticas de desenvolvimento, lado a lado com os direitos sociais, econômicos e ambientais. O documento destaca que abordagens de desenvolvimento que desconsideram os contextos culturais e os saberes locais frequentemente aprofundam desigualdades, violam direitos humanos e minam a diversidade cultural. Para a relatora, o desenvolvimento sustentável só será legítimo se respeitar os valores, as expressões e as práticas culturais das comunidades envolvidas, promovendo justiça social, equidade e participação democrática.

Em relação aos trabalhadores da cultura, que é o foco deste artigo, o relatório formula recomendações específicas para garantir sua proteção e valorização. Xanthaki denuncia a precarização das condições de trabalho no setor cultural e defende políticas públicas que assegurem remuneração justa, proteção social, liberdade de criação e segurança no exercício da atividade profissional. A relatora recomenda que os Estados reconheçam o trabalho cultural como essencial para o desenvolvimento e adotem medidas para combater a censura, o silenciamento e a marginalização de artistas e agentes culturais, especialmente daqueles pertencentes a grupos vulnerabilizados, como mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais, migrantes e pessoas LGBTQIA+. Também reforça a importância de mecanismos de financiamento sustentáveis e transparentes, além da inclusão dos trabalhadores da cultura na formulação das políticas que os afetam.

No Brasil (e cremos que em boa parte da América Latina), o campo cultural é atravessado por uma profunda tensão entre o reconhecimento simbólico e a precariedade estrutural. Profissionais da cultura frequentemente enfrentam: ausência de contratos formais; trabalhos que comprometem a saúde física e mental do trabalhador da cultura; ausência de direitos previdenciários para certos setores de trabalhadores da cultura; editais intermitentes e competitivos; concentração de financiamento público de cultura e/ou centralização urbana dos recursos; desvalorização de

saberes comunitários e não institucionalizados; desvalorização do trabalho criativo e intelectual; racismo, sexismo e lgbtphobia nas estruturas de fomento - para sinalizar alguns elementos.

Por outro lado, emergem práticas potentes de organização coletiva, economia solidária, pedagogias insurgentes e redes de cuidado como formas de resistência e reinvenção. Essas práticas, muitas vezes enraizadas em territórios periféricos, quilombolas, indígenas ou de comunidades tradicionais, produzem outras formas de existência cultural, que desafiam os modelos coloniais de produção e distribuição de valor.

Exemplos como as Casas de Cultura Comunitária na Bolívia, as redes de cultura viva comunitária presentes em países como Argentina, Colômbia, El Salvador, México e Brasil, e as políticas públicas de fomento à cultura indígena e afrodescendente na América Latina apontam para horizontes de construção de políticas culturais que se fundamentam na escuta, na reciprocidade e na valorização dos modos de vida diversos.

O trabalho no setor cultural brasileiro está cada vez mais assentado na figura do microempreendedor individual (MEI)⁶⁴. Para tal, ecoamos algumas análises da dissertação de mestrado de Gustavo Portella Machado (2020, p. 168):

É fato que a política do microempreendedor pode ter sido pensada para atribuir certa formalização das/os trabalhadoras/es informais, recolher impostos e, ao mesmo tempo, conceder uma série de benefícios trabalhistas básicos. No entanto, a utilização dessa política pelas empresas não caminhou no mesmo sentido, representando uma forma de terceirizar e de diminuir os valores-salários pagos. Cria-se, portanto, uma prática rápida de downsizing dentro das empresas. Embora o contrato permanente de trabalhadoras/es com microempreendedor individual se transformaria em vínculo empregatício pela lei, diante de um cenário de desemprego e de dificuldades no mercado cultural, eu escutei mais de minhas/meus interlocutores que existem mais pessoas querendo se tornar MEI do que o contrário.

Uma ocupação importante no campo da organização da cultura no Brasil é a de *Produtores Culturais*. A realidade dos trabalhadores da cultura nesse contexto, ainda focalizando os produtores culturais, conforme pesquisa de Machado, leva ao desenvolvimento de alguns procedimentos, como: (1) “busca da/o trabalhadora/or por formas acessórias de complementar renda”; (2) “busca por criar algum tipo de relação [sentimental ou identitária] da/o trabalhadora/or com o projeto e/ou com o

⁶⁴ MEI, ou Microempreendedor Individual, é a forma mais simples de um profissional autônomo ou pequeno empresário se formalizar, obtendo um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e acesso a diversos benefícios, que não contemplam todos os direitos trabalhistas garantidos por lei.

trabalho”; (3) “tentativas de garantirem a dominação de seus custos de vida e a promoção de trabalhos futuros”. O que o autor identifica com “ausências/precarizações do fazer laboral”, reforçadas pelo crescimento da figura do MEI, que se torna “uma política de precariedade”. (Machado, 2020, p. 167)

Num contraponto complementar à precarização do trabalho formal através dos “empresários de si mesmos” (e portanto sem direitos trabalhistas, de saúde e/ou de previdência), o artigo de Gustavo Portella Machado no livro “Viver de cultura” (Carneiro; Baron, 2023) propõe uma análise sensível e crítica sobre as experiências de jovens que vivem das artes urbanas, especialmente aqueles envolvidos com práticas como o “malabarismo nos semáforos”⁶⁵. O autor articula questões de juventude, trabalho, cultura e cidade, lançando luz sobre modos de existência frequentemente invisibilizados pelas políticas públicas e pelos discursos hegemônicos sobre o “trabalho digno” ou “formal”. O texto rompe com abordagens que reduzem esses jovens a categorias como “em situação de risco” ou “desempregados”, mostrando como suas práticas culturais e estratégias de sobrevivência são, ao mesmo tempo, formas de resistência, criação de sentido e reinvenção da vida urbana; o autor nos mostra que o trabalho desses jovens não é apenas uma forma de obtenção de renda, mas também um modo de ocupar a cidade, criar vínculos e afirmar identidades.

Alguns dados estatísticos aportados pelo estudo de Gustavo Machado nos mostram, por exemplo, que:

- . a variação em milhões de trabalhadores formais em empresas com CNAEs⁶⁶ da cultura (2008-2017) se inicia em 1,23 milhões em 2008, atinge o ápice em 2012 e 2013 com 1,41 milhões e volta ao patamar de 1,24 milhões em 2017. (Machado, 2023, p. 343);
- . a distribuição de pessoas de 14 anos ou mais de idade de 2014 a 2018⁶⁷ aponta que os percentuais de trabalhadores do setor cultural brasileiro cujos ofícios corriam por conta própria passaram de 23,2% em 2014 para 44% em 2018 (*idem, ibidem*).

⁶⁵ Para informações complementares sobre a precarização dos artistas de rua durante a pandemia de Covid-19 (mas não apenas), indicamos as transcrições de grupo focal desenvolvido pelo projeto Apoena (UFF-LABAC) com pesquisa sobre os impactos da pandemia, em especial a construção e implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (LAB) e disponível às páginas 1141 a 1188 do livro “A vez e a voz do campo cultural[...]” (Rodrigues; Pardo; Correia, 2023), disponível em: <https://apoenaredecultural.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/08/m10-a-vez-e-a-voz.pdf>

⁶⁶ A sigla CNAE significa Classificação Nacional das Atividades Econômicas. É o instrumento de padronização nacional por meio dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

⁶⁷ Dados coletados pelo autor a partir da PNAD Contínua e do SIIC (IBGE, 2019).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) é uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que analisa o mercado de trabalho brasileiro. A PNAD Contínua é realizada trimestralmente, a partir de uma amostra de domicílios.

Como apontado por Portella Machado (2023, p. 344) debatendo o trabalhar por conta própria, “conforme esses trabalhadores se tornavam ‘proprietários’ de suas forças de trabalho e passavam a estabelecer uma relação entre ‘proprietários’, eles se tornavam também responsáveis pela manutenção dessa força de trabalho e, conseqüentemente, responsáveis pela reprodução de si próprios”.

Conclusão: para uma política cultural radicalmente viva

Reivindicar o trabalho cultural não precarizado e os direitos culturais como parte central de uma agenda de desenvolvimento sustentável é também reivindicar uma transformação profunda das estruturas de poder que moldam o campo cultural. Isso significa não apenas integrar a cultura à Agenda 2030, mas transformar essa agenda à luz das práticas de resistência e criação que emergem nos territórios.

A América Latina oferece ao mundo não apenas denúncias, mas alternativas: formas de viver e criar que recusam a lógica colonial do lucro desmedido e da exclusão, e que apontam para um mundo onde a cultura não seja mercadoria nem privilégio, mas direito, expressão e cuidado compartilhado.

A construção de políticas culturais de base territorial, interseccionais, sustentáveis e decoloniais é tarefa coletiva e urgente — e passa, necessariamente, por recolocar a cultura no centro da vida e da política, reconhecendo os trabalhadores da cultura como sujeitos de direitos e construtores de futuro.

A cultura, enquanto dimensão estruturante da vida coletiva, atravessa os debates contemporâneos sobre direitos, democracia e desenvolvimento. No entanto, o campo do trabalho cultural permanece marcado por formas persistentes de precarização, que incluem desde a intermitência dos vínculos e ausência de proteção social, até a marginalização de saberes e práticas não reconhecidas pelos sistemas hegemônicos de valoração cultural. Essa precarização,

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) visa desenvolver uma base consistente e contínua de informações sobre o setor cultural e construir indicadores relacionados ao tema.

historicamente enraizada em estruturas coloniais e patriarcais, desafia qualquer projeto de desenvolvimento que se pretenda sustentável e justo.

O relatório da Relatora Especial para o Campo dos Direitos Culturais aqui analisado, aponta que para que o desenvolvimento sustentável seja verdadeiramente inclusivo e justo, é fundamental reconhecer o trabalho cultural como uma atividade essencial à vida social, política e econômica das comunidades. Os trabalhadores da cultura — artistas, técnicos, mestres de saberes, gestores, educadores, produtores e agentes comunitários — devem ser plenamente integrados aos planos de desenvolvimento, com garantias de remuneração digna, proteção social, liberdade de expressão e condições adequadas de criação e circulação. O reconhecimento institucional e legal do trabalho cultural é um passo decisivo para romper com a lógica da precarização que historicamente marca o setor.

É recomendável, portanto, que os Estados incorporem os direitos culturais como dimensão transversal nas políticas públicas de desenvolvimento, especialmente nos eixos de educação, economia, meio ambiente e justiça social. Os programas de fomento devem respeitar a diversidade cultural, apoiar a permanência de práticas culturais ameaçadas e adotar mecanismos que valorizem saberes tradicionais, expressões populares e criações contemporâneas. É urgente a construção de indicadores específicos que permitam mensurar o impacto do desenvolvimento sobre as práticas culturais e a condição dos trabalhadores da cultura, assegurando sua participação ativa na formulação, monitoramento e avaliação dessas políticas.

Por fim, com base no Relatório, recomenda-se a criação de instrumentos internacionais e nacionais que protejam os trabalhadores culturais contra a censura, o apagamento simbólico e as ameaças decorrentes de projetos econômicos ou ambientais insustentáveis. A agenda de desenvolvimento sustentável deve promover a diversidade de modos de vida, assegurar a continuidade das culturas minoritárias e marginalizadas, e reconhecer que os territórios culturais são espaços de memória, identidade e trabalho. Uma política verdadeiramente sustentável é aquela que se compromete com a justiça cultural, entendendo a cultura não como um recurso a ser explorado, mas como um direito a ser garantido e um horizonte a ser cultivado.

Referências

COSTA, Rodrigo Vieira; TELES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Cultura e Direitos culturais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos Direitos Culturais*. São Paulo: SESC, 2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRIBOURG GROUP. *Déclaration de Fribourg sur les droits culturels*. Friburgo: Université de Fribourg, 2007.

MACHADO, Gustavo Portella. Entre pagar contas e fazer “malabarismos”: análise do processo de acirramento da relação trabalho-cultura no período pré-pandemia. In: Carneiro, Juliana; Baron, Lia (org.). *Viver de Cultura*. Niterói: Prefeitura de Niterói, 2023. p. 337-360.

MACHADO, Gustavo Portella. *Jovens produtoras/es à procura de trabalho: experiências, estratégias e perspectivas de futuro a partir de produtoras/es culturais como microempreendedores individuais na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MINISTERIO DE CULTURAS Y TURISMO. *Informe de gestión cultural comunitaria*. La Paz: Gobierno del Estado Plurinacional de Bolivia, 2019.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Económicos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf> Acesso em: 10 abr. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *Cadernos de Debate*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RED MARACA. *Mapa de experiencias de Cultura Viva Comunitaria en América Latina*. Bogotá: Red Latinoamericana de CVC, 2020.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; PARDO, Ana Lúcia R.; CORREIA, Marcelo Silveira. *A vez e a voz do campo cultural a partir da Lei Aldir Blanc*. Maricá: Instituto Grão ; Niterói: LABAC-UFF, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/08/m10-a-vez-e-a-voz.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. de S. (org.). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. *Re/Pensar as Políticas Culturais*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022.

UNESCO. *ResiliArt: cultura e resiliência frente à pandemia*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2009.

XANTHAKI, Alexandra. *Desenvolvimento e direitos culturais: os princípios – relatório da Relatora Especial da ONU no campo dos direitos culturais*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 78ª Sessão. A/78/213, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://undocs.org/A/78/213>. Acesso em: 26 jun. 2025.



**Autoras e
Autores**

Autoras e Autores



Adélia Zimbrão - Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com estágio pós-doutoral no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV). É da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, atuando no Setor de Pesquisa em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). É pesquisadora associada da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da FCRB. Desenvolveu estudos técnicos e assessoria para a proposta de estruturação do Sistema Nacional de Cultura e para outras políticas públicas de cultura. Autora de artigos sobre políticas públicas de cultura, relações federativas, participação social e gestão pública. **E-mail:** adelia.zimbrao@rb.gov.br



Alexandre Barbalho - Possui licenciatura em História UECE, bacharelado em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela UFC e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e professor permanente dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. Tem experiências nas áreas de Política, Cultura e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: política cultural, política de comunicação, mídia e cidadania, mídia e minorias, mídia e política, elites. Seus livros mais recentes são: Política e emergência culturais: análises sobre a Lei Aldir Blanc (com Luiz Augusto Rodrigues, 2022); Formação artística e políticas públicas: temas e abordagens contemporâneas (com Ernesto Gadelha, 2022); Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios (com Albino Rubim e Lia Calabre, 2023) e Mondiacult y después : el futuro de las políticas culturales en América Latina (com Tomás Peters, 2024). **E-mail:** alexandrealmeidabarbalho@gmail.com



Alexandre Santini - Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (desde fev. 2023). Gestor, produtor cultural e escritor. Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF e doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Foi Secretário das Culturas de Niterói, idealizador da Carta de Direitos Culturais de Niterói e Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Professor visitante em cursos de pós-graduação: Especialização em políticas culturais de base comunitária da FLACSO (Argentina), Maestria em Gestão Cultural e Políticas culturais Universidade Andina Simón Bolívar (Equador) e no Diplomado em Cultura Comunitária na Universidade do Chile. Autor do livro "Cultura comunitária viva: políticas culturais no Brasil e na América Latina". Atua nacional e internacionalmente como escritor, palestrante, consultor, assessor e crítico de projetos e políticas culturais. Idealizador do Canal Emergência Cultural e da Escola de Políticas Culturais. Foi colaborador técnico do GT de Cultura da equipe de transição do governo Lula (2022). **E-mail:** santini.as@gmail.com



Deborah Rebello Lima - Gestora cultural, pesquisadora e docente. Tem doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com um período de pesquisa na University of Miami. Graduações em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense e em Comunicação Social pela UFRJ, complementadas por uma especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental pelo IUPERJ-UCAM e mestrado pelo CPDOC/FGV no PPG em História, Política e Bens Culturais. Contemplada com a Medalha Rui Barbosa em 2016, em virtude de contribuições para a cultura brasileira. Atua como professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), ligada ao Departamento de Artes, no curso de graduação em Produção Cultural e no PPG em Comunicação Social. Tem como enfoque pesquisas em Políticas Públicas de Comunicação e Cultura, com ênfase em: Representação, Economia Política da Comunicação e da Cultura, Teoria da Regulação, Papel do Estado, Antropologia dos Processos de Estado, entre outros. **E-mail:** deborahrebello@ufpr.br



Gleise Oliveira - Mulher negra, mãe, professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) do Curso Produção e Políticas Culturais do campus Jaguarão, Rio Grande do Sul/Brasil. Graduada em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura na Universidade Federal da Bahia (UFBA), possui MBA em Gestão de Projetos pela Universidade Salvador (UNIFACS) e mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA). Pesquisadora e vice-coordenadora (no biênio 2025-2026) do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/IHAC/UFBA). Integrante do GT "Cultura y Políticas Culturales" (2023-2025) do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). E-mail: gleise.cultura@gmail.com



João Guerreiro - professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis (RJ), onde coordena o Curso Técnico em Artes Cênicas, além de atuar no curso de Bacharelado em Produção Cultural e no curso de Pós-Graduação em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação (LACE). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ) com estágio pós-doutoral em Políticas Culturais pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Pós-Cultura/UFBA). É líder do Grupo de Pesquisa Observatório Baixada Cultural (OBaC) e vice-líder do Grupo de Pesquisa Juventudes, Infâncias e Cotidianos (JICs). É conselheiro do Conselho Estadual de Políticas Culturais do Estado do Rio de Janeiro (CEPC-RJ) desde 2023. E-mail: jguerreiro2@gmail.com



José Marcio Barros - Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, Mestre em Antropologia pela UNICAMP e Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. É professor e pesquisador do PPG Artes da UEMG e da Faculdade de Comunicação e Artes da UFMG. Atua como consultor, pesquisador e professor nas áreas da diversidade cultural, políticas culturais, gestão cultural, planos de cultura, participação social e processos de mediação em arte e cultura. Autor de inúmeros trabalhos publicados em periódicos e livros. Coordena a organização social e Ponto de Cultura Observatório da Diversidade Cultural e o Programa Pensar e Agir com a Cultura. **E-mail:** josemarciobarros2013@gmail.com



Leonardo Costa - Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (quadriênio 2021-2025). Professor Associado IV da Facom (UFBA), onde também atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura). Coordena, com a profa. Renata Rocha, o Laboratório de Estudos em Políticas Culturais e Economia da Cultura (LAB-Cultura). Participante do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA), da Rede de Pesquisadores de Políticas Culturais (REDEPCULT), do Observatório da Economia Criativa (OBEC-BA) e da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão. Editor-chefe do periódico Políticas Culturais em Revista. **E-mail:** leo.fcosta@gmail.com



Lessandra da Silva - Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV). Especialista em Teoria da Arte: fundamentos e práticas artísticas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Ciências Sociais e em Comunicação Social (jornalismo), ambas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi professora de ensino superior. Atuou como consultora da Fundação Getúlio Vargas, pela EBAP e pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), nas quais desenvolveu atividades de capacitação e estruturação do Fórum e Equipe Gestora para o Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável em vários municípios brasileiros, assim como foi avaliadora de experiências inovadoras em gestão pública para o Programa Gestão Pública e Cidadania. É pesquisadora independente. Autora de artigos sobre políticas públicas culturais, gestão social, participação social e gestão pública. E-mail: lessandrasilva@hotmail.com



Lia Calabre - Doutora em história pela UFF. Pesquisadora em políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Mestrado Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. Professora colaboradora da Universidad de la Nación – CURE – UDELAR – Uruguai. Professora da especialização em Cultura e Educação da FLACSO. Professora do MBA em gestão cultural da Associação Brasileira de Gestão Cultural. Chefe do setor de Pesquisa de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (2003-2014; 2023-atual). Coordenadora da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão (2017-atual). Idealizadora e organizadora do Seminário Internacional de Políticas Culturais. Líder do grupo de pesquisa do CNPq “Política cultural – história e perspectivas contemporâneas”. Membro do CULT– Universidade Federal da Bahia e do LABAC da Universidade Federal Fluminense. Foi presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (2015-2016). Organizadora e autora de diversos artigos e de livros, tais como: Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI, Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade e Escritos sobre Políticas Culturais. E-mail: liacalabre@gmail.com



Lourivânia Soares Santos - Professora no Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais da UFSB, pesquisadora do CULT/UFBA e do Loss and Damage Observatory, no qual foi vencedora da bolsa Memorial Saleemul Huq (2024), iniciativa coordenada pelo Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED) e pelo Centro Internacional para Mudanças Climáticas e Desenvolvimento (ICCCAD). Jornalista, mestre e doutora em Cultura e Sociedade, atuou por 17 anos no parlamento estadual baiano. Assessorou Comissões e Frentes Parlamentares, com destaque para temáticas de gênero, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais. E-mail: lourivania.soares@ufsb.edu.br



Luiz Augusto Fernandes Rodrigues - Arquiteto e Urbanista, doutor em História, ambos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Titular do Departamento de Arte da UFF, vinculado à graduação em Produção Cultural e à PG em Cultura e Territorialidades. Coordena o Laboratório de Ações Culturais -LABAC-UFF (<https://labacuff.wordpress.com>). Representante regional (Latin America and the Spanish-speaking Caribbean) da Association for Cultural Studies (2022-2026). É um dos editores de PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura (<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/>). Coorganizador das coleções Mirante, Caleidoscópio e Ipsi Litteris (Instituto Grão e LABAC-UFF). Associado à Rede Internacional das Culturas (Brasil, Portugal, Moçambique), à Red Latinoamericana de Gestión Cultural, à cátedra UNESCO Política cultural e gestão, ao Laboratório Cidade e Poder (LCP-PPGH-UFF) e integra o GT CLACSO (2023-2025) Cultura e políticas culturais na América Latina no século XXI. E-mail: luizaugustorodrigues@id.uff.br



Mário F. de Pragmácio Telles - Advogado, professor e pesquisador na área de direitos culturais. Co-fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza. Foi um dos fundadores e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult), onde atua na formulação e defesa de políticas públicas para o setor. Leciona a disciplina obrigatória “Legislação de Incentivo à Cultura e Direitos Autorais” no curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF) e em programas de pós-graduação e formação continuada voltados à gestão e produção cultural (PUC e FGV). É conselheiro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Niterói, com participação ativa em processos de salvaguarda do patrimônio local. Nos últimos anos vem se dedicando ao debate acerca dos novos marcos legais da cultura e na construção de instrumentos que fortalecem os direitos culturais no Brasil. **E-mail:** mariopragmacio@id.uff.br



Ravelly Machado - Pesquisadora do Grupo de Estudos Juventudes, Infâncias e Cotidianos. Professora de Ciências e Biologia na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Especialista em Ensino de Ciências com Ênfase em Biologia e Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEducação) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Educação pelo PPGEducação UFF. **E-mail:** ravellyms@gmail.com



Renata Rocha - Professora da Faculdade de Comunicação, vinculada ao curso de Produção em Comunicação e Cultura, e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos em Políticas Culturais e Economia da Cultura (LAB-Cultura). É pesquisadora da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da UFBA. Dedicase, em especial, aos seguintes temas: políticas culturais, economia da cultura e políticas para o audiovisual. Dentre outros, organizou os livros *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*, com Lia Calabre e Albino Rubim (Edufba, 2022), *Cultura e ciência de dados* (Edufba, 2021), com Leonardo Costa; e *Política Cultural - Conceito, trajetória e reflexões: Néstor García Canclini* (Edufba, 2019), com Juan Ignacio Brizuela. **E-mail:** renataprocha@gmail.com



Simonne Teixeira Graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas; doutorado em Filosofia e Letras (História) pela Universitat Autònoma de Barcelona/Espanha; pós-doutorado na Escuela de Estudios Hispano-Americanos – CSIC/Espanha. Bolsista produtividade CNPq e Cientista Nosso Estado-RJ (FAPERJ). Docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Diretora da Casa de Cultura da Villa Maria/UENF, gestão 2016-2019. Atua nos Programas de Pós-graduação em Políticas Sociais e Ciências Naturais, ambos na UENF. Membro da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão. Coordena o Grupo de pesquisa CNPq *Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA-CCH* e o projeto institucional Polo Arte na Escola/UENF. A produção intelectual situa-se na interface da arqueologia, da história, dos estudos sobre políticas culturais e patrimônio e, natureza, com abordagem interdisciplinar, em que se inserem os projetos de pesquisa e extensão em que atua. Sua produção acadêmica inclui artigos em periódicos, capítulos de livros, organização de livros e dossiês [em publicações nacionais e internacionais], assessoria ad-doc, produção de material didático. **E-mail:** simonne@uenf.br



Sophia Cardoso Rocha - Professora do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação-ICTI da UFBA/Campus Camaçari. Pesquisadora e atual coordenadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) do IHAC/UFBA. Integrante do Grupo de Trabalho "Cultura y Políticas Culturales" (2023-2025) do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). Doutora e Mestra em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (PosCultura/UFBA), tendo recebido bolsa de estudo financiada pela CAPES. Graduada em Produção em Comunicação e Cultura, pela Faculdade de Comunicação da UFBA, e em Direito, pela Universidade Católica do Salvador. As principais áreas de pesquisa são políticas culturais, gestão cultural, sociologia da cultura e direitos culturais. E-mail: sophia.rocha@ufba.br



Índice Remissivo

Índice Remissivo

- Agenda 2030, 59, 69, 71, 72, 73, 135, 143, 144, 150, 151, 152, 153, 160
- América Latina, 26, 34, 38, 39, 60, 72, 106, 111, 112, 143, 150, 151, 157, 158, 160
- Biodiversidade, 58
- Brasil, 25, 26, 38, 39, 40, 51, 52, 55, 57, 72, 79, 83, 93, 98, 101, 106, 107, 108, 110, 112, 120, 121, 123, 127, 136, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 155, 157, 158
- Colonialidade, 81
- Conferência Nacional de Cultura, 79
- Conferências de Políticas Culturais da Unesco, 144
- Crise climática, 109
- Cultura, 32, 47, 48, 59, 69, 70, 71, 79, 82, 84, 85, 86, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147
- Cultura do Encontro, 138, 146
- Cultura Viva, 52, 57, 79, 80, 84, 85, 86, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146
- Desenvolvimento sustentável, 105
- Direitos culturais, 155
- Economia de Francisco e Clara, 136, 139, 145, 146
- FAIR-CARE, 68
- IberCultura Viva, 142, 143
- Meio Ambiente, 52, 71, 85, 86, 98, 114
- Modernidade, 51, 56, 80, 81
- Mondiacult, 24, 25, 32, 33, 35, 59, 83, 134, 135, 136, 145
- Natureza, 65, 82
- Natureza Barata, 65, 72
- ODS, 27, 69, 70, 71, 73, 119, 135, 143, 152, 153
- Perdas e Danos, 99
- Política Nacional de Cultura Viva, 79, 136, 140, 146
- Políticas culturais, 40, 145
- Pontos de Cultura, 57, 79, 85, 140, 141, 142, 145, 146
- Projeto Político Pedagógico, 120, 124, 125, 127, 128
- Sociodiversidade, 64
- Sustentabilidade, 5, 85, 123
- Trabalho, 150
- Unesco, 31, 59, 83, 98, 134, 135, 144, 145, 152, 154

Sobre a Coleção Mirante

COLEÇÃO MIRANTE é mais uma parceria entre o LABAC-UFF e o INSTITUTO GRÃO. Criada em 2020, o objetivo é criar uma expressiva coleção com títulos disponibilizados gratuitamente, abrangendo livros de natureza científica, ensaística e acadêmica. Nosso recorte temático abarca as áreas Culturais, Sociais e das Humanidades, das Artes e do Meio Ambiente. A coleção **MIRANTE** tem em sua gestão um Conselho Editorial integrado por pesquisadores de instituições e universidades diferenciadas, que abarcam diversas regiões do país.

Títulos disponíveis em

<https://labacuff.wordpress.com> e em <https://institutograocultura.wordpress.com> :

Representações nas Batalhas de Rima

Desculturalizar a cultura – teoria crítica e gestão cultural

Práticas e territórios da cultura

Construindo memórias, tecendo histórias

Política e emergência culturais: Análises sobre a Lei Aldir Blanc

Diálogos em Comunicação e Cultura

Museus universitários e diálogos sociais (MUDS)

Emergências e imersões de políticas culturais – panoramas a partir da LAB

Métricas culturais municipais: o RJ a partir da pandemia

A vez e a voz do campo cultural a partir da Lei Aldir Blanc

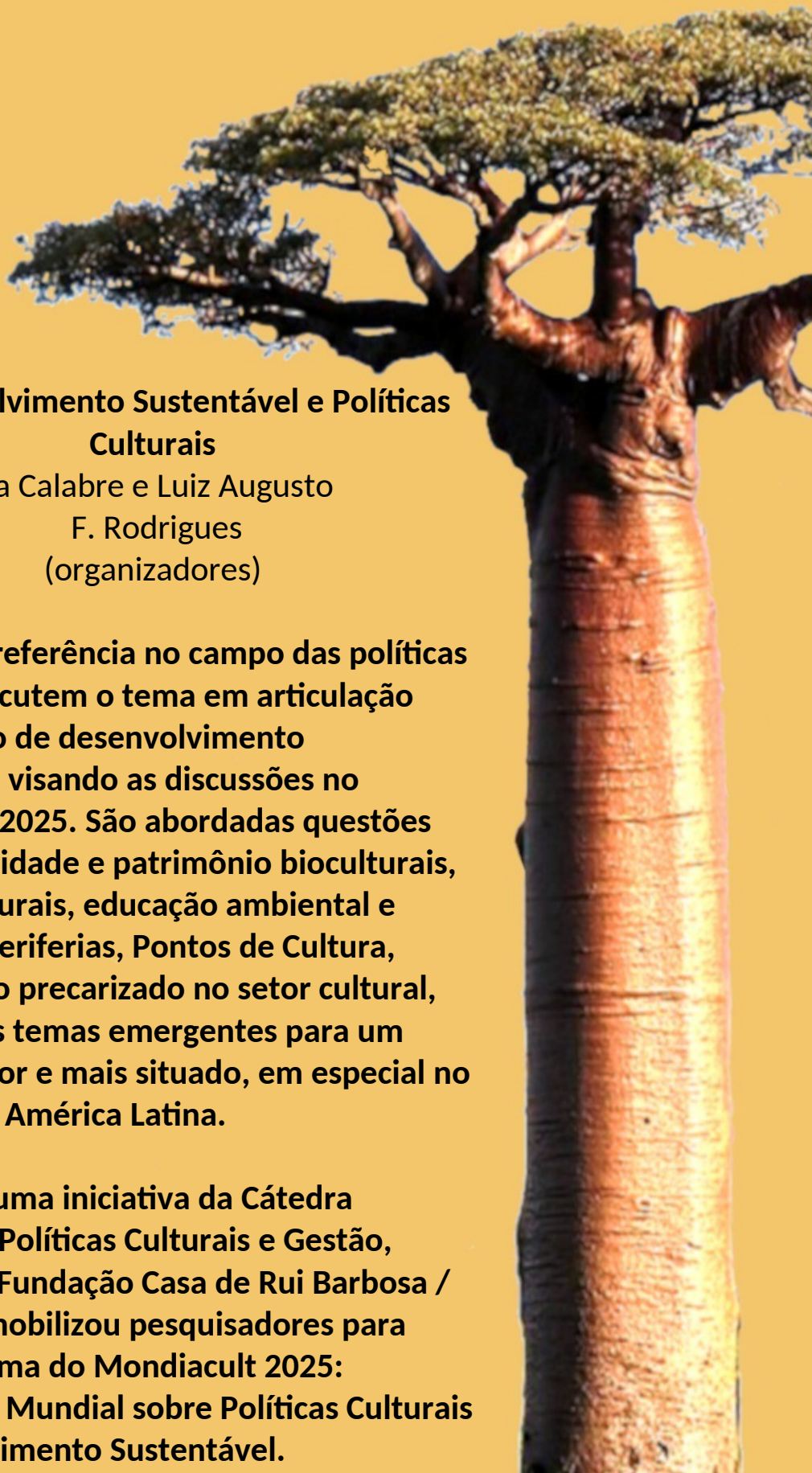
Jereba-Saci: Visões da Lei Aldir Blanc

Atafona: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão

Entremeios de uma Cultura Viva: entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC

(Des) Envolvimento Sustentável e Políticas Culturais





(Des)Envolvimento Sustentável e Políticas Culturais

**Lia Calabre e Luiz Augusto
F. Rodrigues
(organizadores)**

Autores de referência no campo das políticas culturais discutem o tema em articulação com a noção de desenvolvimento sustentável, visando as discussões no Mondiacult 2025. São abordadas questões como diversidade e patrimônio bioculturais, direitos culturais, educação ambiental e formação, periferias, Pontos de Cultura, trabalho não precarizado no setor cultural, entre outros temas emergentes para um futuro melhor e mais situado, em especial no contexto da América Latina.

Este livro é uma iniciativa da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão, vinculada à Fundação Casa de Rui Barbosa / MinC, que mobilizou pesquisadores para discutir o tema do Mondiacult 2025: Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável.



Trànsit Projectes



MINISTÉRIO DA
CULTURA

